

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Cristina de Souza

**“A QUESTÃO DA POBREZA NA PERCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS
QUE TRABALHAM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Cristina de Souza

**“A QUESTÃO DA POBREZA NA PERCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS
QUE TRABALHAM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”**

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Maria Carmelita Yazbek.

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

“A QUESTÃO DA POBREZA NA PERCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE TRABALHAM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

**DOUTORANDA: MARIA CRISTINA DE SOUZA
ORIENTADORA: PROF^a. DRA. MARIA CARMELITA YAZBEK**

ERRATA TESE

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
Resumo	4	do Serviço de Assistência Social	Da Política de Assistência Social
Resumo	6	do Serviço de Assistência Social	do Serviço de Social
11	19	a perspectiva teórica de IAMAMOTO	a perspectiva teórica de IAMAMOTO(2008)
13	25	conforme cunhado por Sem(1999)	conforme cunhado por Sen(1999)
22	32	As classes trabalhadoras – que encontravam	A classes trabalhadora – que encontrava
33	Nota de rodapé	Fonte: Wikipédia, acessado em 15 de agosto de 2009.	On the poverty line. The Economist (May 2008). Página visitada em 22/06/2008.
48	32	(PEREIRA, 2008 apud Marx, 1984; Fraser, 1984). os visíveis (o que visíveis???)	(Marx 1984 apud PEREIRA, 2008). aos
56	4	olhos do capital	os visíveis aos olhos do capital
61	16	Mesmo abrangência	na Mesmo na abrangência do SUAS(2003) e da PNAS(2004),

		SUAS e da PNAS, (BRASIL,1997, p.12)	
62	39		(NETO,1997, p.12)
		agrava as	
77	30	questões sociais	agrava a questão social
		às expressões da	
77	32	questões sociais	às expressões da questão social
			AYRES, J.R.C.M. Diversidade cultural e vulnerabilidades. In: VI EDUCAIDS. São Paulo, APTA/CN- DST/AIDS, Unaid, 2002
bibliografia		Acrescentar	

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada aos meus pais Alcebíades e Diva pelo incentivo à vida, aos estudos e incentivos neste processo de tese. Enfim, é um privilégio ter pais assim, pessoas que nos ancoram na diversidade e partilha conosco todas as conquistas – escrevo no plural porque sei que é assim para todos os filhos.

Aos meus sobrinhos jovens Lívia, Murilo e Fernanda que se envolveram integralmente na tese digitando, encontrando livros, me carregando – literalmente. Ao Murilinho gostaria de prometer que um dia titia aprenderá as lições e te deixará em paz; ao adolescente Guilherme, fique tranquilo, titia acabou, mas juro que a falta de tempo não rouba o meu amor por você. As crianças Camila, Luis Paulo, Thiago, Ana Luísa que me deram tantos momentos felizes nesse tempo sem lazer e que, por suas ingenuidades, muitas vezes me levaram do *site* de Marx para o *site* do Batman.

A Vera Lucia de Souza, Maria Ângela Figueiredo Queiroz e Sandra Regina Gonçalves, Assistente Sociais tão competentes que Deus chamou para realizar um projeto no céu, preciso deixar registrado o meu amor por vocês, a minha saudade e minha gratidão pelo tanto que vocês sempre acreditaram em mim.

Aos usuários da Política de Assistência Social, tão sedentos de direitos sociais e reconhecimento, que este trabalho seja uma pequena contribuição.

AGRADECIMENTOS

É difícil sintetizar esse processo. Antecipadamente, gostaria de agradecer a todos que me auxiliaram, aos quais os agradecimentos podem não constar aqui.

Quero agradecer a Liria Bettiol e Fábio Lanza principalmente pelo início do processo de doutoramento quando caminhamos e partilhamos cheios de orgulho esse novo caminho.

À família Rack por toda a caminhada que se iniciou desde a correria para postar o processo e não terminou nunca, essa cumplicidade é mesmo eterna.

Ao corpo docente da UNILAGO: Mariza Denadai, Andréia Militão, Fábio Perboni, Maria Luiza, Maria Aparecida Nadai, Lesliane Caputti, Gláucia Aquino, que, além de acreditar, se empenharam comigo nesse projeto.

Às queridas Denise Rack, Onilda Alves do Carmo, Kleber Navas e Lucimara Benatti pela convivência no trabalho e na vida e pela saudade que sinto cotidianamente.

A Gilvania Andrade, Gabriel, Ana Elisa, Viviane Bedesche, Marlene Torrezan, Joelson Carvalho, Martha Coelho, Teresa Martins, Maria Soares, Célia Fortes de Souza, Maria Helena, pessoas fundamentais na construção da tese e na vida inteira.

Meus irmãos Sonia, Márcia, Regina, Nalda e Carlos e os cunhados Sérgio, Toninho e Paulo e cunhada Adriana, minha gratidão eterna e meu reconhecimento de que todos fizeram tudo que era possível para tornar mais suave esse caminho.

Quero agradecer de forma especial: Roberto Carlos Souza, Célia Caprera, Maria de Fátima Augusti, Reginalda Aparecida, que nesse mundo capitalista apostaram financeiramente nesse projeto e me socorreram inúmeras vezes.

Agradeço aos Assistentes Sociais sujeitos dessa pesquisa que me receberam prontamente e, dessa forma, me auxiliaram na realização da tese.

Agradeço a orientadora Maria Carmelita Yazbek pelo auxílio e troca. Quero publicizar o meu orgulho de ter sido sua orientanda e dizer que em minha opinião a senhora carrega o verdadeiro sentido de ser intelectual: auxiliar o outro a crescer.

Agradeço a minha companheira Santa Rita por estar sempre junto comigo.

O que as paredes pichadas têm pra me dizer?
O que os muros sociais têm pra me contar?
Porque aprendemos tão cedo a rezar?
Porque tantas seitas têm, aqui seu lugar?

Marcelo Yuka e Nelson Meirelles

RESUMO

O documento apresenta estudo sobre a questão da pobreza, ressaltando seu vínculo com a sociedade capitalista e as diferentes abordagens que ela assume diante das políticas sociais brasileiras. Nesse estudo também são tratados aspectos históricos do Serviço de Assistência Social, bem como alguns avanços obtidos e novas perspectivas que se desenham a partir do SUAS; ele, ainda, é complementado pela análise dos resultados de uma pesquisa realizada com profissionais do Serviço de Assistência Social que atuam em instituições públicas de alguns municípios do estado de São Paulo. A partir dos resultados obtidos na pesquisa – que denotam a existência de uma cultura conservadora fundamentando os discursos e intervenções das pessoas entrevistadas –, propõe-se reflexões a respeito do projeto ético-político da profissão de Assistente Social e, também, ações que podem ser implementadas de modo a garantir maior alcance das políticas sociais, em consonância com os princípios e valores emancipatórios que a norteiam.

Palavras chave: pobreza, política social, SUAS, Assistente Social.

ABSTRACT

The document presents a study about the matter of poverty, pointing out its ties with the capitalist society and the different approaches it takes on towards the Brazilian social policies. In this study, historical aspects of the Social Work Service are also dealt with, as well as some progress achieved and new perspectives outlined from the SUAS (Social Work Sole System); it is further complemented by the analysis of results of a research carried out with Social Work professionals who act at public institutions in some São Paulo State municipalities. From the results obtained in the research – that denote the existence of a conservative culture backing the discourses and interventions of people interviewed -, it is proposed that reflexions be made with regard to the ethical-political project on the Social Worker profession and, also, that actions be implemented so as to assure a longer reach of social policies, in harmony with the emancipative principles and values guiding it.

Key Words: poverty, social policy, SUAS, Social Worker

INDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS NO SISTEMA CAPITALISTA	17
1.1 – A Questão da Pobreza	17
1.1.1 – Principais Conceitos de Pobreza	30
1.2 – Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa	37
1.3 – As Consequências da Pobreza	44
1.4 – Pobreza e Política Social no Brasil.....	53
1.5 - O SUAS e a Possibilidade de Ampliação das Ações.....	64
CAPÍTULO II	
ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ASSISTENTE SOCIAL.....	76
2.1 – Algumas Considerações sobre o Serviço Social	76
2.2 – O Serviço Social e a Assistência Social	86
CAPÍTULO III	
A QUESTÃO DA POBREZA NA CONCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL.....	92
3.1 – A necessidade da Percepção Sobre Pobreza dos Profissionais de Serviço Social na Política de Assistência Social.....	92
3.2 – A Questão da Pobreza e o Assistente Social	96
3.2.1 – A Herança do Discurso Conservador	99
3.2.2 – A Tentativa do Discurso Articulado.....	115
3.2.3 – A Predominância da Dinâmica Relacional no Discurso sobre a Pobreza	131
3.3 – O Serviço Social e a Questão da Pobreza	137
3.4 – A Prevalência da Cultura Política Conservadora no Discurso Profissional	139
3.5 – Limites e Possibilidades da Política de Assistência Social e a Questão da Pobreza	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163
APÊNDICE 1	
INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS	177

INTRODUÇÃO

É inegável que a escolha de objetos e temas de pesquisa sempre revela algo do pesquisador. O fato de ser Assistente Social foi determinante para que nascesse o desejo de discutir o conceito de pobreza na visão de profissionais da área que trabalham no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

No início, por volta de 1988, o que moveu tal vontade foi a aproximação com a política de Assistência Social, por meio de atividades profissionais desenvolvidas junto à Secretaria de Promoção Social do município de Campinas. Lá, e já naquele tempo, tínhamos questionamentos com relação à citada política, principalmente, quanto à forma de gestão adotada – programada de forma a garantir a concretização de tarefas que outras secretarias entendiam como desnecessárias. Uma outra inquietação que nos afligia dizia respeito às intervenções “delegadas” aos Assistentes Sociais que, no nosso entender, produziam resultados de uma “antipolítica”¹ desenvolvida na contramão dos direitos.

Nessa época, muitos profissionais questionavam os caminhos que estávamos percorrendo, com base na dicotomia que se observava entre o que estávamos garantindo legalmente e o que era efetivamente oferecido. É importante lembrar que foi nesse período que a Assistência Social foi instituída, na Constituição Federal, como uma Polícia Pública destinada a oferecer os mínimos sociais. Então, as ações que eram desenvolvidas, no entender dos Assistentes Sociais daquela Secretaria, não possuíam solução de continuidade nem abrangência capazes de suprir essa demanda.

Já na década de 1990, no processo de mestrado e em função de sua qualidade, tive a oportunidade de amadurecer o conhecimento acerca da função e da natureza das políticas sociais, em especial as da Política de Assistência Social, o que intensificou os questionamentos já mencionados.

No processo de docência, como professora de política social, também convivi com questionamentos vindos de alunos e que viam acontecer, muitas vezes, no

¹ Referimo-nos à ações pontuadas como política social, mas realizadas como ações de ajuda, sem critérios de política social, porém denominada como tal.

campo de estágio, a chamada prática baseada no senso comum, portanto, dissociada dos fundamentos da política social.

Também, ao realizar palestras e supervisões destinadas aos profissionais de Serviço Social, sempre fui abordada sobre a “acomodação dos pobres”, seus “inúmeros filhos” e a “falta de aptidão ao trabalho”, além de ter de responder à questões relativas às alternativas possíveis para que essa “falta de atributos” não atrapalhasse a implementação da política. Nesse aspecto, é preciso esclarecer que esse discurso ganhou ainda mais força depois da implantação do SUAS devido ao otimismo que se estabeleceu com relação aos horizontes de abrangência propostos por ele, o qual determinava a contenção das ações de acordo com o perfil dos usuários.

Nesse sentido, surge uma nova inquietação: embora tenhamos, como legado, todos os avanços que o Serviço Social, como categoria profissional, ajudou a implantar na Política de Assistência Social, constato que ainda persiste, em alguns profissionais, uma concepção de pobreza que corrobora na implementação da antipolítica de assistência social já que está baseada no “jeitinho emergencial e temporário”, ou seja, está permeada pela cultura conservadora² que coloca os sujeitos em situação de pobreza fora do campo dos direitos sociais.

Adotando-se como ponto de partida a perspectiva teórica de IAMAMOTO, esses posicionamentos também representavam um desafio a ser superado para que fosse possível a obtenção de melhores resultados da Política de Assistência Social, pois:

A aparência de efetuar uma concessão de benefícios – e não de viabilização de direitos – aliada às estratégias discriminatórias, seletivas e meritocráticas no atendimento às necessidades dos segmentos subalternos tem resultado predominantemente em “reiteração da subalternidade”. A relação entre instituições que implementam as políticas de assistência e o público alvo tem conduzido à pulverização das demandas, obscurecendo sua força e sua dimensão coletivas. Essas demandas despolitizadas abrem caminho ao clientelismo no trato da questão social” (IAMAMOTO: 2008, 309).

² Referimo-nos à perspectiva baseada na ideologia liberal onde os indivíduos deverão obter no mercado condições para o seu Bem Estar, “(...) pressupõe que o individuo possa trabalhar para poder *normalmente*, com o salário obtido, satisfazer as suas necessidades de subsistência e as de sua família. O trabalho é o critério de vida normal para viver bem. Os que não conseguem com o salário que ganham obter essa vida *normal*,vêm censurados socialmente pelas próprias políticas sociais que atribuem então, aos indivíduos seu fracasso”(FALEIROS,1985,44). Nessa perspectiva os indivíduos são considerados fracassados e desadaptados. Ainda de acordo com YAZBEK(2008,p.78) O pobre, trabalhador eventual e destituído, é o usuário dessas políticas pelas quais é visto como “indivíduo necessitado”,e muitas vezes como pessoa acomodada, passiva em relação à sua própria condição, dependente de ajuda, não cidadão.

Na base das reflexões realizadas, empenhei-me na conquista de um entendimento a respeito de como os profissionais compreendem a questão da pobreza na sociedade capitalista e seus vínculos com o sistema. Particularmente, tinha por objetivo analisar de que modo eles vinculavam a existência da pobreza à organização social vigente, ou seja, se entendiam a pobreza como manifestação da questão social. Também busquei identificar como os profissionais avaliam as consequências da pobreza, como as identificam, assim como que análise realizam da política de assistência social, sua função e alcance diante das situações de pobreza. Nesse sentido, o que buscava era identificar as motivações que dirigiam a intervenção profissional que propunham e sua consonância com os interesses dos usuários naquela condição.

Na pesquisa, foram destacadas seis entrevistas realizadas com profissionais de Serviço Social que atuam na área de Assistência Social³. Trata-se de uma amostra que, intencionalmente, nos ajudará a compreender o pensamento de profissionais de Serviço Social na região. Segundo Martinelli (1999), o importante não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa. Dessa forma,

Não estamos procurando medidas estatísticas, mas sim tratando de nos aproximar de significados, de vivências, não trabalhamos com amostras aleatórias, ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar a pesquisa (Martinelli, 1999,p.24).

A escolha dos sujeitos entrevistados foi realizada pelos gestores das cidades (de médio e grande porte) onde realizamos a pesquisa. Foi solicitado a eles que selecionassem e indicassem dois profissionais que exercessem atividade profissional junto ao SUAS, e o tema das entrevistas era 'Pobreza e Política de Assistência Social'. Dessa forma, cabe ressaltar que não houve interferência quanto à decisão de quais profissionais seriam sujeitos de pesquisa.

Para compor a pesquisa, foram utilizadas técnicas como as de observação e entrevistas semi-estruturadas⁴, esta com questões abertas e cujas respostas foram gravadas e transcritas para posterior análise e compreensão dos resultados.

³ Todos os profissionais são do Estado de São Paulo.

⁴ Em anexo.

Para a análise das informações coletadas foi utilizado o método qualitativo, a partir de questões que objetivavam compreender, principalmente, que concepção de pobreza e dos usuários nessa situação permeava o agir profissional dos sujeitos da pesquisa. Pois:

É no campo das experiências concretas, na interlocução crítica com a cultura e no embate com os projetos políticos existentes no movimento real da história que, para Gramsci, se chega progressivamente à compreensão de si mesmo, à elaboração de uma própria concepção de mundo, de uma teoria do conhecimento, e à construção de métodos que “cada pesquisa científica cria para si da forma mais adequada” (Q 826). Para Gramsci, de fato, como para Marx, o pensamento é parte integrante da realidade e existe uma ligação inseparável entre o agir e o conhecer. A leitura dos fatos e a compreensão das coisas não são abstrações aleatórias e assépticas, mas derivam da trama sociopolítica na qual os indivíduos estão situados (Semeraro, 2001, p.96).

Sobre as entrevistadas, temos a acrescentar que são profissionais de Serviço Social com tempo de formação que varia de 05 a 23 anos, sendo que a maior parte – excessão feita à entrevistada formada há 5 anos –, trabalha na área da Política de Assistência Social há mais de 10 anos. Também é preciso ressaltar que 50% das entrevistadas possuem curso de pós graduação Lato Senso, sendo uma delas na área de políticas públicas.

No primeiro capítulo deste trabalho, focamos a questão da pobreza, identificando suas raízes e serventia ao sistema capitalista e localizando-a como uma manifestação da questão social e de seus agravos na vigência do neoliberalismo. Nesse contexto, optamos por usar o conceito de pobreza como privação de capacidade, conforme cunhado por Sem(1999) – um conceito liberal que visa a discutir a pobreza pelo viés da Política Pública, conforme destacado logo a seguir –, mesmo considerando que tal conceito visa a adotar um modelo de administração da questão dentro do capitalismo e por via exclusiva da Política Social.

Essa escolha se justifica porque o conceito permite que a política social, para fins de atendimento da pobreza, seja exercida considerando que “apesar do papel crucial das rendas nas vantagens desfrutadas por diferentes pessoas, a relação entre, de um lado, a renda (e os outros recursos) e, de outro, as realizações e liberdades substantivas individuais não é constante nem, em nenhum sentido, automática e irresistível. Diferentes tipos de contingências acarretam variações sistemáticas na ‘conversão’ das rendas nos ‘funcionamentos’ distintos que podemos realizar, e isto afeta os estilos de vida que podemos ter” (Sen:1999, 133).

Também buscamos diferenciar, nesse capítulo, *pobreza absoluta* de *pobreza relativa* – ressaltando suas diferenças e semelhanças –, mas considerando-as como partes de um mesmo fenômeno que recebe atenções distintas no que se refere à viabilização de políticas públicas.

Também pretendemos demonstrar as consequências da pobreza no patamar da ausência de direitos dos indivíduos nessa condição, destacando os prejuízos que essa situação causa. Assinalamos, ainda, algumas discussões das políticas sociais, especialmente no Brasil, destacando as de cunho assistencial que guardam, na sua história, vínculos com a forma ainda utilizada para se pensar a situação dos indivíduos em situação de pobreza em nosso país.

Tratamos, todavia, dos avanços trazidos pelo SUAS, traduzidos como um momento especial de otimismo, aferindo destaque ao fato de as mudanças ocorridas no campo da gestão demonstrarem as várias possibilidades de intervenções práticas, além de elucidar a concepção da Política de Assistência Social como política destinada a prestar proteção social aos sujeitos em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social.

No segundo capítulo, buscamos destacar o profissional de Serviço Social, suas atribuições e compromissos assumidos enquanto categoria profissional, além dos desafios e entraves advindos do papel profissional na conjuntura econômica neoliberal. Também nos propusemos a diferenciar Política de Assistência Social do profissional Assistente Social, refletindo sobre as aproximações históricas que existem entre a assistência e o surgimento da profissão e elencando as diferenças atuais entre elas, suas atribuições e compromissos.

No terceiro capítulo, buscamos salientar a importância e necessidade de se adotar, para o exercício profissional do Serviço Social, uma concepção de pobreza coerente com as expressões da questão social, pontuando as consequências que um equivocado conceito de pobreza pode causar no trabalho profissional, uma vez que podem limitar os possíveis alcances e resultados da intervenção profissional.

Nesse capítulo também são apresentadas as transcrições das entrevistas realizadas, juntamente com a análise dos resultados da pesquisa. Aqui, podemos antecipar que tais resultados constituem mais uma inquietação para a categoria, embora a pesquisadora considere que eles não comprometem, necessariamente, a competência dos trabalhos prestados pelos profissionais de Serviço Social de forma

geral. Ou seja, acreditamos que o discurso predominante nas respostas obtidas não representa o pensamento hegemônico da categoria.

O que fica evidenciado por meio dos relatos é a permanência de um discurso conservador⁵ já desqualificado em nossa categoria, portanto, interessa-nos afirmar que – para além do aspecto quantitativo –, é desconcertante a constatação da presença desse tipo de concepção, ainda hoje, em profissionais de serviço social. Também é necessário que se registre que os discursos apresentados pelas entrevistadas baseiam-se em conceitos abandonados até por órgãos conservadores, já que colocam em risco a aplicação da política social em regiões de suas responsabilidades e não será demais reforçar o que já foi dito anteriormente, de que esse tipo de discurso define e orienta uma intervenção conservadora.

Sabemos que sociedade capitalista, desde a sua origem, busca sua legitimação por meio do discurso ideológico de que as desigualdades sociais são superáveis por meio do esforço individual, mas o Serviço Social, como profissão, há muito abandonou essa perspectiva.

Neste sentido, as reflexões a respeito do fato de que a questão social é ocasionada pelo capitalismo não podem ser obscurecidas, uma vez que, se assim o for, ficará para a primeira – a questão social – a responsabilidade das manifestações e expressões da pobreza, além de se permitir que explicações simplistas minimalizem as consequências advindas do sistema. E, embora seja essa a forma que norteia o discurso conservador capitalista, tanto suas consequências sobre a pobreza e, como resultado disso, tanto suas implicações na forma de pensar as políticas sociais para o enfrentamento da questão nos permitem constatar a existência de uma perspectiva que faz com que profissionais pertencentes a uma categoria que historicamente lutou para o avanço dessas políticas sejam

⁵ De acordo com IAMAMOTO(1992), o conservador reage aos princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo: seu pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista com fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes. O conservador elabora seu pensamento como reação à influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano de reflexão, como defesa, decorrente na necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes. FALEIROS(1985) o denomina como lógica da dominação e realça que na intervenção profissional por essa lógica só é racional o que é útil, o que pode servir a manutenção da ordem estabelecida. O saber busca especificamente no caso do Serviço Social, meios, mediações, para que se alcancem os objetivos gerais do sistema, pela reintegração dos elementos isolados desviados. A prática profissional do Serviço Social usa, então, a técnica de “interpretação” da conduta individual, considerando-a de acordo com os valores e parâmetros estabelecidos.

identificados como empecilhos à implementação da mesma, em função de sua falta de entendimento teórico a respeito da pobreza e das condições dos usuários nesta situação.

Estamos nos referindo a uma explicação conservadora a respeito da sociedade, que promove, conseqüentemente, uma forma de gerir e impulsionar as diretrizes para as políticas sociais amparada em uma visão que prioriza a ideia de incapacidade pessoal dos usuários da Assistência Social em detrimento de uma concepção de seus direitos de cidadania, e baseada em valores e normas da sociedade burguesa, que buscam assegurar a manutenção das relações sociais existentes.

Entendemos que, assim como a teoria é norteadora da prática, a prática norteia a teoria, existe uma enorme diferença entre 'intenção de fazer' e o 'próprio ato' e esperamos que 'o fazer' venha a contribuir para o ato de repensar a ação profissional, à luz de uma teoria condizente com as transformações que se deseja na realidade social.

Por fim, concluímos questionando algumas das tensões referentes aos acúmulos teóricos da profissão e propomos algumas perspectivas para que se possa varrer, definitivamente, os resquícios da cultura política conservadora que ainda permeia o agir profissional de alguns assistentes sociais. Desse modo, esperamos ter contribuído para a problematização de mais uma inquietação desta categoria que nunca deixou de mudar, de crescer, e que nunca temeu desafios.

CAPÍTULO I

POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS NO SISTEMA CAPITALISTA

1.1 – A Questão da Pobreza

O capitalismo produz e reproduz relações sociais fundadas na propriedade privada e na expropriação do trabalho para a acumulação do capital. Essa lógica se materializa numa contradição fundamental: produção social da riqueza versus apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Em outras palavras, essa questão localiza-se no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista extremamente desigual no qual coexistem a acumulação do capital e a miséria. De acordo com YAZBEK (2001, p.36) as contradições do sistema capitalista são expressões diretas das relações resultantes do conflito capital/trabalho, uma vez que tais contradições reproduzem na sociedade, um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos.

Ainda com relação a essa contradição se o acúmulo de riqueza é o objetivo principal de uma determinada classe, faz-se necessário, em contraponto, a exploração de outro grupo, possuidor da força de trabalho, para que se garanta tal acumulação. Desenvolve-se, assim, uma relação na qual tanto o desejo pelo lucro quanto a exploração são comportamentos aceitos como naturais e lícitos numa sociedade de classes.

A existência da riqueza é explicada, no capitalismo, pelo esforço individual. Nesse contexto, cria-se a ilusão de mobilidade social⁶, divulgada como a possibilidade que todos os indivíduos têm de migrar, ou não, aos escalões superiores da hierarquia social. Essa ascensão seria hipoteticamente alcançável por meio do empenho particular e também da liberdade de mercado uma vez que, teoricamente, o sistema econômico daria oportunidade a todos os indivíduos de alcançarem este patamar de riqueza. É a ideia de migrar para uma situação mais privilegiada no interior do sistema que impulsionaria ao indivíduo a visualizar novos

⁶ O conceito de mobilidade social pelo capitalismo expressa a liberdade de oportunidade que todos teriam dentro do sistema. O sociólogo José Pastore o analisa como as chances de alguém progredir contornando as limitações sociais impostas pela renda familiar, pela escolaridade dos pais e pelas condições macroeconômicas.

horizontes e esforçar-se para obter um outro status, mesmo sem considerar as condições que o sistema proporciona, ou não, para essa aquisição. Mas, essa justificativa ideológica é o que mantém disponíveis aqueles que possuem a força de trabalho para que se inseram no mercado quando solicitados pelo sistema. Assim, a percepção que se tem é a de que, se eles não adentrarem no mercado estarão sujeitos à pobreza e à miséria, já que a força de trabalho é o único atributo que possuem.

Essa lógica, difundida pelo sistema liberal capitalista e absorvida pelos discursos e interpretações da classe privilegiada, tem por base a produção da desigualdade social como fator importante para o desenvolvimento do sistema, ou seja, a distinção entre as classes econômicas funcionaria como impulsionadora da competitividade necessária ao crescimento social, propiciando, dessa forma, a aceitação das desigualdades por ambas as camadas.

É importante assinalar que, mesmo coexistindo as relações de classe no sistema capitalista, a classe trabalhadora sempre teve um histórico de luta por reconhecimento enquanto que os que detêm os meios de produção lutam pela apropriação e acumulação de lucro e riqueza socialmente produzida. Isso significa dizer que a classe trabalhadora, mesmo encontrando-se em condições subalternas e desfavoráveis aos seus interesses, ainda consegue se organizar para colocar limites à exploração advinda do sistema, e isso ocorre porque a própria necessidade da manutenção do sistema impõe às classes que vivem do trabalho “a ação” de se organizar para deter à opressão, ora de modo mais ofensivo, ora mais passivamente, de acordo com a conjuntura social, econômica e política existente.

Observa-se, nessa análise, dois aspectos fundamentais: a existência de campo de trabalho para os trabalhadores e as consequências que as modificações do sistema impõem aos mesmos. Isso implica dizer que as relações sociais capitalistas expressam a questão social⁷ inerente ao sistema e esta última permeia o capitalismo variando em suas expressões de acordo com as configurações do mesmo. Dessa forma, torna-se necessário avaliar esses dois aspectos como parte constitutiva do

⁷ Para Marx e Engels(2005, p. 62), a questão social está subjacente às suas manifestações concretas. É o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é o crescimento relativo da pauperização. A pauperização é expressão das contradições inerentes ao capitalismo, que constrói o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, o reduz progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital, promovendo a exclusão em larga escala.

sistema: “embora concordemos que existam novos elementos, novas expressões imediatas da “questão social”, que poderiam nos levar a pensar que ela é nova, entendemos que existe uma nova versão, ou uma nova forma de se manifestar a “questão social” mas que ela continua a manter os traços essenciais e constitutivos da sua origem” (PASTORINI, 2004,p 12).

Em outras palavras, enquanto se produz a riqueza de uma minoria – detentora dos meios de produção –, e reproduz-se a pobreza de muitos, as consequências advindas da exploração vão se modificando de acordo com os arranjos necessários à manutenção dessa mesma situação. No entanto, a questão social permanece vigente, e se impõe pela luta contra a exploração, que não se encerra, independentemente do modo como se organiza. Então, concordamos com PASTORINI (2004) quando diz de que existem várias versões da questão social nos diferentes estágios do capitalismo, porém (...) “mantendo-se os elementos da busca da estabilidade e a manutenção da ordem estabelecida, da preocupação com a reprodução dos antagonismos e contradições capitalistas e da legitimação social como denominador comum entre essas diferentes versões” (PASTORINI, 2004,p 12).

Neste sentido, são as manifestações da questão social que aparecem com novas configurações, novos acirramentos, de acordo com as condições societárias do momento. Elas se expandem ou se retraem, tendo em vista a conjuntura econômica e política, mas sempre em função do contexto em que se dá a luta de classes e das contradições presentes na própria questão social. Isso implica dizer que, no espaço das contradições, ampliam-se os vários atores sociais e alteram-se historicamente as respostas da classe socialmente subordinada e também da classe hegemônica, face à correlação de forças⁸ existentes. Essa correlação pode se expressar tanto pela organização das classes subalternas contra as ofensivas do capital – como um obstáculo à manutenção do capitalismo – quanto pela força da opressão que fará com que as classes subalternas se desdobrem em função da força dos capitalistas. Por isso encontram-se, no decorrer da história do capitalismo, diferentes respostas à questão social.

⁸ Conceito GRAMSCIANO cunhado por FALEIROS(1985) para expressar o fato de que, embora haja o processo de exploração, que permite a classe dominante ser detentora do poder, a classe dominada também possui força, principalmente quando organizada, e obtém conquistas todas as vezes em essa força coloca em risco a manutenção do sistema.

Conforme CASTELO BRANCO (2006), as múltiplas expressões da “questão social” tornam-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes quando “sua antípoda, a classe trabalhadora, organiza-se em torno de sujeitos coletivos que dão voz, expressão e ação aos interesses proletários. Isso porque demandam e exigem reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais, plenos direitos de cidadania e, num sentido mais radical, a supressão do capitalismo por uma nova ordem social” (CASTELO BRANCO, 2006: 33).

Atualmente, a questão social vem sendo discutida sem explicitar suas raízes históricas originárias no conflito capital/trabalho, ou seja, na mesma lógica capitalista de exploração, o Neoliberalismo despolitiza as relações impostas pelo sistema e as coloca como naturais. Sendo assim, a complexidade do problema fica obscurecida, bem como as suas várias dimensões e implicações na vida dos indivíduos e da sociedade. Embora exista uma crise que rebaixa ainda mais as condições de sobrevivência da classe subalterna há, ao mesmo tempo, um alargamento cada vez maior dos espaços privados para a acumulação do grande capital – e essa situação é colocada como natural e parte inerente ao sistema.

São várias as consequências desse modelo social neoliberalista que, nas últimas décadas, desenvolve a perspectiva do mercado “como instância mediadora societal elementar e insuperável” (NETTO, 2001, p 77). A perspectiva neoliberal mantém uma correlata “proposição política que repõe o Estado mínimo” para viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital –, e se identifica tanto com a maximização dos lucros como com a primazia do mercado. Para garanti-las, acirra-se ainda mais a relação capital/trabalho, o que acaba por impor a reestruturação produtiva⁹ que tem, como consequência, o desemprego estrutural¹⁰, situação que torna a classe trabalhadora ainda mais vulnerável.

O neoliberalismo trouxe alterações estruturais ao sistema de produção capitalista, provocando a ruptura da relação entre produção/emprego e emprego/renda e gerando crescente produtividade, com elevação, inclusive, do índice excedente de força de trabalho. Tais alterações, com certeza, têm promovido

⁹ Reestruturação produtiva refere-se às mudanças no modo de trabalho realizadas para atender as inovações tecnológicas. Tais mudanças têm como consequência o acirramento da exploração do mundo do trabalho.

¹⁰ O desemprego estrutural é uma das consequências da reestruturação produtiva que faz com que os capitalistas necessitem menos da força de trabalho, trazendo desvantagens aos que possuem essa força, uma vez que a mão-de-obra humana é substituída pela tecnologia.

aumento de riqueza social para alguns, mas, também, têm provocado aumentos progressivos no índice de desemprego, na precarização das relações de trabalho e na baixa remuneração para os trabalhadores. Para a classe que depende da própria mão de obra para viver, essa é uma cruel combinação, pois a coloca em total vulnerabilidade, já que o trabalho deixa de significar ‘possuir condições de manter suas necessidades básicas’. Sendo assim, o mercado informal torna-se a alternativa de sobrevivência cada vez mais procurada, meio em que o empregado de hoje engendra-se numa luta para não ser o desempregado de amanhã.

Concordando com SCHONS (1999), a resultante desta situação é uma sociedade extremamente desigual, “em que os canais de participação estão fortemente obstruídos, os sindicatos acuados, os partidos (...) políticos de oposição fragilizados e a sociedade civil incapacitada de esboçar reações” (SCHONS 1999, p 15).

Atualmente, o neoliberalismo vem se colocando como um projeto político do grande capital em que preconiza e materializa uma diminuição da necessidade da força de trabalho ao privilegiar o capital especulativo como forma de acumulação de riqueza. Então, o trabalhador, além de oferecer força de trabalho ao mercado, precisa ter essa força especializada e competitiva a fim de garantir sua inserção profissional; aos que não a têm, as alternativas de trabalho se apresentam de forma precária e temporária. Concordando com IVO(2004):

Os novos requerimentos tecnológicos e os novos padrões de organização do processo produtivo sobrepõem às antigas e persistentes desigualdades uma segmentação cada vez maior entre setores crescentemente restritos de trabalhadores mais qualificados, mais valorizados e preservados em seus empregos, e uma maioria que não apresenta as habilitações exigidas pelo novo padrão produtivo, transitando entre o desemprego, o mercado informal e as velhas e novas formas de trabalho precário.(Ivo:2004,58)

Essas situações, consequências da forma como está organizado o mundo moderno, são apresentadas como naturais e necessárias à “criação” de uma sociedade altamente tecnológica e adquirem contornos de um ideal quase hegemônico porque propicia bons resultados econômicos, mas, também, dificultam a discussão e a politização dos problemas sociais – principalmente as questões da vulnerabilidade da classe trabalhadora e da pobreza, que crescem assustadoramente. Isso equivale a dizer que o Neoliberalismo dificulta a

operacionalização de mudanças importantes – no âmbito estrutural da sociedade –, além de tolher a necessária compreensão das manifestações vigentes.

Vemos crescer o individualismo e a competitividade, especialmente naqueles que têm, como preocupação principal, ocupar o mercado de trabalho e garantir a própria sobrevivência, e esses comportamentos têm determinado uma delicada crise global – crise da ética –, em que se verifica estagnação do pensamento crítico e indivíduos desconectados e apolíticos diante das mudanças. Desse quadro decorre uma grande falta de coerência entre pensar/agir e, sobretudo, um clima de instabilidade que impede uma real visão sobre a questão, do que resulta uma classe subalternizada, sem poderes na sociedade.

Para muitos teóricos, o Neoliberalismo ressuscitou a raiz selvagem do capitalismo. Suas tendências propiciam um eixo econômico à contemporaneidade, mas camuflam a maior questão social do nosso tempo: a mortal injustiça praticada com a classe subalterna, que sobrevive da força de trabalho. Assim, em decorrência dos ganhos econômicos de poucos, as consequências sociais são reprimidas e/ou descaracterizadas, pois, a medida em que se modificam as formas históricas de respostas à questão social, alteram-se, também, as manifestações e se intensifica sua gravidade. Um exemplo disso é o fato de o aumento de riqueza social de alguns induzir o aumento progressivo do desemprego, da precarização das relações de trabalho, da baixa remuneração etc.

Ao afirmar que, na “expansão econômica o exército industrial de reserva exerce uma pressão sobre o capitalista mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais” (MARX, 1988: v.II, 194), MARX chama atenção para o fato de que não é o desenvolvimento da tecnologia que gera desemprego, mas, sim, a apropriação privada da força de trabalho pelo capitalista. Ao reduzir o tempo socialmente necessário para produção, se não estivéssemos submetidos aos ditames do capital, poder-se-ia garantir mais tempo livre para a população a fim de que esta desenvolvesse outras capacidades humanas, principalmente na fase de expansão do capitalismo industrial (MARX, 1988). “Os trabalhadores ativos, no momento de superprodução e crise funcionam como freio às suas exigências” (CARVALHO e IAMAMOTO, 2004,p. 60).

As classes trabalhadoras – que encontravam na possibilidade da venda de sua força de trabalho as condições favoráveis à sua sobrevivência – passaram a ter maior vulnerabilidade em virtude do modelo de sociedade em curso. Entre outras

consequências, esse modelo atinge a força de trabalho ao produzir o desemprego estrutural e um padrão de inclusão exigente que visa, principalmente, a total autonomia do sujeito em relação ao Estado. “Nesse novo contexto de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, a questão social se expressa na insegurança do trabalho assalariado e na penalização dos trabalhadores” (YAZBEK, 1997, p17).

O acesso aos meios de satisfação das necessidades básicas para sobrevivência, nas sociedades de mercado, é conferido, em primeiro lugar, pela renda que, para a grande maioria da população, advém do trabalho assalariado – consequentemente do salário. “A renda depende, no mínimo, da existência de oportunidades de emprego com remuneração suficiente” (ABRANCHES, 1987,p. 18) o que nos permite afirmar que a penalização da classe trabalhadora, atualmente tem contornos ainda mais graves, mais cruéis que em outros tempos. Estes agravantes se referem à capacidade de exploração e insegurança imposta pelo sistema capitalista.

A diretriz neoliberal, que determina o viés economicista dessa sociedade, trouxe agravamentos na já existente fratura social uma vez que a relevância e espaço das discussões predominantes no âmbito das questões que dizem respeito ao mercado (subordinação ao mercado), colocaram a população em estado de pauperização e em um plano que ameaça a ordem social vigente. Consequentemente é necessário que se discuta a pobreza não só como uma das maiores manifestações da questão social atual, mas, também, como forma de manter a estabilidade do sistema

Outro aspecto básico da política neoliberal –unificadora de todas as frações da burguesia –, é supressão e redução dos direitos sociais e trabalhistas. Há uma equação entre retração dos direitos sociais e trabalhistas de muito e o aumento da riqueza de poucos. Tal evidência culmina com a degradação das condições de vida da maioria vitimizada pela redução de empregos e salários, com a concentração de renda e com a total desproteção oriunda da degradação dos serviços públicos; o que tem sido resguardado é a relativa qualidade dos serviços privados, mas somente para a população que pode buscá-los no mercado.

Assim, são expressivas consequências desse modelo a tentativa de desmonte da proteção social – fruto da luta da classe trabalhadora para o reconhecimento da fratura social – e o insistente discurso de que o bem estar é possível de ser

alcançado no mercado. É desse modo que se estabelece um estado mínimo no qual a sociedade, por meio de atitudes de solidariedade, resolve “os problemas” dos incapazes e/ou fracassados, e a filantropia acaba por ser retomada como base para o enfretamento da questão social, o que denota um retrocesso nas conquistas sociais dos trabalhadores, já que lhes resta, como alternativas, ou a possibilidade de recorrer aos serviços públicos sucateados, ou buscar as iniciativas filantrópicas, convocadas pelo neoliberalismo a prestar solidariedade aos pobres.

“Cidadãos são assim tratados não como sujeitos dotados de direitos, mas sim como receptores de favores e generosidades” (PAOLI: p.413). Para PAOLI, as associações filantrópicas empresariais atuam numa esfera pública não-estatal, não apresentando uma interlocução com o Estado. Esse processo, como um todo, além de enfraquecer a concepção de direitos, reforça as ideias de prestação de favores por parte do Estado ou de estabelecimento de privilégios para os segmentos de trabalhadores que ainda não os possuem. (PAOLI: p.413)

A submissão das classes populares às exigências de expansão do sistema capitalista sustenta novas formas de polarização social que pauperiza uma proporção cada vez maior de pessoas. Assim, em decorrência do aumento da acumulação de capital há o aumento da pobreza e da pauperização¹¹, esta última surgindo de forma silenciosa e com poucas resistências e/ou limites. Todavia, as discussões a respeito desse fenômeno estão destinadas a permanecer latentes enquanto forem ofuscadas pelos doutrinamentos neoliberais. Isso torna as condições atuais ainda mais agudizadas, pois é preciso compreender que, em se tratando do modo capitalista:

Contraditoriamente, a classe trabalhadora, ao fazer crescer a lucratividade da classe capitalista, reduz as possibilidades de obter os meios de vida do conjunto da população trabalhadora, já que, neste mesmo processo em que cria riquezas para outros, cria também as condições para que se reproduza uma parcela de população excessiva para as necessidades médias do capital, isto é, em proporção à intensividade e extensão do processo de acumulação (IAMAMOTO & Carvalho, 1985, p.59).

¹¹ De acordo com SILVA (2009) e MARX (1980) definia pauperização como um a decorrência do processo de exploração advindo do trabalho permitindo que seres humanos vegetassem no inferno da indigência, constituindo o asilo dos inválidos da população ativa e o peso morto do exército industrial de reserva.

Para efeito dessa discussão, tomamos o conceito de que, atualmente, a pauperização pode ser entendida como um fenômeno moderno, não sendo redutível apenas à falta de rendimentos suficientes para a sobrevivência. É realmente a modernização da pobreza, com efeitos devastadores em todas as dimensões da vida social. É resultado inerente da expansão do capitalismo existente.

No tempo presente, as mudanças no mundo do trabalho¹² resultaram no aumento da produtividade em um grau antes nunca visto. Inversamente, os meios de produção absorvem cada vez menos a mão-de-obra disponível no mercado, uma vez que o trabalho humano é substituído pelas inovações tecnológicas. Isso diminuiu de forma significativa a massa de trabalho necessária frente aos meios de produção, e, logo, o número de empregos. Sendo a força de trabalho fundamental para a sobrevivência na sociedade capitalista, é imprescindível afirmar que o Neoliberalismo, ao determinar os ‘necessários’ e ‘desnecessários’ ao sistema, insere, cada vez mais, grupos não pertencentes e/ou desnecessários ao modelo, o que produz novos segmentos em situação de pobreza. Soma-se a isso que, para exercer os poucos trabalhos que ainda restam disponíveis, é preciso ter conhecimentos tecnológicos cada vez maiores, o que, conseqüentemente, dificulta a venda da força de trabalho.

Com tudo isso, o que se cria é um excedente de trabalhadores que faz com que "a produção capitalista possa desenvolver-se livre de limites que possam se opor ao crescimento natural da população" (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985,p59). Em períodos de expansão, parte desse excedente é absorvida pelo mercado formal de trabalho e, em período de recessão, ela é rejeitada. Marx já afirmava que, quanto menos os capitalistas necessitam da força de trabalho, mais aumenta a dependência desta: a competição entre trabalhadores, causada pelo aumento da mão-de-obra disponível, se amplia e se manifesta de modo mais irregular e agressivo. Por isso, parte da classe trabalhadora acaba numa condição de miséria e de fome, enquanto alguns capitalistas médios passam a compor a classe trabalhadora (Marx 2005:69).

É preciso reafirmar que a pobreza, uma das expressões da questão social, da vida às relações existentes na sociedade e funciona como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras de desigualdade (YAZBEK: 2004,p.34). Segundo o sociólogo americano Herbert Gans (1996,p. 10) “a pobreza é o resultado claro de forças sociais poderosas que decidiram por sua existência”. Assim, e concordando com IAMAMOTO (1998):

¹² Conceito utilizado por Ricardo Antunes que considera como classe trabalhadora todos aqueles que vendem sua força em troca de salário e são desprovidos de meios de produção: proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de telemarketing e call Centers, além dos desempregados vitimizados pelas mudanças atuais (ANTUNES 2005, p.43)

A pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, mas referida à própria produção, são as relações entre as classes decorrentes da distribuição dos meios de produção que a estabelece (IAMAMOTO 1998, p. 16).

Esse entendimento pode ser construído quando se analisa as relações de produção e acúmulo por elas gerado, bem como a pobreza como decorrente do desenvolvimento das forças produtivas na lógica capitalista, e ele ganha maior ou menor proporção em decorrência das especificidades impostas pelo modelo que coloca novos reordenamentos sociais que ampliam e/ou minimizam a sempre necessária continuidade do capitalismo.

De fato, é preciso apontar que, no Neoliberalismo, há um acirramento do conjunto das expressões das desigualdades sociais, o que configura novos problemas políticos, sociais e econômicos. Porém, tal configuração deve ser vista como consequência do modelo de sociedade capitalista, reproduzida pelas relações de desigualdades entre as classes sociais.

É importante afirmar, ainda, que, a pobreza percebida no sistema capitalista tem se expandido significativamente. Para IAMAMOTO(1998), trata-se de uma cruel combinação da contemporaneidade marcada pelo aumento significativo de pobres produzidos principalmente pelo sistema neoliberal, isso porque o Neoliberalismo, enquanto patrocina as mudanças no mundo do trabalho faz com que o sistema necessite menos do trabalhador. Nesta análise concordamos com PASTORINI (2004):

Essa chamada “nova pobreza” deve ser analisada tendo em consideração uma dupla dimensão: por um lado, a pobreza “convencional” inerente ao sistema capitalista que diz respeito a ausência de renda e as desigualdades de classe, por outro, mas interligado, é necessário não esquecer o empobrecimento que vivenciam alguns setores da população, outrora melhor situados socialmente (PASTORINI:2004: 33)

Mesmo considerando toda essa discussão, importa ressaltar que a pobreza não é apenas resultante da dificuldade da venda da força de trabalho – embora esse seja um fator que faz com que os trabalhadores convivam com os baixos salários, numa combinação advinda da exploração que resulta nesta condição. Como já se afirmou anteriormente, a pobreza advém das das relações de produção e acúmulo de bens, o que ocorre no interior da lógica capitalista.

Neste sentido compreendemos que a pobreza é a manifestação de uma contradição do sistema, pois este impõe a desigualdade social pela exploração do

trabalho assalariado, pelo capital e por outras formas de opressão, ou seja, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, os interesses do capitalismo e os do trabalhador são absolutamente opostos.

A desigualdade e a pobreza sempre foram fundamentais para o funcionamento das economias capitalistas e as atuais transformações sociais no processo de acumulação de riquezas trouxeram acirramentos e novos segmentos à situação de pobreza. A saber:

Um fenômeno heterogêneo, multiforme, multidimensional, que atinge não apenas as clássicas camadas da população aprisionadas no círculo cumulativo de insuficiência/ analfabetismo etc; atinge também progressivamente segmentos maiores da população – tais como desempregados, jovens sem trabalho, idosos, migrantes, mesmo que nutridos e com escolaridade básica (MESTRINER, 2005: 30).

Para justificar uma necessidade ideológica de manutenção do sistema e de suas novas formas de acumulação, da-se à pobreza massiva várias explicações: em todas predominam as suas consequências e efeitos sociais em detrimento de suas raízes históricas. Desta forma, se discute muito a miserabilidade, a fome, o desemprego estrutural e muito pouco a organização social que as patrocina e aprofunda.

Sabe-se que a pobreza é uma questão milenar que antecede o capitalismo. Em modos de produção pré-capitalistas, tanto a pobreza quanto as desigualdades sociais estavam intimamente ligadas à escassez e/ou ao baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Depois, passou a ser explicada como situação problema de indivíduos e, nessa configuração, até os dias de hoje, nos deparamos com dificuldades para compreendê-la como complexa questão social acirrada e imposta pelo capitalismo.

Uma das primeiras explicações que omite a contribuição do capitalismo para a produção da pobreza deriva da visão malthusiana¹³:

Na visão malthusiana, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a pobreza foi definida como parte inseparável das leis gerais da natureza. Malthus (1983, p.283) afirmava 'que a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética'. Malthus atribui à expansão da

¹³ De acordo com Galvão Jr., o economista inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834) publicou em 1798, na Inglaterra, anonimamente, o seu primeiro livro, *An Essay on the Principle of Population, as It Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers*. Malthus (1983, p.282) expôs: "Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem".

pobreza na Inglaterra e no mundo, não às causas sociais e econômicas, mas a um fenômeno tão natural como o aumento da população (Galvão Jr., p3-4).

Já no capitalismo, a pobreza e as desigualdades estão associadas à produção de riqueza. Em outras palavras, a escassez passa a ser uma produção social e não mais resultado da ordem natural, como afirmava Malthus. Mas, em ambos os casos, a pobreza e as desigualdades sociais estão relacionadas à divisão da sociedade em classes sociais e à existência da propriedade privada (CASTELO BRANCO, 2006, p. 12).

Com o intuito de fragmentar e despolitizar a questão, reconceitualiza-se a pobreza, desnaturalizando-a como fenômeno advindo da exploração de classes. Assim a questão social como imposição do sistema – com seus vínculos históricos, estruturais e políticos –, é pouco discutida. Seus rebatimentos necessitam ser explicitados com os seus vínculos e complexidades devidamente relacionados.

Atualmente, a questão da pobreza vem sendo discutida como um problema da humanidade, mas, nessas discussões, não há um desdobramento acerca das formas que acirraram a pobreza e seus vínculos com a forma de organização da sociedade. As alternativas para o seu enfrentamento encontram-se nos limites do modelo econômico neoliberal, desde que permitam a administração da pobreza sem alteração do modelo econômico em vigor. As “consequências mais palpáveis são tidas como problemas individuais e ou conduzidas de forma despolitizadas, que podemos adjetivar como moralizante e voluntarista, descuidando intencionalmente o espaço que ocupam as lutas política e pela hegemonia” (PASTORINI, 2004, p. 22) em um sistema de classe.

As alternativas que se apresentam são medidas compensatórias destinadas àqueles que se encontram em situação de extrema pobreza. Como analisa Lautier (1999), desvinculando a pobreza dos seus determinantes estruturais, separam-se os indivíduos submetidos a essa condição dos seus lugares no sistema produtivo (como projeto ou como perda). Assim, o diagnóstico da erradicação da pobreza desvincula o sistema de proteção social, dos direitos sociais, passando a assistência a constituir um atributo individual para aqueles que "moralmente" têm direito ou potencialidade para se desenvolverem (apud Ivo,2004,p.59). Mesmo com a Assistência Social sendo considerada, desde 1988, como direito social, essa ideologia prevaleceu na lógica da gestão até a prorrogação do SUAS-NOB 2005.

Neste estudo, rejeitamos os conceitos de pobreza que abordam o tema unicamente como privação monetária, embora seja importante ressaltar que no capitalismo a falta de renda é fator importante para colocar os indivíduos em situação de pobreza; consideramos a pobreza como questão multidimensional em que se leva em consideração a situação auto-avaliada, ou seja, como o indivíduo percebe sua própria situação social. Nesta análise, destacamos AMATYA SEN(1999), que desenvolveu a conhecida abordagem das capacidades, que define a pobreza relativamente à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades bem como de fazerem respeitar seus direitos e busca analisar as diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos. É importante enfatizar não apenas os direitos sociais, mas também os direitos civis e políticos (SEN, 1988).

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas tem razão para buscar e correspondente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (SEN, 1999: 112).

Esse conceito amplia as possibilidades de ações das políticas públicas¹⁴ em combate à pobreza, colocando necessidades de ações mais profícuas e abrangentes; porém, é importante ressaltar que o conceito de pobreza tem de vir acompanhado de suas causas, ou seja, como consequência de tudo o que ocorre numa sociedade que legitima a exploração de uma classe sobre outra.

O conceito de pobreza como privação de capacidades foi adotado pelo Banco Mundial a partir do relatório de 2000-2001 (World Bank, 2000-2001).

Dessa forma, sob influência dos trabalhos de Amartya Sen e da evidência do agravamento das condições sociais, no decorrer destes últimos 10 anos, o tema da pobreza começou a ser visto como algo multidimensional e passa a ser definido como “privação de capacidades”, que faz que o potencial do indivíduo em auferir renda seja diminuído (UGÁ, 2004: 59).

Trata-se de um conceito liberal que visa a garantir a “administração” da pobreza dentro dos moldes capitalistas, mas que supõe uma ampliação das ações

¹⁴ O conceito de Políticas Públicas é abordado a partir de Mello, que afirma que o mesmo pode e deve ser associado ao de políticas sociais implementadas pelo Estado como educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc. – com maior ou menor padrão de proteção social. Concebo políticas sociais como uma rede de proteção, de bem-estar, implementada pelo Estado para garantir a todo cidadão os mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação, os quais devem ser assegurados enquanto direito político e não como caridade.

de políticas públicas em sua efetivação. Sua adoção, pelo Banco Mundial, se deve apenas ao fato de desejarem adotar uma perspectiva mais ampla que aquela apresentada no “relatório de 1990”, que adotava o conceito de pobreza amparado na variável “renda”, priorizando o seu lado monetário, e que mostrou-se ineficaz e, inclusive, resultou no aumento da pobreza.

Também é preciso que se diga que, embora tendo ampliado a visão da pobreza, no que se refere às políticas adotadas, o Banco Mundial não pressupõe a existência de um Estado que garanta os direitos sociais, mas, simplesmente a necessidade de um Estado caridoso, que tem deveres a cumprir apenas para com os pobres. A presença do Estado só seria necessária, portanto, em um primeiro momento, no sentido de aumentar as capacidades dos pobres; em um segundo momento, quando esses indivíduos já estivessem capacitados, o Estado se tornaria desnecessário, passando a deixar que eles, individualmente, procurassem seu desenvolvimento pessoal no mercado (UGÁ, 2004,p.60).

1.1.1 – Principais Conceitos de Pobreza

Considerando que o pacto de desigualdade implícito na lógica da sociedade de classes é, para os liberais, algo colocado como positivo e importante para o desenvolvimento da sociedade, podemos afirmar que a existência da pobreza denuncia a característica excludente dessa sociedade, principalmente no que concerne aos objetivos de manter a acumulação de capital em um sistema que se materializa na contradição fundamental – produção social da riqueza versus apropriação privada dessa riqueza socialmente produzida.

Como o processo de acumulação atinge todo o cotidiano das classes trabalhadoras, este se transforma em um cotidiano de dificuldades, de luta, que se expressa, dentre outras coisas, em confrontos com o capital. Nesses confrontos, as classes trabalhadoras chegam a obter conquistas, ainda que parciais, desde que tais conquistas não sejam capazes de afetar a reprodução das relações sociais capitalistas.

É a apropriação privada da riqueza acumulada que garante, a poucos, que dela se apropriem, enquanto a maioria dos indivíduos fica fora desse processo – numa situação que deve ser considerada de pobreza real e que varia em grau e

complexidade.

Para uma sociedade baseada na divisão de classes sociais, onde, inclusive, coexistem inúmeros conceitos de pobreza, caracterizar as condições de pobreza e desigualdade não é uma tarefa simples, assim como não é fácil fazer chegar a todos os cidadãos, do mesmo modo, os benefícios da ciência e da tecnologia, sem discriminação de cor, idade, sexo, nível de instrução, ideologia, religião, trabalho ou renda. Pela impossibilidade de existência de igualdade social no interior desse sistema, também se torna impossível socializar os benefícios de maneira igualitária porque as desigualdades são mantidas mesmo em se socializando parte dos benefícios já que o próprio sistema pressupõe a existência da desigualdade social.

Em relação às necessidades da acumulação capitalista, surgem medidas de intervenção legal, impostas pela luta de classes, que pressionam para que se operem mudanças na redefinição do papel do Estado, visando à ampliação de suas funções no âmbito dos direitos sociais. Neste contexto na sociedade capitalista:

O reconhecimento destes limites não invalida a luta pelo reconhecimento e firmação dos direitos pelas políticas públicas nos marcos do capitalismo; mas sinaliza que a conquista dos direitos integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular visando a construção de uma sociedade justa e igualitária. (BOSCHETTI, 2005,p.15)

Ao se discutir o fenômeno da pobreza, há que se considerar que as várias concepções colocadas se apresentam como desafios, nem sempre explícitos, ao seu enfrentamento pelas políticas públicas e às diferentes formas de combatê-la. Neste sentido, é recorrente, nesse modelo de sociedade, a utilização de métodos para denominar e numerar as pessoas consideradas nessa situação que ora obscurecem, ora ampliam a extensão do fenômeno. Sendo assim, o conceito que for usado como parâmetro é que irá restringir ou alargar as possibilidades das ações de enfrentamento à pobreza, isso porque cada um dos conceitos se baseia em formas específicas de entendimento dos que devem ser considerados pobres e legitima a interferência e intervenção do Estado e/ou do voluntarismo filantrópico. Desse modo, são os diferentes conceitos que colocam, como soluções, limites e/ou possibilidades de políticas públicas no enfrentamento da pobreza.

Estar em situação de pobreza significa estar afastado da riqueza social

¹⁵ Texto extraído de apresentação multimídia exibida durante a Conferência realizada no 34º Encontro Nacional do Conjunto CEFSS/CRESS.

produzida no país, ou seja, estar em situação de vulnerabilidade social¹⁶ e, paradoxalmente sofrendo restrições de acesso aos direitos sociais adquiridos, entre outras questões. Porém, a pobreza é, muitas vezes, difundida implicitamente como falta de atributo pessoal das pessoas que se encontram nessa situação ao se eleger um patamar de renda para aqueles que são considerados pobres, o que, de fato, colabora para o obscurecimento do fenômeno. Ao desvincular a pobreza da organização social, a sociedade se perde no entendimento desse fenômeno e permite que se concretizem as condições necessárias para a acumulação do capital.

Também são as várias concepções de pobreza difundidas que levam a uma visão distorcida e mistificada da dimensão e extensão do fenômeno, em que as pessoas consideradas em situação de pobreza são tidas como culpadas por aí se situarem, quando, na realidade, a "acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital" (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985,p. 62).

É preciso reconhecer que mesmo com algumas teorias corroborando na mistificação da pobreza meramente como um problema individual, todas trazem, de forma implícita e/ou explícita, aparatos ideológicos que a identificam como "tratável" por meio dos esforços individuais. Ao se manter tais ideologias, desresponsabiliza-se o sistema pela existência da pobreza e se atribui aos indivíduos o poder de resolver a questão. Também é necessário lembrarmos que, mesmo no senso comum, conceito de pobreza se aplica às situações em que se verifica falta de atributos desejáveis pelo sistema, assim como as pessoas em situação de pobreza são denominadas como aquelas que não se esforçam para buscar os atrativos do sistema. Geralmente, quando possuem condições mínimas de sobrevivência, os próprios indivíduos não se colocam na condição de pobres e, ainda, procuram se desvincular das pessoas assim consideradas.

Mesmo sendo a pobreza um fenômeno típico das sociedades capitalistas, nos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, suas consequências e extensões são diferenciadas. Há que se considerar que é o lugar ocupado pelos países desenvolvidos na escala mundial – em termos econômicos – e também a estrutura e/ou inexistência de *Welfare State* que propiciam importantes diferenças no trato da questão da pobreza.

¹⁶ O conceito de vulnerabilidade social é cunhado por AYRES (1999) para expressar a falta ou não-condição de acesso a bens materiais e bens de serviço que possam suprir o indivíduo. Adiante, retomaremos este conceito correlacionando-o com a Política de Assistência Social.

O conceito mais restritivo é o de pobreza como sobrevivência, utilizado desde o século XIX até os anos 50 do século XX. Além de várias teorias conservadoras sobre a questão neste período, Scidá atribui ao mesmo período, na Inglaterra, as primeiras pesquisas científicas e sociais sobre a história da pobreza. Charles Booth recolheu em 17 volumes o seu estudo sobre a pobreza em Londres, e a define a partir de uma “linha de pobreza” fixada em 21 xelins por semana (R\$3,80 no dinheiro de hoje). Quem ganhava menos que essa quantia era considerado pobre porque não tinha condições de sobreviver com seus próprios recursos (BOSCHETTI:2008). Este conceito extremamente restrito e conservador é ainda muito presente nos nossos dias, sendo, inclusive, influenciador de políticas públicas residuais de qualidade duvidosa.

Atualmente, o critério mais aceito para definir pobreza é o do Banco Mundial que, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990, estabeleceu que a linha de pobreza mundial é de menos de 1 dólar por dia. Contudo, de acordo com o Documento de Trabalho nº 4620 da mesma Instituição, estudos recentes e mais amplos revelam que a taxa de pobreza de menos de um dólar é um pouco imprecisa, podendo oscilar 25 centavos de dólar a mais ou a menos¹⁷.

Essa discussão tem dado margem às especulações morais que dificultam a compreensão da pobreza como expressão da questão social, Uma vez que tal conceito gerou várias consequências negativas à sociedade, dentre elas a culpabilização do indivíduo por sua situação de pobreza, justificada, especialmente, pela falta de determinação e de força de vontade para trabalhar. Neste caso, pobreza é identificada como vadiagem. Outra consequência não menos importante é a da fortificação do discurso da caridade, destinado àqueles que eram considerados merecedores deste sentimento, ou seja, neste aspecto, os pobres são classificados como bons ou maus, sendo os bons merecedores de caridade, nunca dos direitos. Já a consequência mais grave dessa concepção é o fato de não serem evidenciados os mecanismos sociais e econômicos geradores da pobreza.

Para ROCHA(2003), nos termos utilizados no debate atual, tal conceituação corresponde à de pobreza absoluta, vinculada apenas às questões de subsistência e/ou sobrevivência física pura e simples, ao não-atendimento das necessidades relacionadas com o mínimo vital (ROCHA, 2003,p 11). A carência, a falta de

¹⁷ Fonte: Wikipédia, acessado em 15 de agosto de 2009.

recursos, de possibilidades, de condições de vida, a reduzida instrução e discriminação social, são substituídas pela força da discussão sobre a ausência de atributos que faltam às pessoas, ou seja, elas são identificadas como acomodadas para a busca de recursos, e consideradas pouco esforçadas diante dos desafios colocados pelo sistema, entre outros atributos sempre pejorativos e discriminatórios com que são caracterizados.

Na década de 1990, a concepção de pobreza mais restritiva e que ganhou força ao ser incorporada pelo Banco Mundial¹⁸ e cunhada por outras agências internacionais – como o Fundo Monetário Internacional –, definia a pobreza extrema como a condição de viver com menos de 1 dólar por dia (PPP), e a pobreza moderada como a condição de viver com entre 1 e 2 dólares por dia.

Para o Banco Mundial, pobreza consiste na “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (Banco Mundial, 1990: 27)¹⁹. Esse posicionamento foi revisto no final da década de 1990, como trataremos adiante, em função do aumento da pobreza em escala mundial, mas é importante ressaltar que nem assim os mecanismos de políticas sociais destinados à pobreza não foram alterados, persistindo a recomendação de implementação de programas compensatórios e operacionalizados pela sociedade civil – em especial, pelo terceiro setor.

Esse tipo restrito de proposta, que minimaliza as necessidades dos indivíduos dentro de um mínimo a ser oferecido pela sociedade, tem como ponto de referência a questão do consumo familiar, o que torna o conceito de necessidades básicas bastante resumido. Ele visa a apontar as necessidades de consumo básico das famílias, a fim de satisfazê-las com recursos mínimos existentes, no âmbito do saneamento básico, da saúde, educação, cultura, água potável e outros.

CODES (2008) afirma que essa concepção auxiliou a engendrar a forma como a filantropia construiu a ajuda oferecida aos pobres nos anos 90, determinando-a a partir do estabelecimento de critérios de satisfação das necessidades, assim como

¹⁸ O Banco Mundial é uma agência do sistema das Nações Unidas, fundada a 1 de Julho de 1944 por uma conferência de representantes de 44 governos em Bretton Woods, New Hampshire, EUA. É composto por 184 países membros e a sua sede é em Washington DC, EUA. De acordo com a instituição, seu objetivo é financiar projetos sociais nos países "em desenvolvimento".

¹⁹ No relatório inicial do Banco Mundial de 1990 foram identificados como pobres os indivíduos que viviam em baixa situação de renda e incapazes de buscar uma possível restauração desta condição no mercado devido a fatores de saúde e educação, sendo considerados para tanto uma renda per capita inferior a 1 dólar, posicionamento ampliado no relatório de 2000.

de um nível de auxílio que pudesse beneficiar algumas categorias. O autor ressalta que essa concepção foi adotada, principalmente, por países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), o que representou uma ampliação da antes assumida concepção de sobrevivência física simplesmente.

Além do que já foi colocado, tal concepção mantém o enfoque individual, situando a pobreza como problema pessoal e enfatizando pouco os aspectos sociais que agudizam a situação. Em suas considerações, Rocha salienta:

Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive. (ROCHA: 2005.p.9-10)

Além das já salientadas restrições do conceito que vimos discutindo, é preciso considerar que o atendimento às necessidades básicas é compromisso de civilidade firmado com todos os cidadãos. Para satisfazê-las, é necessário um conjunto de serviços sociais capazes de garantir a segurança social como um todo, e não apenas a sobrevivência biológica. Neste sentido, o enfoque de necessidades básicas é limitado até mesmo por estabelecer o mínimo – e não o máximo – e por determinar as peculiaridades familiares na obtenção deste mínimo em detrimento das riquezas socialmente produzidas.

A compreensão da pobreza como fenômeno multidimensional coloca algumas questões a serem consideradas já que, atualmente, o fenômeno “tende a ser percebido como uma questão multidimensional e complexa, que concerne às situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados”.

(...) um fenômeno multidimensional que está inter-relacionado a múltiplos fatores em que existe a carência de bens e de serviços essenciais, mas também uma carência social, como a incapacidade de participar na sociedade – a falta de voz, de poder e independência – que sujeita as pessoas à exploração, e que as torna mais vulneráveis e expostas ao risco (...). (CRESPO e GUROVITZ: 2002,p. 4)

De acordo com CRESPO e GUROVITZ (2002) as (...) distintas concepções de pobreza têm surgido ao longo do tempo e inspirado políticas e ações de enfrentamento da questão, vindo a culminar na atual noção de que se trata de um

fenômeno multidimensional e complexo, em que pobreza é qualificada como questão social imposta pelo sistema e, dada a multicausalidade, exige uma revisão efetiva na elaboração e no acesso das políticas públicas. Nessa revisão, deve-se levar em conta o modo como a sociedade está organizada, considerando a divisão em classes sociais um fator determinante para a existência das desigualdades, mas, sem perder de vista outras subdivisões que acirram a questão (tais como os fatores de idade, raça, gênero, condição de saúde, entre outras). Assim, os autores colocam que:

A relação entre renda e capacidade é demasiadamente afetada pela idade da pessoa (necessidades específicas dos idosos e muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades da maternidade e também as obrigações familiares determinadas culturalmente), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado (CRESPO e GUROVITZ: 2002: 06).

Vista assim, a pobreza é vinculada à organização da sociedade, resultando numa carência social e na impossibilidade de acesso às políticas públicas e de participação efetiva nos rumos dessa sociedade. É imperioso destacar que a função de políticas públicas no trato da questão da pobreza é a de amenizar seus efeitos sobre os indivíduos, possibilitando-lhes, inclusive, participação e acesso aos bens socialmente produzidos. Ainda (apud Salles e Tuirán, 2002, p. 67) e para YAZBEK, Codes e Rocha, esse ponto de vista recupera a carência de direitos, de possibilidades e de esperança (MARTINS, 1991) vivenciadas porque expressa a pobreza como um fenômeno social complexo que nega a oportunidade de se levar uma vida dentro de padrões socialmente aceitáveis. Desse modo, são considerados um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza. Para HAAN (1999: 25), o entrelaçamento das diferentes formas de privação evidencia o caráter múltiplo e cumulativo das desvantagens vividas por aqueles grupos desfavorecidos.

Por serem inúmeros os conceitos de pobreza, procurou-se tratar aqui dos que mais influenciaram as políticas públicas. Entretanto, é importante ressaltar que, em todos os conceitos, prevalece a lógica implícita de mercado e poucos questionamentos no que se refere ao modelo em curso, que vitimiza cada dia mais

sujeitos. Pela prevalência da lógica de mercado, que vem com o ideário neoliberal, agrava-se a questão da pobreza, já que perde força a idéia de universalidade e de legitimidade dos direitos sociais de forma igualitária. No entanto, de acordo com TELLES(1997), essa deveria ser uma preocupação constante:

Colocar os direitos na ótica dos sujeitos que os pronunciam significa, de partida, recusar a idéia corrente de que esses direitos não são mais do que a resposta a um suposto mundo das necessidades e das carências. Pois essa palavra que diz o justo e o injusto está carregada de positividade, é através dela que os princípios universais da cidadania se singularizam no registro do conflito e do dissenso quanto à medida de igualdade e à regra de justiça que devem prevalecer nas relações sociais (TELLES, 1997,p.26).

Além do mais, quando se trata das políticas sociais embasadas no universo neoliberal é importante ressaltar, de acordo com TELLES (2001), uma referência quase exclusiva a esses que já estão – ou parecem estar – fora do sistema. Todo o problema da igualdade parece se esgotar em garantir que essa gente tenha acesso aos “mínimos vitais de sobrevivência”. Pode-se dizer que é uma noção pré-social de igualdade, pois, remetida a algo – como as leis naturais da vida e da morte – há esse pressuposto que remete à vida em sociedade, ainda que não se configure propriamente uma vida social (TELLES:2001,p. 57).

É preciso compreender o que não se descortina nessas reflexões que vêm embutidas no conceito de pobreza, suas causas e atrelamentos com o modelo em curso: os nexos de uma sociedade gerada na divisão social, que necessita dessa continuidade para garantir a acumulação e apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Enfim, sua extrema perversidade para com muitos.

1.2– Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa

É preciso recapitular o fato de existem vários conceitos de pobreza, sendo que alguns explicitam e outros reduzem o fenômeno. Além das justificativas ideológicas, um outro ponto de sustentação utilizado para utilização do termo é o fato de ele estar embasado em indicadores sociais. Para compô-los, são delimitadas “linhas” que determinam padrões de pobreza, e a maioria delas tem como principal indicador o quesito renda – o que, em nosso posicionamento, possui o atributo de reduzir e

obscurecer o fenômeno. Essas linhas, que derivam da falta de socialização de riquezas e expressam a pobreza, se diferenciam apenas em grau de complexidade.

Diante das políticas sociais, o termo pobreza, porém, é diferenciado a partir de propostas e concepções distintas. A mais eficaz delas é a divisão do fenômeno entre *pobreza relativa* e *absoluta*, e traz, de forma subjacente, propostas diferentes de enfrentamento, além de reduzir a extensão do problema. Não se busca aqui negar a necessidade dessa divisão no que se refere à complexidade de ações para seus enfrentamentos, mas sim de situá-las como fenômenos da mesma natureza: seja *absoluta* ou *relativa*, é pobreza. Nas explicações predominantes na sociedade capitalista, principalmente aquelas referentes à economia, a *pobreza relativa* é tida como proveniente das desigualdades sociais, relacionada com as distorções entre as condições de vida prevalecente. Já a *pobreza absoluta* é a total destituição, a falta de condições básicas para acesso aos meios de sobrevivência física. Desigualdade e destituição são fenômenos que observamos no Brasil configurando diferenças que não dizem respeito apenas à renda, mas que se traduzem num conjunto que abrange desigualdades culturais, políticas e sociais. Portanto, devem ser objetos de políticas públicas, pois concordando com FALEIROS (2006):

A desigualdade estruturada é também estruturante das relações de organização e participação na vida social e convém aos que dela obtêm vantagens em mantê-la e ampliá-la. A desigualdade traz benefícios para uns em detrimento de outros, configurando uma relação dialética, portanto em permanente movimento e, não raro, em conflito. As posições decorrentes da estrutura de desigualdade se combinam na vida cotidiana, tornando-a mais fácil para os detentores de forças dominantes de lugares do topo da sociedade (FALEIROS:2006,p.7).

Para ABRANCHES(1987), assim como para a maioria dos economistas, a desigualdade e a destituição são fenômenos similares, pois interagem histórica e estruturalmente, um reforçando o outro em medidas variáveis no tempo e no espaço; mas obedecem a lógicas distintas, econômica e politicamente. Embora ambos os fenômenos causem a pobreza, a redistribuição de renda poderia diminuir as desigualdades, entretanto, não acabaria, necessariamente, com a destituição. Neste pressuposto, a desigualdade tem como principais determinantes os problemas estruturais da sociedade capitalista advinda da concentração da renda e agrupada numa pequena parcela da população.

De acordo com o IPEA, no Brasil, 1% dos mais ricos se apropria do mesmo valor que 50% dos mais pobres. A renda de uma pessoa rica é de 25 à 30 vezes maior que a de uma pessoa pobre. A resolução dessa questão pelos moldes liberais seria a distribuição dos frutos do crescimento econômico²⁰. Porém, ainda hoje:

Tais condições de reprodução material e das relações sociais no capitalismo contemporâneo têm profundos impactos na crescente e desigual repartição da riqueza mundialmente produzida, já que os 20% mais ricos do mundo ficam com mais de 80% do PIB mundial e na ampliação da pobreza, já que o número de pobres cresce ao ritmo do crescimento da população (2% ao ano, o que faz com que 1 bilhão e meio de seres humanos vivam em condição de mera sobrevivência) (Mongin, 1999, apud BOSCHETTI 2007).

Embora pese o fato desta discussão estar locada nos limites da sociedade capitalista, é necessário considerar, de acordo com PEREIRA(2002), que a *pobreza relativa* permite – ao menos aos que decidem, planejam e executam as políticas sociais – que seja levantada a questão fundamental da redistribuição relativa de recursos entre ricos e pobres. Enquanto isso, para a *pobreza absoluta* elege-se como parâmetro o mínimo vital necessário para sobrevivência biológica (LAVINAS, 2002, p. 60). Há que se compreender que a questão da desigualdade ganha eco na sociedade por ser entendida como direito de pessoas que, embora se esforcem, são vítimas de um sistema que não permite ascensão e garantias do pacto de governabilidade, ao mesmo tempo em que a *pobreza absoluta* é discutida no âmbito do julgamento moral dos indivíduos que vivem nessa condição. Essas diferentes interpretações para o mesmo problema trazem resultados díspares para o meio social porque têm incentivado ações ineficazes no trato à destituição e quase nenhuma ação à desigualdade, apesar de essas premissas serem tidas como justas e inerentes ao mercado.

A população majoritária da sociedade, que tem na venda de sua força de trabalho o meio para garantir a sobrevivência, vem se deparando com maiores dificuldades no tocante à possibilidade de diminuição das desigualdades, pois, mesmo com o aumento da produtividade – hoje, em um grau antes nunca visto – observa-se uma redução significativa da massa de trabalhadores, fazendo com que

²⁰ De acordo com BOSCHETTI, com base no Coeficiente de Gini, o IPEA afirma que entre 2001 e 2006 o Brasil teve uma queda de 3,45 pontos na desigualdade, o que equivale a 0,7 pontos por ano no período. Isto equivale a uma redução de 5,8% na desigualdade durante os cinco anos, ou 1,1% ao ano (Soares, 2008; IPEA, 2006).

o valor da força de trabalho seja ainda mais rebaixado. Também são retirados alguns dos direitos trabalhistas e sociais adquiridos e, ainda que já não tenham mais tanta importância as condições para a conservação e reprodução da força de trabalho, a falta de postos de trabalho se torna uma ameaça diária à condição ou agudização da pobreza.

O capitalismo, em seu pleno funcionamento, consegue alargar o fosso que separa ricos e pobres a favor dos primeiros, gerando assim, destituição entre os últimos.

A pobreza nunca pareceu tão complexa, nem tão difícil de ser aceita, uma vez que se tornou pública, patente e estigmatizada. Por outro lado, se riqueza e pobreza sempre tiveram um caráter relativo, enquanto variáveis em função das necessidades vitais e sociais de cada grupo em determinado momento de sua história, no mundo contemporâneo essa relatividade adquire outra proporção. A pobreza passa a existir em uma sociedade também em função das necessidades externas, engendradas por outros processos societários (COSTA, 1997.p 237).

Para CRESPO(2002), o conceito de *pobreza relativa* é aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem algum atributo desejado, mas não possui renda, condições favoráveis de emprego ou poder. Em outros termos, ele tem menos do que é possível redistribuir no modelo vigente. De acordo com essa conceituação, a linha de *pobreza relativa* pode ser definida, por exemplo, calculando-se a renda per capita de parte da população, mas esse cálculo torna-se incompleto por não deixar margem para se incluir a noção de destituição absoluta, requisito que é básico para uma conceituação real de pobreza. No nosso entender, esse tipo de estudo ignora as diferenças individuais, uma vez que as situações de alguns indivíduos são facilmente subdivididas e levam à obtenção de uma média como resultado verdadeiro.

Estudos como esses têm sido defendidos permanentemente por economistas (embora se observe inúmeras divergências no que se refere a métodos e resultados) e os dados estatísticos por eles obtidos são usados como referência para determinar as ações públicas. TELLES(2003) adverte para o uso indiscriminado de dados estatísticos:

São esses consensos cognitivos que regulam os debates, as divergências, as polêmicas, e inclusive a crítica ou o questionamento dos próprios procedimentos de medida mobilizados na produção desses mesmos indicadores. Mas a questão é mais de fundo, pois a razão estatística participa da própria construção dos fatos sociais: a razão estatística coloca em ação um conjunto de regras de comparação e medidas de equivalência que transformam coisas em princípio disparatadas na realidade em "fatos

sociais” portadores de um estatuto de objetividade que opera como parâmetro e referência para o debate público. (TELLES:2003,p.7)

Essa questão é de crucial importância, pois influencia a elaboração de políticas públicas e permanentemente faz com que não se obtenha os resultados esperados quando de sua operacionalização. Ainda para TELLES(2003):

É preciso retomar que os indicadores conservam intencionalidades políticas e apresentam dificuldades em demonstrar as várias contradições presentes em uma dada sociedade, o que gera ambiguidades no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade – que, na verdade, não são sinônimos. Junior coloca que “a pobreza relativa está diretamente ligada à desigualdade na distribuição pessoal da Renda Nacional de um país. (TELLES:2003,p.7)

Do ponto de vista do conceito de *pobreza absoluta*, observa-se, quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades (conhecido como linha ou limite da pobreza), que determinada parcela da população se encontra abaixo desse limite. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos – nutricionais, de habitação ou de vestuário – é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando-se o rendimento necessário para custeá-los²¹. Dessa forma, a destituição é considerada o mais alto grau de miserabilidade humana e as discussões a respeito giram, prioritariamente, em torno do direito do pobre e de sua sobrevivência biológica.

A destituição ocorre quando um determinado indivíduo ou grupo se encontra num nível abaixo do rendimento mínimo, o que não lhe permite comprar bens essenciais. O índice de pobreza humana (IPH) mede essas carências por meio de critérios que determinam o desenvolvimento humano básico utilizando as mesmas dimensões que o IDH²², que tem como parâmetro a concepção de pobreza como sobrevivência, portanto, atualmente denominada como *pobreza absoluta* e traduzida “na causa da marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público

²¹ <<http://contrapobreza.blogspot.com/2008/03/o-conceito-de-pobreza.html>> acesso 10/10/2008

²² IDH mede o índice de desenvolvimento humano e as realizações médias de um país por meio de três dimensões básicas do desenvolvimento humano, a saber: longevidade, escolaridade e nível de renda per capita.

adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem estar” (ABRANCHES, 1987:,p.16).

PEREIRA (1997), em suas considerações, conclui que a divisão do conceito de pobreza permite que a concepção tida por *absoluta* seja uma categoria analítica que legitima, estimula e perpetua ações emergenciais e/ou de pronto atendimento. Isso, em oposição à noção de *pobreza relativa*, ou oriunda da desigualdade social, que requer estudos e pesquisas para propor ações assistenciais, assim como planejamento, sistematicidade, continuidade e previsibilidade na provisão de benefícios, serviços e direitos (ABRANCHES:1997, p.60).

De acordo com indicadores sociais dos países em desenvolvimento, o Brasil ocupa o 9º lugar em renda per capita, mas cai para o 25º lugar quando se fala em proporção de pobres. Essa realidade coloca o Brasil entre os países onde coexistem alta renda e alta pobreza. Deste modo, o país é marcado pela inexistência de um estado de bem estar, e ocupa lugar desconcertante quando se avalia o índice de desigualdade social porque, ao mesmo tempo em que se encontra entre os 10% mais ricos, também integra a metade mais pobre dos países em desenvolvimento (site Fala Brasil, 2008). Segundo o economista PAUL SINGER(1998):

O Brasil é a terra da desigualdade. Aqui o grau de disparidade entre ricos e pobres, brancos e não-brancos, homem e mulher, moradores do campo e da cidade, indivíduos de alta e baixa escolaridade é provavelmente maior que em qualquer outro lugar (SINGER:1998: 84).

Compreendemos a pobreza e a desigualdade como problemas correlacionados, embora bastante distintos no sistema “capitalista global”. Além das razões já elencadas para justificar tal entendimento, é preciso ressaltar que a distinção que se faz está inter-relacionada com o status que o país ocupa na escala global e com o grau de eficiência e/ou existência de um Estado de bem estar social.

Mesmo considerando que, no capitalismo, os direitos (econômicos, sociais, políticos, culturais) são capazes de reduzir desigualdades, eles não são, e não foram até aqui, capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor de produção e reprodução das desigualdades, isso porque a existência e persistência da pobreza e das desigualdades sociais são determinadas pela estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida

(Marx, 1987) e não apenas pela não distribuição equânime de seus produtos (BOSCHETTI, 2005).

É por isso que, comparado com os modelos de Estados de Bem-Estar constantes das tipologias construídas por vários estudiosos, a partir de Titmuss, o caso brasileiro afigura-se como um misto ou combinação de elementos presentes na classificação de Esping-Andersen (1991), a saber: intervenções públicas típicas e seletivas – próprias dos modelos liberais; adoção de medidas autoritárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais – típicas dos modelos conservadores; e, ainda, estabelecimento de esquemas universais e não contributivos de benefícios e serviços característicos dos regimes social-democratas. E tudo isso foi mesclado às práticas clientelistas, populistas, paternalistas e de patronagem política, de larga tradição no país (PEREIRA, 2002, p. 126 - 127).

Como já relatamos, os organismos internacionais representantes do projeto neoliberal admitem políticas destinadas a esse público alvo – os pobres –, mesmo que elas estejam centradas numa visão política focalista e em geral advinda de setores filantrópicos da sociedade. As ações também são alvo de setores conservadores da sociedade, que convocam os privilegiados do sistema a prestar sua solidariedade aos desvalidos. Em geral os atendimentos a esta demanda se refletem em propostas que visam a doar o excedente e/ou ensinar atributos importantes do sistema a esta parcela tão incapaz de obtê-los por esforço próprio.

COHN(1999) alerta sobre a importância de se discutir a questão da pobreza no âmbito das políticas sociais, sem, de fato, subdividi-la entre *absoluta* e/ou *relativa*, pois, no primeiro caso — o de alívio da pobreza — "o que está em jogo são políticas de caráter mais imediato, assistencialistas, e, na sua grande maioria, focalizadas sobre os grupos mais vulneráveis. Em outras palavras, políticas que tendem a assumir a forma de programas emergenciais que, no caso brasileiro se efetivam como políticas clientelistas e seletivas, realizadas de forma precária. Já no segundo caso — o da superação da pobreza — trata-se de políticas, embora com horizontes de resolução a médios e longos prazos, já num primeiro momento, balizadas pela construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentado, que priorize o crescimento econômico com equidade social e nos quais as políticas econômicas assumam também a dimensão de políticas sociais" (COHN,1999 p. 19). Ou seja, é a concepção que se tem de pobreza que norteia as escolhas e caminhos da política social. Neste sentido, é de crucial importância a unificação do conceito de pobreza e a construção de políticas públicas que contemplem essa universalidade, colocando fim à pseudo divisão e à ordem de prioridade que ela impõe.

Mesmo considerando a função restrita dos direitos sociais no que tange a sociedade capitalista, eles são fundamentais para fazer existir o ideário de justiça social tão amplamente divulgado, e, embora não haja, de fato, expectativas em relação ao término da pobreza no capitalismo, principalmente por meio da implementação de políticas sociais, a universalidade pode conferir êxito e eficiência no tocante ao trato da questão da pobreza.

1.3– As Consequências da Pobreza

Vivenciar a pobreza numa sociedade capitalista significa conhecer uma situação degradante, com falta de condições objetivas de atendimento das necessidades básicas, e situar-se, quase sempre, distante dos direitos sociais. Além disso, há o sofrimento decorrente de atitudes sociais que delimitam lugares comuns destinados aos pobres, classificando-os como inadaptados e incapazes no seio da sociedade. É desse modo que a população empobrecida experimenta o paternalismo, a submissão e a subserviência na utilização de políticas públicas. YAZBEK (2007) afirma que:

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida; o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário, o intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YAZBEK, 2007: 61).

As consequências sociais da pobreza e as condições altamente destrutivas que envolvem a situação incidem sobre os que vivem a pobreza. Ou seja, parece ser o pobre – em vez de a pobreza – o problema da sociedade já que as discussões se dão sempre de modo invertido: discutem-se menos as raízes do fenômeno pobreza e muito mais o pobre como causador das questões que ela lhe impõe.

Em função dessa realidade, podemos afirmar que a lógica liberal imposta aos pobres, tratada neste texto como conceito de sobrevivência²³, é legitimada pela sociedade e amplamente divulgada e referendada pelos meios de comunicação nas discussões sobre o assunto, no meio político e até no acadêmico. Ser considerado pobre está associado à idéia de ser causador da violência urbana, da desagregação da sociedade, da falta de recursos para políticas públicas eficientes, entre outras questões. Nessa lógica são os pobres que, em decorrência de sua inadaptação ao sistema, causam os permanentes problemas sociais, o que tem se configurado numa marca política e social diferenciada que impregna e alimenta a discriminação social contra grupos vulneráveis pela pobreza, e os transforma, na visão do senso comum, não em vítimas de um sistema político, econômico e social, mas em males desse sistema.

Não se trata, aqui, de negar a influência da pobreza na promoção de problemas sociais graves como o trabalho infantil, a fragilidade de vínculos sociais e comunitários, a desqualificação profissional entre outros, todas expressões da fratura social existente, mas de considerar que é justamente a situação de pobreza que, muitas vezes, agudiza esses problemas, cujas raízes históricas se fixam na esfera da vida social decorrente do modelo em curso. Ou seja, não é lícito afirmar que os problemas sociais têm suas raízes na existência de indivíduos em situação de pobreza.

As disparidades econômicas, políticas e culturais causadas pela privação do direito à cidadania dos mais pobres, configuram-se num segundo plano nas discussões. Se a marginalidade em que o sistema coloca os indivíduos em situação de pobreza continuar a ser substituída pela discussão sobre a falta de atributos dos mesmos, ao conviver com a condição de pobreza, os indivíduos continuarão a serem percebidos como não-cidadãos e/ou quase cidadão. “Por isso, pobreza é sempre também humilhação, degradação, subserviência e não só fome” (DEMO, 1988, p. 11). Essas marcas – os atributos de quase ou não-cidadão –, é que configurarão a forma de se entender a questão da pobreza em nossa sociedade.

De acordo com esse modo de pensar, para muitas pessoas, pobreza está associada à destituição de todos os meios de sobrevivência, ou seja, é considerado pobre o indivíduo que não possui condições de manter sua sobrevivência biológica

²³ Estamos nos referindo a lógica amplamente divulgada em que a pobreza é entendida como destituição, onde os indivíduos não possuem condições de sobrevivência biológica.

de forma autônoma, necessitando de auxílio de outros para manter-se. Neste enfoque, “os outros” – entendidos como o Estado, entidades filantrópicas e sociedade civil –, devem avaliá-lo como indivíduo merecedor, ou não, de auxílio, a partir de um julgamento moral que foca no seu esforço próprio em manter-se sozinho as razões pessoais que o levaram à condição de pobre e, desse modo, também justifica os atributos de não ou quase cidadão que lhe são impostos. Nessa lógica, o auxílio oferecido deve estar sempre aquém do necessário, a fim de que o indivíduo não se acomode, e é exatamente neste ponto que reside toda a perversidade dessa concepção porque, se os que se encontram em situação de pobreza conseguem manter sua sobrevivência biológica, então já não são considerados pobres, e nem mesmo se visualizam como tal, mas são considerados detentores da fórmula eficaz de sobrevivência nesta sociedade, de modo que eles próprios, enfim, tornam-se divulgadores da fórmula que transfere a responsabilidade pelos atributos faltantes – como esforço, êxito, estudo, capacidade entre outros – às pessoas sem nunca considerá-las, nem considerarem-se, vitimizados por um sistema econômico social e político.

Aqui é possível afirmar que, por não terem entendimento real a respeito de tudo que envolve a situação de pobreza a que estão expostos, os indivíduos são marginalizados pela sociedade e ainda recebem uma intervenção ineficaz do Estado, mas esse tipo de tratamento não lhes causa muito estranhamento, pois a sociedade capitalista estabelece relações sociais e ideológicas que dão caráter de inadequação à totalidade da vida cotidiana do pobre, expressando sua inabilidade no trabalho, na família, nas condições de saúde, na educação, no lazer, nas relações de gênero, na consciência social e política, obtendo o respaldo ideológico para sua subalternidade²⁴.

Todavia, o problema maior advém do tratamento dispensado pelo Estado, que lhes oferece políticas públicas inócuas e frágeis no que se refere à possibilidade de igualdade de oportunidades, assim corroborando na e para a marginalização dos setores mais carentes da sociedade porque dificulta o seu acesso até aos direitos básicos.

²⁴ Termo cunhado por YAZBEK (2003) de Almeida (1990.p. 35) para expressar o conjunto diversificado e contraditório de dominação que leva a ausência de poder de mando, de poder de decisão, de criação e de direção aos indivíduos que se encontram fora dos interesses dos poderes econômico e político vigente.

Embora a pobreza venha atravessando os vários períodos históricos do capitalismo e com explicações variadas, ela sempre esteve ligada ao primado liberal do trabalho²⁵ em que “(...) viam no pobre não um titular de direito, mas um perigo à ordem pública (...)” (PEREIRA, 2008, p. 61) e “possuíam caráter mais punitivo e repressivo do que protetor” (PEREIRA, 2002 apud BOSCHETTI, 2003, p. 53), o que nos mantém, até os dias atuais, aquém da extensão e complexidade da questão.

No Brasil, em decorrência da enorme fratura social existente e tendo em vista a ausência de um estado de bem estar, podemos afirmar que ser pobre ganha contornos ainda piores, com resquícios de crueldade e desproteção. Ser pobre significa, também, vivenciar a “repressão do acesso às vantagens sociais” (Demo, 1988, p. 10), ser aquele que não tem seus direitos sociais garantidos e nem sua cidadania assegurada e/ou efetivada.

Retomamos, aqui, os argumentos de TELLES (1999), em que fica claro que pobreza e cidadania são questões indissociáveis, pois a primeira explicita justamente a iniquidade inscrita na trama social. De acordo com TELLES (1999, p. 129):

(...) no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o ‘pobre’, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de negação de direitos (TELLES:1999, p.16).

Não se pretende, aqui, argumentar em favor da possibilidade de erradicar a pobreza por meio dos direitos sociais, ao contrário, o que se quer é reafirmar a existência da particularidade de negação de direito das pessoas em situação de pobreza.

A partir das peculiaridades brasileiras pode-se afirmar que as políticas sociais são fundamentais ao cotidiano da pessoas em situação de pobreza e deveriam ter como objetivo principal a garantia do princípio de justiça social, acatando, prioritariamente, suas demandas. Porém, o que se observa em relação à experiência da pobreza é o que TEIXEIRA(1994) denomina *cidadania invertida*, em que é preciso destituir-se de todos os direitos para galgar proteção. Mas, no momento em que o indivíduo, se reconhecendo como um não-cidadão, entra em relação com o

²⁵ O primado liberal do trabalho ou, mais precisamente, do trabalho assalariado, materializou na história o princípio segundo o qual o homem deve manter a si e a sua família com os ganhos de seu trabalho ou com a venda da sua força de trabalho (Polany, 2000 apud BOSCHETTI, 2003, p. 46).

Estado, tem de enfrentar atributos jurídicos e institucionais em que se evidencia na ausência de uma relação formalizada de direito ao benefício, na instabilidade das políticas assistenciais e na base das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais. (TEIXEIRA 1995,p. 14). Fleury afirma que a emergência da pobreza como problema social está associada ao fenômeno da industrialização e ao conseqüente rompimento com o feudalismo, até a industrialização:

A existência de um certo número de pobres era vista como desejável já que esta era condição para que se tornassem laboriosos, e conseqüentemente uma das bases do enriquecimento das nações. Estas idéias a respeito da pobreza tiveram uma grande importância na conformação das ideologias empresariais (TEIXEIRA, 1994: 61).

Guardadas as devidas proporções, podemos dizer que o legado histórico da propagação de situações de pobreza às pessoas, ainda hoje propicia a provisoriedade e ou a ausência de direitos.

A pobreza era propagada como um estágio de transição que teria fim a partir do esforço e trabalho individual. Nessa configuração, ela era tolerada porque levaria ao trabalho ou à necessidade de esforço para tal, ao contrário da mendicância que, de certa forma, naquele momento, era entendida como demonstração da resistência à condição de trabalhador e deu origem ao critério de inaptidão ou aptidão para o trabalho, que influenciam até hoje a seleção da população pobre merecedora ou não de direitos.

Na Inglaterra (séc. XII), para quem fosse considerado capaz para o trabalho, o combate à mendicância tinha resquícios de crueldade, inclusive com castigos físicos:

Eles deveriam ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue escorresse de seu corpo; em seguida, deviam prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moravam nos últimos três anos e serem postos a trabalhar. (...) Aquele que fosse apanhado pela segunda vez vagando pelas Paróquias deveria ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, o atingido, agora considerado criminoso grave e inimigo da comunidade, deveria ser executado (PEREIRA, 2008 apud Marx, 1984; Fraser, 1984).

Nota-se que essa é uma forma de coerção violenta com a finalidade de disponibilizar a força de trabalho e, entre outras conseqüências, demonstra a concepção secular de que é necessário combater a vagabundagem para se acabar com a pobreza. CASTEL (1998) aponta as diferenciações que definirão o perfil da população a ser atendida neste período:

Um primeiro perfil de população remete ao que se poderia chamar de uma teoria da desvantagem, no sentido amplo de termo. Velhos indigentes, crianças sem pais, estropeados de todos os tipos, cegos, paráliticos, escrofulosos, idiotas [...] mas todos têm em comum o fato de não suprirem, por si mesmos, as suas necessidades básicas, porque não podem trabalhar para fazê-lo. Essas populações isentas da obrigação de trabalhar são os clientes potencial do social-assistencial. [...] Totalmente distinta da condição dos assistidos é, com efeito, a situação daqueles que, capazes de trabalhar, não trabalham. Aparecem primeiramente sob a figura do indigente válido. Este, carente, e por isso também dependente de auxílio, não pode, entretanto, beneficiar-se diretamente dos dispositivos concernentes aos que estão isentos da obrigação de ser auto-suficiente. Em falta quanto ao imperativo do trabalho, também é, muito amiúde, rechaçado para fora da área da assistência (CASTEL, 1998: 41- 42).

Atualmente, embora abolido formalmente o castigo físico, é fácil ver pessoas responsáveis pela implantação de políticas “aconselhando pobres capazes” a realizar serviços a qualquer preço ou a buscarem alternativas autônomas de sobrevivência no mercado: é o caso dos Programas de Transferência de Renda brasileiros, destacando-se como exemplo a exigência de condicionalidades do programa Bolsa Família que, de acordo com LAVINAS e VARSANO(1997), “(...) põe acento no *workfare* e na condicionalidade, por considerar que a não-imposição de condições atenta contra a ética do trabalho e incentiva o assistencialismo.” Assim, em vez de a contrapartida do beneficiário ser encarada como um mecanismo negativo de controle institucional deve ser vista como uma forma de valorizar o trabalho e a integração social. (1997 apud PEREIRA, 2006: 117). Embora os usuários do programa Bolsa Família sejam em sua maioria pessoas sub-empregadas e/ou empregadas, e apesar das condicionalidades não estarem ligadas diretamente ao mundo do trabalho, todo o aparato estatal contido no monitoramento do mesmo estão interligados para a melhoria de inserção e/ou possibilidades do mundo do trabalho.

As marcas e formas de tratamento aos pobres variam em decorrência das necessidades do mundo do trabalho, porém estão sempre presentes os estigmas instaurados como perfil e/ou defeito desses indivíduos, em relação ao qual a sociedade deve se precaver, exemplificado pelos critérios de seleção de programas de entrega de cestas básicas, onde os instrumentais visam somente o conhecimento da situação socioeconômica dos sujeitos acompanhada de visitas domiciliares, como forma de evitar “enganos”.

Nos dias de hoje, quando enfrentamos a pior crise do trabalho que já existiu, impõe-se aos indivíduos em situação de pobreza que aceitem trabalhar por qualquer

preço, e, na impossibilidade de viver de forma independente em relação ao mercado, eles e fato aceitam direitos como auxílios transitórios, até que adentrem ao mundo do trabalho – como se esse fosse capaz de livrá-lo da situação de pobreza. Tal situação parece uma reedição da “Lei dos Pobres Elisabetana” (Séculos XVI e XVII) que previa:

A punição de “vagabundos” e o estímulo ao trabalho dos capacitados. As crises econômicas mudaram essa perspectiva da legislação aos pobres que, num primeiro momento, era de punição: os vagabundos açoitados, marcados com a letra “S”, de slaves (escravos), podiam ser tomados como mão-de-obra – se eram encontrados como vagabundos por qualquer proprietário rural, tinham suas orelhas cortadas para estigmatizá-los como vagabundos. A política que classificava os pobres como capazes e incapazes punia os capazes de trabalhar, que eram considerados vagabundos. Desemprego e a vagabundagem eram confundidos (FALEIROS, 1997, P.12).

Nesse período histórico, o destaque foi para a separação feita entre os bons pobres e os maus pobres, ou pobres merecedores e não merecedores, em categorias de capazes e incapazes. Os bons eram os que não se revoltavam contra sua condição ou contra seu trabalho, acatando, então, o destino providenciado pela ordem divina. Nessa época, todas as tentativas auxílio de caráter estatal e religioso já eram reprimidas e combatidas, principalmente por economistas e filósofos do período, que as viam como “perigosas” por induzirem à preguiça, à fome e até ao aumento da população, além de minimizar o esforço para o trabalho e o andamento do sistema. Atualmente, por vivermos um período de “despolitização”, os merecedores são considerados os trabalhadores que buscam capacitação e/ou a manutenção de empregos a qualquer custo e sacrifício – e até a qualquer ética.

Para HIRSCHMAN (1992), algumas teses reacionárias do período:

O argumento econômico sobre os consequentes efeitos perversos foi avançado pela primeira vez durante os debates acerca das Poor Laws, na Inglaterra. Os críticos dessas leis, de Defoe a Burke e de Malthus a Tocqueville, zombaram da ideia de que as Poor Laws eram uma mera “rede de segurança”, para usar um termo atual, em favor dos que haviam ficado para trás, sem ter nenhuma culpa por isso, na corrida para ganhar a vida. Considerando a “inclinação para o ócio” do homem (para usar a frase de Mandeville), essa visão “ingênua” não levava em conta as reações da oferta, os incentivos incorporados ao esquema: a disponibilidade da assistência, argumentava-se, age como incentivo positivo à “preguiça” e à “depravação”, e, portanto produz pobreza em vez de aliviá-la (HIRSCHMAN 1992 p. 31).

Desta forma, havia consenso em torno da existência da pobreza e da riqueza como uma questão que fazia parte da ordem natural da humanidade naquele período e tal consenso ainda influencia o presente e faz parte da justificativa ideológica predominante.

Podemos apontar aquele momento como o mais eficaz ao liberalismo, do ponto de vista ideológico, pois estabeleceu o conteúdo disciplinador que determinaria a forma como os pobres seriam vistos dentro e fora das políticas sociais do capitalismo. Todo pensamento ideológico da época enfatizava que a preguiça era a causa da pobreza e foi tão eficaz que, ainda hoje, atua como um excelente e intransigente objeto de intolerância social nas iniciativas de políticas públicas designadas à pobreza. No Brasil, essa influência é evidenciada historicamente no direcionamento das políticas públicas, que demorou a compreender os mecanismos sociais e econômicos que geram a pobreza:

No início do século XX a pobreza é vista como incapacidade pessoal e objeto da benemerência e da filantropia. Aos poucos, com o desenvolvimento da urbanização e com a emergência da classe operária e de suas reivindicações e mobilizações, que se expandem a partir dos anos 30, nos espaços das cidades, a “questão social” passa a ser o fator impulsionador de medidas estatais de proteção ao trabalhador e sua família (PEREIRA, 1996, p 36).

As políticas sociais sempre se situaram, na esfera providencial, como consequência de desígnios divinos, e, na esfera dos direitos sociais, numa articulação que atrapalha seu entendimento e alcance social:

É nessa articulação entre a lei, a cultura e as tradições que se explicitam aos aspectos mais autoritários de uma sociedade em que os direitos nunca foram formulados segundo uma noção de igualdade, mas na ótica da proteção de um Estado benevolente que deve aos fracos e desamparados, em que, para usar a formulação precisa de Marilena Chauí (1987), as diferenças sociais são transformadas em hierarquias que criam a figura do subalterno, que tem o dever da obediência, e do inferior que merece a tutela, a proteção, o favor, mas jamais os direitos, em que a persistente criminalização dos trabalhadores caminha junto com a imagem infantilizada daqueles que são vistos como não-responsáveis pelos seus atos, já que dominados pela desrazão alimentada pela ignorância e desordem moral associados à pobreza, em que a noção de vida é projetada do que se imagina ser a ordem moral das “classes esclarecidas”, de tal modo que a pobreza é sempre vista como foco de uma incivilidade que descredencia o “pobre” como sujeito de direitos e o coloca aquém das prerrogativas que supostamente a lei deveria lhes garantir (...) (TELLES, 2001, p. 59).

Apesar da existência do arcabouço jurídico que propõe proteção social destinada a atender as necessidades básicas e propiciar os mínimos sociais, a classe subalterna ainda vivencia a ineficácia e a falta de recursos suficientes para enfrentar a pobreza e as alternativas dentro das políticas sociais adotam formas operacionais sempre aquém das reais necessidades para o trato da questão.

A pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como, os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento. Nessa história, é sempre necessário não esquecer o peso da “tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade”. Estamos nos referindo a uma sociedade desde sempre desigual e “dividida entre enclaves de ‘modernidade’ e uma maioria sem lugar”, uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias (YAZBEK, 2003, p27).

A despeito de os pobres estarem cada dia mais vulnerável, expostos a riscos de instabilidade política e violência, e de serem maiores as dificuldades de se conseguir eficácia do bem estar no Brasil – onde a gestão das políticas sociais foi sempre marcada pela burocracia, inoperância e ineficácia –, há uma dicotomia entre os dispositivos legais e as ações implementadas:

Cada vez mais constatamos, no Brasil, a condição de uma sociedade virtual quanto à aplicação dos direitos constitucionais. Fala-se, escreve-se, mas não se cumpre. Não dispomos popularmente de um “lato sentimento constitucional”. A distância histórica entre o proposto e o posto, somada à omissão da cobrança da responsabilidade pública, leva à cultura de descrédito no disposto legal. O formal se distancia do senso comum, como mundos desconexos (SPOSATI, 1997: p,10).

É interessante ressaltar que nesta paradoxal situação, enquanto as vítimas da pobreza são rotuladas como acomodadas, desviantes por buscarem apadrinhamentos e favoritismo, amplia-se a baixa efetividade das políticas públicas e ficam mais uma vez evidenciadas as distorções dessas discussões no cotidiano.

Mesmo as frágeis iniciativas encontram resistência dentro da sociedade, o que pode ser verificado em fontes que vão desde anedotas de gosto duvidoso na internet a artigos científicos de jornais e revistas. Tais fonte acusam o governo de não incentivar o trabalho a qualquer preço e/ou qualquer condição a fim de oferecer subsídios aos pobres. Essa crítica cresceu, principalmente, após a instauração dos programas de transferência de renda no Brasil, em decorrência da lógica introjetada de que os programas sociais têm de conter recursos insignificantes frente às

necessidades do indivíduo, para que não se perca o estímulo ao trabalho nem se promova o vício em benefícios sociais²⁶.

O caminho para se romper com essa consequência histórica vai além do fim do controle do poder e do dinheiro, historicamente mantidos nas mãos de poucos, e que causou, no interior do sistema democrático, repressão às vantagens sociais referentes à pobreza e desigualdade. Para PELIANO (1999):

Contar o contingente de pobres no Brasil importa menos do que começar a trabalhar para erradicar a pobreza no país. Qualquer contagem, apoiada num ou noutro indicador social ou econômico, não vai mostrar nunca o tamanho do sofrimento, da dor, da impotência e da segregação que sente um pobre e todos os pobres. Que as contagens sirvam tão somente como referência do tamanho do esforço que toda sociedade brasileira deverá fazer, ao lado das instituições constituídas e do Estado, para dar dignidade, respeito e condições de trabalho e vida aos que não têm acesso aos padrões sociais mínimos de cidadania. PELIANO (1999)

Numa sociedade em que ninguém é cidadão por completo, no que se refere aos direitos sociais, fica ainda mais difícil evidenciar os direitos daqueles que, no senso comum, são os principais culpados por não terem direito algum.

1.4 – Pobreza e Política Social no Brasil

As políticas sociais formuladas e executadas pelo Estado expressam a correlação de forças existente nas relações sociais. Elas são conquistadas pela classe subalterna de acordo com o acúmulo de forças que obtém na luta cotidiana travada com a classe hegemônica. Nesse processo, o Estado intervém nas relações de classes principalmente por meio da regulação do trabalho, e, ainda, criando e gerindo as políticas sociais, atendendo aos interesses da classe privilegiada para “apaziguar” as tensões e garantir a acumulação do capital. Mas, ao mesmo tempo, para a classe subalterna, as políticas sociais são efetivamente alternativas aos desprovidos dos meios de produção, que nelas encontram um meio de possibilitar e/ou facilitar sua sobrevivência na sociedade.

²⁶ Ultimamente, tem transcorrido uma anedota altamente discriminatória que compara os usuários de políticas públicas em situação de subalternidade a porcos selvagens, trancafiados pelo governo. Este espalha o milho gratuito, na forma de propagandas de auxílio de renda, bolsas isso e aquilo, impostos variados, estatutos de proteção, cotas para estes e aqueles, subsídio para todo tipo de coisa, programas de bem-estar social, medicina e medicamentos gratuitos.

Essas políticas expressam, portanto:

(...) Necessidades estruturais da acumulação capitalista, a saber, a regulação da força de trabalho que deve ser mantida e reproduzida. Constitui-se num mecanismo de obtenção de hegemonia por parte do bloco no poder, ao incorporar interesses das classes dominadas ao seu projeto de dominação, buscando a diminuição dos conflitos e a obtenção do consenso. E finalmente, mas fundamental, as políticas sociais são um resultado da luta de classes e decorrem da organização e participação das classes trabalhadoras na arena política (TEIXEIRA et alii, 1988,p. 46).

Nas políticas sociais, além dos determinantes estruturais, estão presentes também determinantes históricos e conjunturais, uma vez que elas se processam no âmbito de relações sociais em sociedades determinadas. Historicamente, a acumulação capitalista e a pressão das classes trabalhadoras têm se constituído no campo em que se insere a gênese das políticas sociais. Esse fenômeno, embora ocorra com múltiplas nuances, está presente nas várias sociedades e se expressa de acordo com o grau de organização das classes, isso porque, no espaço das contradições, alteram-se historicamente as respostas da classe socialmente subordinada e da classe hegemônica, face à correlação de forças. Nesse sentido preciso é que as políticas sociais funcionam como uma convenção à continuidade das desigualdades sociais e legitimação do Estado como afiançador do processo de reprodução das relações sociais.

Assim, é fato que as políticas sociais, para o sistema capitalista, funcionam como um tratamento dado à desigualdade social, pois apaziguam as tensões ao mesmo tempo em que mantêm as estruturas de propriedade e de riqueza. Contraditoriamente, para as classes populares, as mesmas políticas sociais são efetivamente o acesso à bens e serviços que, de outra maneira, não lhes seria possível obter e, nesse sentido, expressam os interesses dos trabalhadores.

Para PASTORINI(2004), se analisadas nos moldes capitalistas, as políticas sociais deveriam funcionar “como mecanismos institucionais tendentes a diminuir as desigualdades sociais, redistribuindo seus escassos recursos num sentido contrário ao do mercado: aquele que tem menos será o que mais receberá das políticas sociais” (PASTORINI 2004,p. 88). No entanto, esta premissa está cada vez mais distante de ser cumprida por um Estado que não respeita integralmente os direitos dos cidadãos no que diz respeito àquilo que é compreendido pela sociedade como contemplável pelas políticas sociais. Assim, as classes subalternas vivenciam a não

redistribuição de recursos no sentido de desconcentrar a renda por ser difícil alargar qualitativamente uma política que se mostre eficaz para conter a pauperização²⁷ das classes populares.

É importante ressaltar os avanços sociais e a visibilidade que obtiveram as políticas assistenciais no atual governo, porém, não é possível negar que essa realidade objetiva entrecruza-se de forma bastante complexa com a falta de recursos para políticas mais abrangentes como, por exemplo, as de seguridade social.

Atualmente, estudos demonstram que os investimentos na área das políticas sociais têm sido inversamente proporcionais à acumulação do capital e ao crescimento da pauperização das classes populares: “as propostas neoliberais em relação ao papel do Estado no âmbito da questão social são reducionistas, esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social” (YAZBEK, 2002, p. 279). A busca por lucro é o cerne do mercado globalizado; sendo assim, os indivíduos mais competitivos devem ser estimulados a produzi-lo. Já as pessoas entendidas como não capazes de competir, as sujeitas à pobreza, devem ser socorridas por meio da caridade privada, com o Estado agindo apenas com ações suplementares. Observa-se nesse contexto uma equação um tanto desfavorável: ao mesmo tempo em que temos o aumento da vulnerabilidade, temos a retração das políticas sociais.

Considerando-se a processualidade e o desenvolvimento das políticas sociais e observando-se as transformações políticas e conjunturais atuais, verifica-se que as políticas sociais e assistenciais são tratadas, na maioria das vezes, de forma diferenciada: políticas sociais para aqueles que são visíveis para o capital, sendo diretamente responsáveis pelo lucro auferido pelos capitalistas, e políticas assistenciais²⁸ para os excluídos dessa visibilidade. Essa sociedade:

Ainda se vale da noção de que o homem só possui a sua existência reconhecida enquanto se faz trabalhador aos olhos do capital. Aqueles que não estiverem, mesmo que circunstancialmente, vivendo tal condição, perdem sua visibilidade, pois não existem imediatamente para o capital (SPOSATI, 1989: 14).

²⁷ Entende-se por pauperização os efeitos econômicos decorrentes da expansão do capitalismo para os indivíduos dependentes do mundo do trabalho.

²⁸ Entendemos que o mecanismo assistencial perpassa todas as políticas sociais porém assistencial se refere às políticas destinadas a classe subalterna e presença permanente na política de assistência social.

Neste contexto, e tendo em vista a atual crise no mundo do trabalho, é possível compreender a retração das políticas sociais mais abrangentes. Se o trabalhador perde força no contexto do trabalho, encontra maiores dificuldades principalmente no campo dos direitos sociais. E, ainda, os visíveis (o que visíveis???) aos olhos do capital, por indicação da perspectiva neoliberal, devem buscá-las no mercado. Ou seja, devem ter renda suficiente para pagar pelos serviços sociais que desejam acionar.

A seguridade social brasileira, destinada a proteger a classe trabalhadora de riscos, diminui e/ou desvia verbas do orçamento, principalmente em função de exigências de organismos internacionais. De acordo com BOSCHETTI, em 2001, o Tesouro Nacional repassou R\$18,9 bilhões (13,99% das despesas) do orçamento fiscal para custeio da seguridade social; em 2004, repassou apenas R\$12.669.743 (5,58% das despesas). Ainda em 2001, a seguridade social deixou de arrecadar, aproximadamente, R\$8 bilhões, por causa das renúncias previdenciárias, das entidades filantrópicas (assistência, saúde e educação), das micro e pequenas empresas e dos clubes de futebol. Em 2004, esse valor já seria de R\$13 bilhões, segundo a ANFIP²⁹. A diminuição dos gastos públicos e a colaboração com o setor privado demonstram um claro esfacelamento dos direitos sociais universais.

Aqueles que foram totalmente excluídos da possibilidade de vender sua força de trabalho ao capital, pelas próprias mudanças produzidas pelo capitalismo no mundo do trabalho, não ganham visibilidade econômica e política. “Não basta ter posse da força de trabalho, é necessário a posse e efetivação do emprego para ganhar a visibilidade” (SPOSATI, 1989:14).

Nessa paradoxal situação – aumento da riqueza social com ampliação dos contingentes pauperizados –, o neoliberalismo tem, como estratégia de ação, a redução dos direitos e da proteção social, dando ênfase na questão da capacidade individual, no auto-aperfeiçoamento, na auto-organização da população. Volta, então, a questão dos merecedores ou não merecedores, enquanto “a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política” (YAZBEK, 1999,p.18).

O grupo dominante trabalha com a ideologia conservadora de responsabilização da população, o que equivale a dizer que ela é responsável por

²⁹ Dados extraídos de palestra realizada pela autora na Conferencia Mundial de Serviço Social ocorrida em 08/2008 em Salvador-Bahia

seus sucessos ou fracassos, ideologia essa que oculta as causas estruturais que geram a pobreza e a miséria. Assim, o conjunto de políticas sociais como saúde, educação, habitação, previdência social, relevantes como políticas estatais capazes de propiciar igualdade de oportunidade aos cidadãos deixam de ser tão importantes e as políticas de cunho assistencial, de abrangência restrita, com focalização em segmentos e situações específicas, ganham forças.

Não se trata aqui de se pretender esgotar todas as contradições existentes, principalmente as que existem dentre as políticas sociais brasileiras que não têm conseguido tratar a todos como cidadãos, nem, tampouco, de sugerir que a simples existência dessas políticas seria capaz de garantir acesso às oportunidades numa sociedade capitalista. Pelo contrário, trata-se de classificá-las como importantes na construção da cidadania, de forma que, quando não são tratadas como direitos de todos, assumem um caráter meramente compensatório:

É a presença do mecanismo assistencial nas políticas sociais que as configura como compensatórias de 'carências'. Com isto, torna-se justificatório para o Estado selecionar o grau de carência da demanda (financeira, nutricional, física etc.) para incluí-la e/ou excluí-la dos serviços ou bens ofertados pelos programas sociais (SPOSATI et alii, 1986: 30).

Outra resultante desse histórico viés assistencial é a justificativa de que os serviços prestados são de baixa qualidade uma vez que são oferecidos às pessoas que nada possuem, consideradas “pouco exigentes”, “ignorantes” (SPOSATI et alii, 1986: 30). Sempre direcionados aos segmentos da população que vive sob o signo perverso da exclusão, tais serviços não cumprem a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade, mas, ao contrário, reiteram a dependência, por caracterizar-se como política de alívio e por neutralizar demandas e reivindicações (MESTRINER, 2005: 16).

É a presença renitente de uma clientela excluída da atenção sistemática do Estado e da sociedade que a justifica; mas, incoerentemente, como, de regra, ela não se rege por uma problemática e não tem proposta e nem serviços especializados a oferecer, não são, na visão corrente, as necessidades apresentadas por essa clientela que a determinam e a definem. São recursos disponíveis. Se não há recursos – e geralmente não há, na opinião dos governantes, dos “policy makers” e dos ideólogos do “status quo” –, a assistência social terá que se adequar a essa limitação e, por isso, ser altamente seletiva e rigorosa nos seus critérios de elegibilidade, retificando, dessa forma, a função estigmatizadora que lhe é previamente conferida (PEREIRA, 1996,p. 17).

Esse histórico assistencial imprimiu um caráter emergencial às políticas sociais no país. Não fosse assim, tais políticas poderiam se tornar direitos e só assumiriam características emergenciais transitoriamente, podendo ser extintas a qualquer tempo. O protagonismo dos usuários – entendido como a adequação a qualquer modo de vida que lhes propiciasse independência das políticas sociais – seria, então, considerado como o seu êxito.

O Estado brasileiro, historicamente, apresentou e tratou as políticas assistenciais como ação temporária, como benesses, como ajuda aos incapazes de prover o seu bem estar no mercado. Os acessos a elas se dão por caminhos burocratizados com caráter eletivo e seletivo. “Não prevalece o direito de acesso universal do cidadão aos serviços, mas um sistema clientelístico de favores e vantagens” (FALEIROS, 1985,p. 18).

Dessa forma, embora denominada política social, a assistência social desenrolou-se, ao longo de décadas, como doação de auxílios revestida pela forma de tutela, de benesse, favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista, ou seja, por fim, ela reproduziu ainda mais a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que operou de forma descontinuada em situações pontuais. Vale ressaltar que todas essas características das políticas sociais foram marcadas por um alto grau de burocratização e de autoritarismo, uma vez que as intervenções públicas encontram no perfil social e econômico de seus usuários a justificativa para ser relutante em sua execução, realizada com critérios de menor elegibilidade e destinada a usuários em situação de pobreza absoluta, de forma a suprir somente situações emergenciais e longe de atender às necessidades básicas como direito social.

Discutir políticas destinadas à pobreza é discutir formas de diminuir a exclusão de uma boa parcela da população. Segundo TELLES(2001), trata-se de um debate inteiramente montado sobre as evidências mais tangíveis da chamada *pobreza absoluta*, esses deserdados da sorte e infelizes do destino, que já estão – ou parecem estar – fora do contrato social (TELLES,2001, p. 32).

Diante o exposto, a questão da pobreza não pode ser encarada como tarefa exclusiva de uma política social. É imprescindível compreendê-la como um fenômeno multidimensional, com vistas a se obter esforços conjuntos na tarefa de combatê-la.

As políticas sociais poderiam ser um grande auxílio para a solução dos problemas que enfrentamos, se aliadas às demais políticas e, principalmente, se cunhassem um perfil mais abrangente, não focado apenas no conceito de pobreza absoluta. Se, no Brasil, ainda não temos muitas políticas de cunho universal, é importante que se lute pela manutenção daquilo que já foi incorporado, pela Constituição Federal de 1988 – por exemplo, a seguridade social –, a fim de que se tenha maior eficiência em seu desempenho.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 representa um avanço na construção de uma nova forma de organizar ações e políticas de modo participativo e descentralizado, e é, também, um avanço social no que concerne à garantia de direitos das mulheres e crianças, dos índios e idosos, à conceitualização do “direito social”, à incorporação dos trabalhadores rurais nos direitos trabalhistas e previdenciários e, também, à inserção de uma consciência do trabalhador nas lutas sociais.

Mas o sistema de proteção social brasileiro é frágil neste sentido. A seguridade social, destinada formalmente a promover um padrão básico de inclusão e a prover um conjunto de necessidades consideradas básicas, é composta apenas por três políticas: saúde, previdência social e assistência social. Entendemos que deveriam existir outras políticas que melhorassem o alcance deste atendimento, como por exemplo, educação e habitação. Estas propõem ações mais amplas. No entanto, atualmente além de serem restritas, acontecem de forma desarticulada e com objetivos fragmentados.

A política social de saúde é um direito universal e está configurada num sistema único. Ela está constituída sob regulação do Estado, que objetiva sua eficiência, eficácia e equidade. Mesmo com todos os problemas e a falta de recursos disponíveis, é uma necessidade que já alcançou reconhecimento social e, por isso, facilmente reivindicada.

A previdência social, por sua vez, é uma política contributiva, voltada principalmente para o mundo do trabalho e destinada a proteger o trabalhador contra riscos de doenças e para provê-lo financeiramente quando do avanço de sua idade. Por estar fortemente ligada ao trabalho e por ser contributiva, encontra facilidades em sua defesa.

Essas duas políticas possuem um recorte assistencial, que ocorre com a fragmentação de seus objetivos maiores, mas cabe à Política de Assistência Social

a tarefa quase exclusiva de ser acionada como proteção gratuita e desmercadorizável ao se tratar da questão da pobreza no país.

Tanto na Constituição quanto na LOAS, a Assistência Social é definida como: “(...) ‘direito do cidadão e dever do Estado’, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Art. 1º), recusando concepções que a relemam ao lugar das práticas filantrópicas e de benemerência (BOSCHETTI, 2002,p. 14). Assim a assistência social transitou do favor, do clientelismo para o direito, para o campo da política social. É ainda “sem dúvida, uma mudança substantiva na concepção da assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não-política para o campo da política pública” (YAZBEK, 2004,p. 14).

No entanto, a Assistência Social define-se por meio de um conceito restrito de pobreza, entendido como atendimento às necessidade básicas de consumo familiares³⁰ e coloca, como objetivo, o atendimento apenas aos indivíduos e famílias que encontram dificuldades financeiras, pessoais ou físicas de conquistá-las no mercado. Mesmo assim, tem a expectativa de traduzir-se numa política voltada à inclusão da parcela subalterna da população na produção de bens e riquezas deste país. Neste sentido, longe de garantir apenas o acesso à renda, a política deveria efetivar-se também no combate a todos os tipos de ações que obstruem o exercício da cidadania plena, nos moldes propostos pelo capitalismo.

Ainda que pese todas as polêmicas em torno do conceito de inclusão, compreendemos que a questão não está alicerçada no modo predominante aceitável pelo capitalismo. Tal conceito implica um processo que permite às pessoas em situação de pobreza sair do *apartheid* social em que se encontram, um processo que perpassa a possibilidade de trabalhar as potencialidades e alicerçá-las na luta por um modelo social que permita incluir a maioria, e não excluir.

PEREIRA(1987) afirma que “a assistência tem funcionado mais para excluir do que incluir os pobres no circuito de direitos e oportunidades sociais introduzidos nas modernas sociedades em decorrência de conquistas democráticas”

³⁰ Apesar desse entendimento, há que se considerar o avanço que a LOAS representa para a Política de Assistência Social e a qualidade que aferiu no entendimento e gestão com sua promulgação. Também é preciso considerar que é resultado de inesgotáveis negociações, principalmente com a Câmara dos Deputados; nesse contexto, resultado de correlações de forças existente naquele momento histórico.

(PEREIRA,1987, 48). Persiste, portanto, como um dos maiores desafios da Assistência Social, sua própria concepção como campo específico de Política Social Pública, como área de cobertura de necessidades sociais decorrentes da pobreza e como fenômeno multidimensional. Em outras palavras, pela ausência de parâmetros públicos no reconhecimento dos direitos de medida, de negociação e deliberação, permaneceram, na Assistência Social brasileira, concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, “primeiro-damistas” e patrimonialistas, todas elas equívocos conceituais graves quando se pensa nos direitos sociais dos usuários, contemplados através de ações suplementares. De acordo com YAZBEK (2004), constitui-se como desafio:

Pela permanência de marcas históricas é que se configura a estruturação da Assistência Social brasileira e que resistem a inovações e mudanças. Essas marcas vão configurar um campo de confronto com a sua concepção como política pública voltada para a construção de direitos sociais e provimento de mínimos sociais de inclusão (YAZBEK, 2004, 24).

Mesmo na abrangência do SUAS e da PNAS, que trataremos a seguir, podemos afirmar que é possível observar fortes dicotomias prevalecentes na execução da política de Assistência Social, fatores que atrapalham sua identificação com o ideário de política pública. Prevaleram, ainda, na atualidade intervenções difusas por vezes desconectadas da definição de políticas públicas, desenvolvidas por meio de ações imediatistas, voltadas à atender os problemas emergenciais. Estas políticas dão maior ênfase às exigências burocráticas, o que faz a política de assistência social “permanecer naquele patamar de ação que é mais uma questão de políticos que de políticas.

A Política de Assistência Social sempre teve como prevalência um caráter amenizador, complementador, onde o direito muitas vezes está amarrado a critérios restritos e seletistas, contando com um arcabouço jurídico formal mais avançado que seu entendimento e gestão. A assistência social foi gerida por meio de programas paliativos, temporários, sem continuidade, pelo quais os que dela participam hoje não poderão participar amanhã. Com a noção de *pobreza absoluta*, elege-se os mínimos sociais para sua sobrevivência biológica, mínimos frágeis no que se refere ao reconhecimento de direitos, exatamente por não levar em consideração todo o contexto em que a população está inserida, e por trabalhar de uma forma clientelista, criando vínculos de dependência.

PEREIRA(1987)refere-se a duas modalidades de assistência na processualidade:

É possível vislumbrar duas modalidades de assistência social no modo de produção capitalista, embora uma seja o reverso da outra: 1) Uma strito sensu, capturada e fortemente manipulada pelo princípio da rentabilidade econômica e, por isso, esvaziada de sua identificação com a justiça. Tal assistência é uma restrição dos valores defendidos pelo princípio da atenção às necessidades sociais, já que não impõe barreiras ao domínio crescente do capital sobre o trabalho. É o que muitos chamam de assistencialismo; 2) outra, lato sensu, que constitui a feição social das políticas de bem-estar capitalista (...) (PEREIRA 1987: 7).

A Assistência Social, no Brasil, pode ser considerada uma política relutante no que se refere à sua efetividade para os usuários envolvidos e à sua responsabilidade estatal:

Na história política brasileira, a Assistência Social não foi concebida como área de definição política, constituindo-se num mix de ações dispersas e descontínuas de órgãos governamentais e instituições privadas, compondo um universo multifacetado de práticas sociais nas quais transparecem as contradições e interpenetrações entre o estatal e o privado (RAICHELLIS, 1997).

Firmadas as estruturas formais da assistência social como política pública destinada ao atendimento de direitos sociais, persistia a sua diretriz política de menor elegibilidade, ocupando-se, ainda, predominantemente, de situações extremas e de forma ineficiente. Embora entendamos que, formalmente, essa política já teve seus horizontes alargados, as marcas históricas que a norteiam dificultam para que esses efeitos possam ser sentidos no cotidiano. E, ainda, agravada pela diretriz neoliberal, existem múltiplas dificuldades em se impor limites à compulsão, à elitização e à injustiça. Para essa concepção, não há um contexto social, sendo a divisão e a fragmentação da sociedade uma de suas características principais. A competição é seu motor básico, sendo que as pessoas não capazes de competir, devem ser socorridas por meio da caridade privada, com ações circunstanciais e temporárias. No entanto, de acordo com Neto:

Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa a oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social (BRASIL,1997, p.12)

Para Raichellis, na era neoliberal, e devido a seu caráter de violência para com muitos, é preciso discutir a assistência social para além da função e presença de mecanismos assistenciais na sociedade capitalista, pois:

Frente ao avanço das medidas de ajuste neoliberal, e o conseqüente agravamento da pobreza e das desigualdades sociais, a Assistência Social tem sido rediscutida e atualizada. O que está em xeque, desse modo, não é a presença de ações assistenciais, mas sua realização seletiva e residual na proteção social às camadas pobres, distantes dos processos de universalização dos direitos sociais (RAICHELLIS, 1997).

É importante assinalar que o mecanismo assistencial no sistema capitalista, e particularmente na premissa neoliberal, se efetiva restritamente para minorar os efeitos sociais causados pela pobreza, o que não invalida a luta histórica pela implementação e ampliação da Política de Assistência Social.

Assim, mesmo com tantas restrições, a política de assistência social torna-se paradoxal, se analisados os avanços por ela obtidos à luz de sua história formal. Em sua consolidação como política pública apresenta vários entraves. Ao longo do tempo, fazem parte de sua marca programas inoperantes, sem regras estáveis, frágeis no que se refere ao reconhecimento de cidadão de direitos, sem considerar o contexto social em que a população está inserida, trabalhando de uma forma clientelista, mantendo e patrocinando vínculos de dependência.

Neste sentido, impera um grande desafio para essa política. Ela, de fato, na sua concepção e em sua gestão, de décadas, predominantemente de clientelismo e filantropia, “consolidou uma cultura tuteladora”. Para BOSCHETTI (2003): a assistência social, para se consolidar como política pública necessita ser difundida e divulgada para que se possa mudar a cultura socialmente e secularmente construída, que a vê como ajuda moral, filantropia ou benemerência (2003: 71). E PEREIRA (1987) coloca o desafio de torná-la política pública pela predominância da matriz conservadora – oligárquica – e sua forma de relação atravessada pelo favor, pelo compadrio, pelo clientelismo que emoldura politicamente a história econômica e social do país. Estes são fatores presentes na gestão, reforçando a ideia de que, do ponto de vista político, as intervenções no campo social, particularmente no assistencial, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais (PEREIRA, 1987, p. 48).

Para avançar no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais, necessariamente é preciso que a Política de Assistência Social não seja uma forma discriminada e parcial de estender algumas condições para a reprodução de determinados segmentos da população. Pelo contrário, ela deve ganhar visibilidade no que se refere ao seu significado e extensão como principal política destinada aos pauperizados. Este não é um debate centralizado na Política de Assistência Social, mas necessita ser o principal debate desta política para aumentar a capacidade de resolutividade da mesma.

Como principal política destinada aos sujeitos em situação de pobreza, a Assistência Social, historicamente, tem sofrido distorções advindas da banalização da pobreza em nossa sociedade. Isso a torna permanente ponto de tensão e de luta. É preciso, ao referir-se à Política de Assistência Social, reconhecer a sua importância e fundamentalidade no que se refere ao combate da pobreza no Brasil.

1.5 - O SUAS e a Possibilidade de Ampliação das Ações

A Política Pública de Assistência Social, como a principal política de atendimento aos sujeitos em situação de pobreza, tem dificuldades em cumprir sua função devido ao legado liberal de entendimento de pobreza que a coloca como problema individual e situação provisória. Assim, no âmbito de sua trajetória, ela sofreu intervenções muito pouco reivindicadas por usuários, sendo exercida majoritariamente com pouca qualidade no que concerne aos direitos sociais. Por se restringir a combater incapacidades, a assistência social foi compreendida como a atenção à população que está em situação de extremo risco. E, complementando, “ainda (...) cumprindo um papel de caridade, bondade, benemerência, (...) se identificado como concessão de auxílios (...) sempre visando o imediatismo, o emergencial, regulada jurídicas ou administrativamente e, portanto despolitizada” (PEREIRA, 2000: 130). É uma política excludente, burocrática, voltada ao atendimento, de forma precária, das necessidades emergenciais, prevalecendo em termos da Assistência Social a inoperância e fragilidade do indivíduo que dela necessitar. Esta é uma forma, às vezes velada, outras explícita, de fazê-lo sentir-se aquém por buscar tal direito. Assim impera:

(...) sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações-limite em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Nesse sentido as políticas acabam sendo o lugar do não-direito e da não-cidadania... “lugar a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído (YAZBEK, 2006: 129).

Devido às peculiaridades da política social brasileira, a Assistência Social percorreu um longo caminho até ser reconhecida como direito social “(...). Ao longo do tempo, inúmeros foram os caminhos trilhados pela Assistência Social, assim como as formas operacionais adotadas para concretizá-la. Porém, um elemento se manteve sempre vinculado a ela, constituindo um verdadeiro sinal indicativo de sua prática: a caridade para com os pobres” (MARTINELLI, 1989: 85), já que permaneceram como característica comum em sua execução aspectos predominantes de ajuda em detrimento dos de direito. Prevaleceu historicamente:

Concepção distorcida da política, mediada por valores éticos, morais e religiosos, materializados e reproduzidos em projetos e programas que em sua execução não deveriam ser difundidos como de ações públicas, já que se ocupa de responsabilizar exclusivamente o indivíduo pela condição em que se encontra e pelos resultados obtidos. A incapacidade de disponibilizar recursos e serviços capazes de incorporar e atender as demandas configuradas; trazendo para o âmbito do atendimento apenas a demanda localizada por critérios de menor elegibilidade (PEREIRA, 1996).

Na tentativa de fortalecer ainda mais a Política de Assistência Social, foi promulgado, na IV Conferência de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que propõe dirigir nacionalmente o atendimento da Assistência Social de forma planejada, organizada e articulada entre as três esferas de poder. Trata-se de um sistema que busca dinamizar a Política de Assistência Social, com a superação da constituição histórica da organização da política pública de Assistência Social. Desta forma, pretende-se estabelecer um novo modelo de gestão e financiamento da política, chamado por CARVALHO(2006) de reconhecimento político e conceitual da política. Este novo modelo pode ser traduzido pelo avanço que representa no âmbito da gestão. Ter pactuado intervenções que se colocam como parte da política de assistência (CARVALHO, 2006, p.37) significa a possibilidade de efetivação e a garantia a todos que dela necessitam, sem contribuição prévia da provisão de proteção social, construindo coletivamente o redesenho desta política visando: “(...) incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política,

objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social, como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (Brasil, 2004:13).

SPOSATI(2006) adverte para a necessidade de construção deste modelo no cotidiano de execução da política, pois, “(...) um modelo por si só não altera o real. Pelo contrário, ele pode até ser condicionado e deformado pelo real, caso não se tenha domínio dos elementos constitutivos do modelo e das dificuldades a enfrentar. SPOSATI(2006, p.97)É preciso ter claro também que a realidade e a concretude dos fatos que a conformam não são males ou empecilhos e, sim, as efetivas configurações ou condições com que se deve lidar. É preciso utilizar a força dos aspectos formais em um Estado de direito para efetivar nova cultura política na Assistência Social.”

“O SUAS torna imprescindível a quebra de velhos paradigmas e o olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada” (PNAS, 2004). Porém, como instrumento da Política de Assistência Social, o SUAS possui muitas dificuldades em decorrência da própria relutância e entraves da Política Pública de Assistência Social. Neste contexto a proposta visa a estabelecer uma unidade nas ações e um mesmo padrão na qualidade do atendimento em todo o país. Coloca regras ao financiamento de recursos por meio da definição de prioridades e dos critérios de partilha de forma descentralizada, regionalizada e hierarquizada.

A implantação do SUAS como sistema único supõe unir para garantir, o que implica em: romper com a múltipla fragmentação programática hoje existente, com a fragmentação das esferas de governo e o paralelismo de gestão; com a fragmentação das ações por categorias ou segmentos sociais sem compromisso com a cobertura universal e a qualidade dos resultados (SPOSATI, 2006,p.105).

Entendemos que o SUAS trata a questão da renda e da dinâmica relacional para o âmbito da política pública estabelecendo intervenções sociais que venham a atender pessoas em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. Compreendemos que vulnerabilidade, risco e violação de direitos, no âmbito da Política de Assistência Social, estão correlacionados à questão da pobreza e se manifestam, grande parte das vezes, em decorrência da mesma. Sendo assim, é importante que a proteção social destinada traga em sua concepção a ampliação das consequências da pobreza além dos aspectos meramente econômicos e

voltados à sobrevivência biológica. Quando há um posicionamento de intervir buscando atuar nestes fatores, visando a prevenção e/ou redução, identificamos um avanço e um alargamento no conceito de pobreza, desde que a eliminação do “economicismo” na determinação das condições de vida da população usuária da assistência social não leve a uma desconsideração do peso das condições econômicas na vida dessa população (YAZBEK, 2003).

A diretriz afiançada pelo SUAS proporciona um maior potencial, pois amplia a assistência social, considerando tanto a questão da privação de renda e de serviços públicos, quanto a fragilidade de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) –, vinculando os objetivos da assistência ao protagonismo, equidade e autonomia dos usuários envolvidos. Pelo fato de ter sido historicamente uma política voltada ao imediatismo, exclusivamente voltada para usuários em situação de pobreza absoluta, essa diretriz torna-se um desafio a ser seguido. Num país onde a dicotomia entre o arcabouço jurídico e as práticas instituídas é um desafio da gestão, implementar esses objetivos cotidianamente equivale a sair de uma construção histórica, que vincula o usuário ao atendimento de uma situação imediata de forma ineficaz. Neste novo atendimento da questão, ele é visualizado como cidadão de direito por uma direção econômica e social imposta, da qual é preciso um trabalho social que lhe ofereça proteção social.

A idéia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica em superar a concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma “desproteção”. A aplicação ao termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais historicamente atribuído e operado no campo da assistência social. A proteção exige que se desenvolvam ações preventivas (SPOSATI, 2004, p. 51).

Neste sentido, está explícito em termos formais tanto a ampliação dos “protegidos” pela Política de Assistência Social para além dos limites da pobreza absoluta quanto a função preventiva como alcançável por meio dessa política. Nesse paradigma, incorporam-se como usuários da assistência social pessoas em situação de pobreza a partir de um conceito multidimensional. Assim, correlacionam-se os vários aspectos que fazem com que os indivíduos tenham desvantagens nesta sociedade em virtude de idade, sexo, raça e outras dificuldades.

Considera-se, portanto, os potenciais usuários da política, a partir do paradigma da universalização do direito à proteção social, fundado na cidadania e pelo abandono das ideias tutelares e subalternas que (sub)identificam brasileiros como carentes, necessitados, miseráveis. Discrimina-os do reconhecimento de ser de direitos (LOPES, 2006):

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (LOPES, 2006,p.78)

Assim, a assistência social deve ser “(...) um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira” (YAZBEK, 2004: 13). Cabe à assistência não só o atendimento de uma determinada necessidade, mas a garantia da prevenção, do provimento, da redução de riscos e vulnerabilidade social da população, colocando a proteção social como necessária e como direito de todos os usuários.

Concordamos com Couto quanto ao fato de compreendê-lo (o usuário³¹) inserido em uma realidade social multidimensional, signatário de várias expressões da questão social. A assistência indica visibilidade política a essa parcela da população e ao seu direito de ser atendida. Dessa forma traz à tona uma nova perspectiva para a política.

De acordo com a PNAS, deve haver a garantia das seguintes seguranças: de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio e de vivência familiar. Ou seja, deve-se alargar a discussão da política social no atendimento à pobreza para além do viés economicista que estreita a questão apenas do âmbito da renda – embora reconheçamos que numa economia capitalista

³¹ Inserção nossa

não podemos desconsiderar que um dos determinantes da pobreza é a concentração de renda e que as relações econômicas tem um peso fundamental nas condições de vida da população.

A questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida. O princípio da atenção social alcança, assim, um patamar que é balizado pelo esforço de viabilização de um novo projeto de desenvolvimento social, onde não se pode pleitear a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública, sem a composição correta e suficiente da Política Pública de Assistência Social em nível nacional (BRASIL, 2004,p. 89).

Mesmo estabelecendo todas essas relações, entendemos que a pobreza não deveria ser tratada no âmbito de uma única política. Para que as ações contra a pobreza tenham alcance e êxito, é preciso o esforço de um conjunto de políticas sociais. Embora já esteja institucionalizada a questão da intersectorialidade das políticas, o trato da pobreza ainda aparece como uma ação complementar, de responsabilidade da assistência social, enquanto a ação aqui defendida se coloca no âmbito de um Estado Social desobediente aos preceitos neoliberais. O que se busca, por meio de um conjunto de políticas públicas, é a promoção do bem estar de todos os indivíduos. Assim, no caso brasileiro, algumas questões são fundamentais: a priorização da seguridade social e a elevação do patamar das políticas sociais ao das políticas econômicas, de forma que se permita que caminhem conjuntamente.

Com o SUAS, o maior desafio decorrente da Política de Assistência Social é estabelecer os componentes necessários para fortalecê-la como política pública efetivadora de direitos, formulando políticas e programas com nova intervenção e metodologias de ação. Isso deve facilitar o diálogo com outras políticas públicas, propiciando melhor resolutividade e efetividade. Alguns pontos relevantes em sua organização foram estabelecidos por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que assim a organizou, prevendo a existência de:

1) Serviços: atividades continuadas, definidas no art. 23 da Loas, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade;

2) Programas: compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da Loas, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas;

3) Projetos: definidos nos arts. 25 e 26 da Loas, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social. Isso, de maneira articulada com as demais políticas públicas. De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram o nível de proteção social básica, podendo, contudo, voltarem-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial;

4) Benefícios:

4.1) Benefício de Prestação Continuada: previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal e consiste no repasse de um salário mínimo mensal ao idoso (pessoa com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário;

4.2) Benefícios Eventuais: são previstos no art. 22 da LOAS e visam o pagamento de auxílio por natalidade ou morte ou para atender a necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública;

4.3) Transferência de Renda: programas que visam o repasse direto de recursos dos Fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e dos indivíduos atendidos e o desenvolvimento local (PNAS/2004,26).

Salvo melhor juízo, nos parecem previstos as intervenções em âmbitos importantes, que abranjam as políticas assistenciais numa sociedade capitalista. Ou seja, está prevista a proteção social que presta garantia às pessoas em situação de

pobreza e vulnerabilidade social, numa sociedade que coloca os indivíduos nesta condição. O alcance dessas ações também está alocado num patamar que estabelece possibilidades de melhoria e ou resolução das situações vivenciadas referente ao objetivo de emancipação e autonomia. Outro ponto bastante relevante é o fato de estabelecer as ações que se denominam de Assistência Social, separando de forma transparente as ações de filantropia e de benevolência daquelas ações públicas destinada aos cidadãos de direito.

Outro ponto relevante presente no SUAS é o fato de colocar a Política de Assistência Social como política destinada ao combate à pobreza e a exclusão social, considerados como expressões da questão social que determina dificuldades no acesso a política pública – o que causa vulnerabilidade, riscos e violação de direitos, para os quais são necessários intervenções continuadas, considerando tanto a questão da privação de renda e de serviços públicos, quanto a fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Assim, vinculam-se os objetivos ao protagonismo, equidade e autonomia dos usuários envolvidos, questões que até o momento constituíam-se desafios em sua configuração. Desta forma o conceito básico que pontua a política é o de proteção social, entendida como “(...) uma soma de ações (...), que visa proteger o conjunto ou parte da sociedade de riscos naturais e/ou sociais decorrentes da vida em coletividade” (Mendes; Wunsch; Couto, 2006: 212).

Desta forma, podemos afirmar que o SUAS possui um conceito de pobreza multidimensional, pontuando ações de recorte além da pobreza absoluta. Conseqüentemente, alargam-se suas possibilidades enquanto instrumento de gestão. Na sociedade de risco, faz-se necessária a efetivação de uma política pública que possa garantir segurança a seus membros. A constituição desta política, de acordo com a justificativa governamental, afere reconhecimento da necessidade de proteção, frente às conseqüências do modelo econômico e social vigente:

As formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (PNAS2004,p.23).

Mesmo que esta proteção esteja localizada preferencialmente no que Castel coloca como “sociedade de risco social clássico”, há avanços significativos, se considerarmos que a assistência social foi e ainda é amplamente utilizada como instrumento de favoritismo e clientelismo político, localizada muito aquém de “quem dela necessitar” e do atendimento de “necessidades básicas”.

Uma das diretrizes importantes do SUAS é a questão do território. No entanto, este assunto causa polêmica no que se refere à possibilidade deste trazer eficiência no tocante à pobreza. Para muitos teóricos, é no território que se socializa a pobreza e as questões trazidas por ela, baseadas num modo de olhar. De acordo com Koga(2003), por meio da política territorializada é possível: inclui os invisíveis; examinar as incidências sociais como situações sociais coletivas; e destacar diferenças, disparidades e desigualdades. Dessa forma, é importante afirmar que o território representa o respeito à diversidade regional, à possibilidade de estabelecer novos vínculos, novas estratégias de enfrentamento e resistência, palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros. É esse o lócus preferencial de ações continuadas.

Conforme ANDRADE e MATIAS, ao considerar o território como ponto central de atuação, a proteção social reconhece a presença de múltiplos fatores de vulnerabilidade e de recursos econômicos, sociais e culturais presentes em um determinado local e o impacto destes na fragilização ou no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. É no contexto e limites da política assistencial que qualificamos o território enquanto ponto de construção de emancipação e novas qualidades políticas.

Em tempos neoliberais, a questão mais polêmica trazida pelo SUAS refere-se à matricialidade sócio-familiar. As políticas assistenciais, historicamente, responsabilizaram as famílias pela situação de pobreza em que se encontram; delegaram à família o “cuidado” aos cidadãos, desresponsabilizando o Estado em ações mais profícuas, portanto desconsiderando os direitos sociais e o direito que a família tem de ser protegida. Consequências podem ser sentidas no âmbito das políticas sociais como, por exemplo: a concepção majoritária de família como nuclear burguesa, que sempre norteou as ações implementadas; e a ínfima discussão da família no contexto das mudanças capitalistas em curso, fortalecendo a lógica da individualização. Ainda é importante ressaltar que a perspectiva

neoliberal desloca o foco dessas discussões do Estado para a família, porém a PNAS afirma que:

A ampliação das condições materiais e de possibilidades de convívio, educação e proteção social na própria família não restringe as responsabilidades estatais de proteção social a seus membros. Isto é, a Constituição Federal de 1988 e tantas outras legislações compõem um arcabouço legal que reconhece a responsabilidade do Estado e garante a oferta de serviços e benefícios destinados à proteção das famílias. (PNAS2004,p.20).

No âmbito formal essa preposição está clara. Porém, a matricialidade sócio-familiar deve ser rigorosamente compreendida como uma forma de expandir o atendimento, e não como forma de restringi-lo, retendo direitos dos cidadãos. Há recomendações formais na PNAS para que se efetive o atendimento às famílias:

- Não exclua atendimentos individuais aos cidadãos que o demandam;
- Não secundarizem ações coletivas de encontro e divisão;
- Haja construção de espaços comunitários de convivência familiar;
- Haja fortalecimento da auto-estima, de vínculos afetivos e comunitários mais sólidos;
- Exista uma perspectiva de transformação das relações de violência social e destituição material;
- Vise a superação coletiva das trajetórias de exclusão e subalternização;
- Mantenha uma participação social e comunitária.

É muito restrito analisar um fenômeno como a pobreza por meio de uma política assistencial para o seu atendimento, e nem é esse nosso propósito. Porém, no Brasil, o SUAS representa um avanço significativo no atendimento da população em situação de pobreza. É importante assinalar que essa política tem alcance e reconhecimento. É interessante ressaltar, ainda, que, embora haja um grande avanço devido à promulgação do SUAS e os seus respectivos destaques na concepção, há uma dicotomia entre o que poderíamos chamar de destaque da assistência social e retraimento das demais políticas sociais, se considerada a timidez de ações e recursos alocados. Essa situação, de fato, tem melhorado a situação de milhares de brasileiros em condições de pobreza absoluta, mas não pode ser confundida com uma intervenção necessária ao combate à pobreza, se considerada a complexidade da questão.

Desde a implantação do SUAS e NOB/2005, os municípios tiveram de se adequar formalmente aos horizontes da política como forma de garantir a continuidade dos recursos. Porém, entre os aspectos formais e a implementação real da política em todos os seus objetivos há grandes empecilhos políticos, sociais e culturais a serem contornados. A adequação aos aspectos formais do SUAS foi rápida em função da dependência dos municípios aos recursos federais normatizados pela NOB/2005. É comum pessoas envolvidas na gestão se referirem ao sucesso da implantação do SUAS contando número de CRAS e CREAS em ação. No entanto, observar-se a predominância da “cultura política liberal” estabelecida onde os atendimentos se destinam à sobrevivência biológica e ainda à psicologização da pobreza em grupos de deprimidos e de reflexão, além dos aspectos de defesa sócio-institucional e vigilância social totalmente desconsiderados na gestão.

Ocorre que as ações desenvolvem-se de acordo com as determinações sociais, circunscritas em um espectro mais amplo. As percepções em torno do que vem a ser a Política de Assistência Social seguem o percurso histórico. No entanto, ainda que pese o reducionismo desse entendimento, o desafio que se coloca diante da possibilidade e qualidade de intervenção, depositado pelo SUAS, está em entendê-lo na perspectiva da sua relação com o todo, alicerçado no desenvolvimento histórico global de forma que o delineamento das correlações e interdependências que se processam no seu interior permitam-nos apreender a dimensão da totalidade que o cerca.

O SUAS deveria representar um espaço para o enfrentamento da dívida social que o Brasil ainda possui. Com isso, cabe ao Estado uma política pública de caráter abrangente, universal e permanente. O SUAS representa um novo cenário, novas possibilidades, um avanço num momento de retrocesso social. Assim, há a possibilidade de varrer da história da Assistência Social a lacuna de participação de amplos setores da classe subalterna na vida pública, viabilizando sua organização. O fortalecimento da sociedade civil é, sem dúvida, uma grande conquista social que deve ser edificada todos os dias, criando-se, assim, uma nova hegemonia.

Gramsci denomina hegemonia como “a formação de uma vontade coletiva, de um conjunto de valores que move um sujeito coletivo e se torna, através de sua ação, um fenômeno objetivo da realidade social” (COUTINHO, 1991,p. 14). Pode parecer um pouco forte utilizar um conceito tão abrangente para analisar o avanço

expresso por uma política. Hegemonia é um conceito importante na discussão das sociedades de classes porque, por meio dela, institui-se normas e valores como abrangentes e universais e busca-se diminuir questionamentos. Em síntese, procura-se integrar ao sistema as classes e as pessoas pertencentes a elas. Com essa estratégia, a burguesia mantém a ordem social, reproduz a desigualdade social, obtendo o consenso da sociedade para suas ações.

Assim, entendemos que, se conseguirmos uma nova hegemonia sobre a Política de Assistência Social, poderemos ter ganhos significativos na qualidade dos direitos sociais destinados às pessoas em situação de pobreza. E, se tivermos qualidade reconhecida nos direitos sociais das pessoas em situação de pobreza, poderemos ter avanços significativos em direção às políticas sociais mais abrangentes e universalizantes.

CAPÍTULO II

ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ASSISTENTE SOCIAL

2.1 – Algumas Considerações sobre o Serviço Social

O Serviço Social tem como principais atribuições intervir e responder a demandas da classe trabalhadora, surgidas em função do conflito capital/trabalho, característico de uma sociedade de classes. Essas repostas profissionais se dão nos limites impostos pela sociedade burguesa e/ou pelos recursos e possibilidades existentes, ou seja, é necessário encontrar recursos no interior dos limites e critérios do Sistema Capitalista, mais especificamente dentro do aparato estatal.

Na atualidade, o Neoliberalismo tem reduzido a capacidade de respostas ao determinar o Estado Mínimo e aumentar a fratura social existente, principalmente em decorrência das mudanças no mundo do trabalho. Concordando com NETTO(1999):

É desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo, etc., vem promovendo (ao arrepio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população. (NETTO, 1999,p.22)

Na vigência da supremacia do econômico sobre o social, vários desafios têm sido impostos aos profissionais das áreas sociais. Todavia, devido a peculiaridade das intervenções dos profissionais dessas áreas, o Assistente Social é o que mais “percebe” os efeitos da influência neoliberal na sociedade.

No plano geral, o terreno sócio-institucional de atuação do Assistente Social se configura a partir da demanda por especialização sócio-técnica para lidar com a questão social no mundo capitalista por meio das políticas sociais. A disciplina profissional se desenvolve, então, direcionada para grupos populacionais carentes de modos próprios de reprodução e de formas de acesso a serviços públicos e privados que respondam às necessidades de sobrevivência e socialização no contexto urbano industrial. Por essa condição possui um amplo e difuso campo de intervenção circunscrito ao trato com a legislação social, a rede institucional, os mecanismos de acesso e restrição dos segmentos sociais aos institutos de regulação social, e,

ainda às ações de caráter imaterial voltadas para a mobilização de valores e comportamentos no universo das relações sociais em que a população demandante está inserida - nas esferas, por exemplo, da família, vizinhança, trabalho, movimentos associativos, justiça, educação, cultura e seguridade social (SPOSATI, 1995, p. 110) .

Embora, em nossa análise, as atribuições do Assistente Social se coloquem além das políticas sociais, a maior parte desses profissionais desenvolve sua atuação nesse campo, que se constitui, junto à sociedade capitalista, numa das principais alternativas de respostas às expressões da questão social.

É preciso levar em conta que a perspectiva neoliberal, ao minimizar a capacidade de resposta do estado perante as políticas sociais, influencia no sentido de tornar essas respostas às expressões sociais são cada vez mais precárias e, muitas vezes, também, ineficazes, se considerarmos que, para a manutenção da sociedade de classes, as políticas sociais representam respostas às expressões sociais geradas pelo sistema sem, contudo, colocá-lo em questão.

Nessa situação, em que o Estado submete-se cada vez mais aos ditames econômicos, prevalece uma retração em suas possibilidades de respostas, em que “a disjunção entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido inscritas nas reivindicações por direitos e o bloqueio de perspectivas de futuro para maiorias atingidas por uma modernização selvagem que destrutura formas de vida e faz da vulnerabilidade e da precariedade formas de existência tendem a se cristalizar como único destino possível” (TELLES,1997,p.8). Desta forma, evidencia-se, na atualidade, um sentimento de desesperança e impossibilidades referentes ao futuro.

Assim, persiste um constante desafio na sociedade e principalmente aos trabalhadores da área social combater o aumento das expressões da questão social e sua gravidade; de outro, a urgência e emergência da necessidade de se dar respostas às demandas das classes subalternas. Ou seja, se é fato que o Neoliberalismo traz maiores desafios e exigências de respostas, também é fato que as respostas estão cada vez mais difíceis de serem porque ele não somente agrava as questões sociais como limita as alternativas de respostas.

É nesse contexto – em que fica diminuída a capacidade de os mecanismos estatais estabelecidos responderem às expressões da questões sociais vigentes, em contraposição ao aumento dessas mesmas questões que se fixa o desafio para os trabalhadores da área social, embora compreendamos que ele deva se expandir para além dela. Esse desafio **que deveria** ser enfrentado por toda a sociedade

assume dimensões ainda maiores para o Serviço Social porque são seus profissionais que têm como atribuição intervir de modo a garantir respostas às demandas sociais. Mas o exercício profissional se constrói nas condições objetivas onde a intervenção se realiza e são elas mesmas, aliadas à falta de alternativas e até às várias explicações teóricas colocadas, que fazem com que seja cada dia mais difícil implementá-lo.

Deriva dessa situação, então, a permanente necessidade de se discutir o trabalho profissional com todas as “novas determinações” que o engendram. IAMAMOTO (2004), ao discutir as perspectivas de atuação do profissional na atualidade, coloca a necessidade de se alicerçar o rumo ético-político da profissão e de se exercê-lo aliado ao conhecimento dos desafios que o processo social nos coloca:

Esse rumo ético-político requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das “normas” a instituição da burocracia. O requisito é ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social (IAMAMOTO, 2004: 79 - 80).

Neste sentido, consideramos que algumas reflexões e ações são prioritárias, já que houveram momentos em que o exercício profissional foi alicerçado pelo “realizar” dissociado das conseqüências desse fazer – o que, no nosso entender, é ainda hoje uma prática muito presente, justificada, inclusive, pela angústia que se sente diante da situação dos usuários do Serviço Social. Se as situações desses usuários sempre foram precárias, em função da exploração de classe existente nesta sociedade, no momento estão ainda mais agravadas pela falta de alternativas. Neste sentido, e mediante as condições de vulnerabilidade da população alvo de seu trabalho, muitos profissionais elegem a angústia como justificativa para realizar “quaisquer” ações que venham a minimizar as situações vividas pelos usuários, mesmo que elas estejam fora do contexto assumidas socialmente como alternativas dentro do aparato público e, portanto, fora dos padrões estabelecidos como direitos sociais.

Outro ponto bastante difuso e também abordado pela autora refere-se ao denominado “teoricismo estéril” que, em nossa análise, é ainda mais facilmente encontrado na prática da Assistência Social. Ele diz respeito aos profissionais que teorizam e refletem sobre o momento presente e seus desafios com o intuito de apresentarem uma perspectiva incapaz de encará-los e, portanto, impossibilitada de realizar intervenções. De acordo com essa visão, só haverá alternativas possíveis após este período nefasto ter sido superado; enquanto isso, os indivíduos usuários dos serviços sociais estarão diante de um profissional crítico, mas impossibilitado de resolver situações advindas da vulnerabilidade porque a ênfase de sua atuação é dada mais pelo desafio ao sistema do que, de fato, pelo dilema vivenciado pelo usuário. Considerando:

Que o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo se aprofundam as desigualdades e criam-se novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade (IAMAMOTO, 2003.p37).

Para IAMAMOTO (2003), é no contexto de confrontos, tensões e produção de desigualdades, onde se movem interesses sociais distintos, que se insere a ação do profissional Assistente Social. Impõe-se, então e sempre, a necessidade de se conhecer e de se decifrar essa realidade, não de uma maneira abstrata, mas buscando a essência dos fatos e relacionando-a com uma intervenção adequada. Só assim o profissional desenvolverá uma ação mais consistente e eficiente.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos às experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social esta que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2003,p. 28).

Ainda segundo a autora, “o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos Serviços Sociais” (IAMAMOTO, 2003: 19).

É importante assinalar que as condições de trabalho dos Assistentes Sociais deterioraram-se devido à desimportância que essa diretriz neoliberal impõe ao social e ao desmonte do Estado, principal empregador dos Assistentes Sociais, que hoje prestam serviços principalmente por meio de terceirizações. Dessa forma, assim como ocorre com os demais trabalhadores, a categoria torna-se vítima da precarização do mundo do trabalho. De acordo com o que YAZBEK(2004) diz, trata-se:

Do movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho localizado no quadro mais amplo de desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de possíveis espaços de trabalho (terceiro setor), a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo. Não podemos esquecer que a reestruturação dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo vem se fazendo via rupturas, apartheid e degradação humana (YAZBEK, 2004).

Os efeitos do Neoliberalismo para a população usuária dos Serviços Sociais são ainda mais nefastos se considerado o caos social em que ela está envolvida, o próprio sistema e a omissão com que são tratadas as manifestações da questão social. Ao mesmo tempo em que enfrentam um dos piores momentos sociais, os profissionais do Serviço Social precisam lidar forte e permanentemente com o desafio de, ao se depararem com as várias expressões da questão social, buscar novas alternativas no âmbito profissional.

Essas alternativas direcionam o desafio profissional já que as respostas pertinentes à profissão carregam, também, intencionalidade e compromisso com a classe subalternizada. Dessa forma, mais que a perspectiva de dar respostas, na atuação dos Assistentes Sociais está alicerçado o compromisso com os interesses da classe subalternizada.

Nesse sentido, há que se perguntar como equacionar a busca pela construção de um projeto de interesses da classe subalternizada com o momento presente, o interesse presente e as relações institucionais estabelecidas. Essas são questões que nos coloca como desafio, a busca pela clareza do projeto societário da profissão, mais especificamente da perspectiva teórica que adotamos nesse “fazer profissional” – que, em nossa análise, exige do profissional clareza a respeito dos desafios a serem enfrentados e que estão estabelecidos no momento presente. Para

IAMAMOTO (2003), é nesse contexto de confrontos, tensões e desigualdades que se insere a intervenção do profissional Assistente Social, situando-o onde se movem interesses sociais distintos, num um processo contínuo que envolve muitas contradições e exige do profissional, por isso mesmo, o rompimento com o conservadorismo da intervenção profissional – que muitas vezes, pode ser atualizado, mas resguardando-se sua essência na explicação da vida social. Nesse sentido, compreendemos como “conservador” as explicações globais do capitalismo em curso que estabelece a existência de uma “nova questão social” desconsiderando a continuidade da existência do conflito capital/trabalho que, na atualidade, ganha apenas maiores resquílios de crueldade e injustiça.

O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO. 2003,p. 49).

Consideramos, em relação ao novo perfil, que ele já está estabelecido nas exigências da profissão, e, em nosso entendimento, faz-se necessário o olhar para outras exigências como a de se efetivar uma análise conjuntural e estrutural contemporânea.

As análises e alternativas profissionais se dão, principalmente, na relação entre o mundo do trabalho e a esfera estatal, espaços esses atingidos pela perspectiva neoliberal que os retraem, provocando novas manifestações da questão social. É em meio a essa contradição que se move o exercício das profissões – em que se define a situação e as necessidades dos usuários –, o que coloca o conjunto de profissionais de Serviço Social num campo de tensões e lutas em que persistem explicações societárias, aspectos e alternativas colocados pelos vários interesses em curso. Diante dessa realidade, é preciso reforçar a idéia de que a questão social permanece imposta pelo capitalismo, e, ainda, provoca novas manifestações oriundas de uma sociedade de classe cada vez mais adversa para os subalternizados; ao mesmo tempo, é preciso considerar a importância de, cada vez mais, se encontrar respostas sociais qualificadas, o que faz do profissional de Serviço Social uma presença necessária e imprescindível ao enfrentamento do momento social.

Neste sentido, e para muitos, o que se esperaria do Serviço Social é o famoso “jeitinho”, em que a intervenção profissional teria como propósitos amortecer as manifestações da questão social e colaborar para que os rumos sociais atuais sigam sem grandes empecilhos. Entretanto, consideramos que a construção coletiva da categoria ainda carece de um profissional competente para o “desenvolvimento de sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 1998,p. 62). Sendo assim, a competência profissional, não está relacionada somente ao saber da formação técnico profissional, mas, sobretudo à capacidade de mobilizar, construir habilidades e atitudes, sem perder de vista que “muitas vezes estes sujeitos não estão privados apenas do consumo da riqueza social, mas também do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as condições em que se encontram” (YAZBEK, 1993: 155).

Neste contexto é preciso assinalar que a “capacidade de decifrar a realidade para construir propostas de trabalhos criativas” está relacionada, entre outras variáveis, ao entendimento que se tem da questão social e de suas múltiplas expressões no cotidiano. De acordo com IAMAMOTO(2004):

A análise do Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas visa a superar os influxos liberais que grassam as análises sobre a chamada “prática profissional”, vista como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Os processos históricos são reduzidos a um “contexto” distinto da prática profissional, que a condiciona “externamente”. A “prática” é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços -, seu “cliente”- desvinculada da “questão social” e das políticas sociais. (IAMAMOTO: 2004,6)

Essa questão, amplamente debatida pelo Serviço Social, é o que o coloca num processo de alianças com a classe subalternizada, mas é preciso reiterar que essa aliança faz parte da construção coletiva da categoria significando, portanto compromisso profissional. De acordo com YAZBEK(2008):

Obviamente, este processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, a partir da tradição marxista, para a profissão, ocorre em um amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área. Trata-se de um debate plural, que implica na convivência e no diálogo de diferentes paradigmas, mas que supõe uma direção hegemônica.(YAZBEK,2008,p.78)

Neste sentido, são preocupantes as várias reinterpretações que se faz da construção coletiva, no que diz respeito ao compromisso profissional da categoria. Ainda que pese o acúmulo dos organismos formais que nos representam, como CRESS, CFESS, ABEPSS e outros, é fato que existem, em nosso meio, vários segmentos que, em nome da “modernidade”, buscam “saídas” mais fáceis e, frequentemente, apresentam críticas ao acúmulo da profissão, sem considerar e/ou até omitindo que os “caminhos” propostos levariam a uma “outra” identidade profissional³², já que se refletem nos aspectos metodológicos esperados no desempenho profissional. A expectativa desses segmentos é a de um exercício que se proponha a resolver as situações problemas e/ou atenda, exclusivamente, as necessidades institucionais, esvaziando e despolitizando o caráter profissional da intervenção. Há, no interior da categoria, um desconforto em relação à herança conservadora e uma determinação na criação do “novo saber” profissional.

Não se trata, aqui, da defesa da homogeneidade forçada e/ou colocada apenas pela força do aspecto formal, mas, da defesa de uma profissão comprometida com os interesses da maioria. Nesta acepção, pensar uma categoria profissional propicia um amplo debate, em função da diversidade de profissionais que a compõe. Existem várias reinterpretações dos compromissos assumidos pela categoria, nas inúmeras expressões cotidianas que derivam dessas interpretações difusas e, ainda, podem comprometer a profissão. NETTO(1999) coloca que:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (NETTO:1999, p.7).

Trata-se, então, de reconhecer a diversidade que compõe a categoria e a existência de projetos individuais e até grupais que podem deformar e redimensionar os horizontes da profissão. Todavia, espera-se minimamente do profissional de Serviço Social o comprometimento com um projeto intelectual e político contido

³² Estamos nos referindo aos caminhos colocados pelas correntes teóricas que, baseadas nas mudanças do mundo do trabalho, acatam a “nova questão social” e defendem a inserção da categoria num enfoque exclusivo na subjetividade; é o caso das terapias comunitárias, serviço social clínico, entre outros.

especialmente em seu Código de Ética, e que isso se traduza em coerência de princípios e valores no seu exercício profissional.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO: 1999, p.6).

Desta forma, temos de tratar a questão profissional considerando o que foi socialmente construído pela própria categoria: se há divisão de entendimento em seu interior, é preciso compreender que o comportamento profissional é previsto pela formação e pelas normas que regem a profissão.

No entanto, não se pode negar que os resultados do agir profissional estão condicionados às opções de gestão, entre outros aspectos, mas, é preciso considerar que a intencionalidade contida no comportamento profissional, e os recursos existentes, devem ser mantidos porque fundamentam o exercício. Também não se trata de negar os condicionamentos e recursos existentes para o exercício profissional – que vão além das normatizações da profissão e, atualmente, sofrem “ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los” (IAMAMOTO,1998) –, mas de considerar que o tamanho do desafio não pode ser desculpa para modificar/redimensionar o tamanho do compromisso. Por mais adversa que possa ser a perspectiva social imposta na atualidade, é preciso considerar as bases que permeiam o compromisso profissional; neste sentido, é fundamental que se resgate os principais compromissos numa concepção de que somente com este referencial é que se pode assimilar o sentido da profissão. De acordo com BOSCHETTI(2003):

Os estatutos legais da profissão se pautam em princípios como: a liberdade como valor ético central; a radicalidade democrática, comprometida com a socialização da riqueza e da participação política; a equidade, entendida como justiça social; o pluralismo, entendido como eliminação de todas as formas de preconceito, com o respeito à diversidade de cultura, de etnia, de pensamento e de correntes teórico-metodológicas; o exercício profissional qualificado do ponto de vista técnico, ético e político; a aliança com a luta dos trabalhadores; e o princípio da construção de uma nova ordem societária sem guerras, sem violência, sem classes sociais e sem dominação do poder opressor de qualquer espécie: classe, gênero, etnia,

orientação sexual, religião. São esses princípios que orientam o fazer profissional das assistentes sociais brasileiras. BOSCHETTI(2003,p.56)

Um projeto com essas características pressupõe o fortalecimento e a construção de novas forças sociais capazes de deter a atrocidade do capital e possibilitando a ruptura com o Neoliberalismo por meio da acumulação de forças de oposição a este modelo. Sabemos que essa tarefa não é exclusiva de uma categoria profissional, por isso, é preciso unir-se com o movimento contra hegemônico que luta por este objetivo.

NETTO(2008), ao colocar os desafios do caos social trazido pelo Neoliberalismo –que ele denomina como “a luta contra a barbárie contemporânea” –, destaca como necessária a luta de todos os trabalhadores sociais para a concretização dos direitos, em geral ameaçados na sociedade atual.. Mas, em especial, diz ao Serviço Social:

Não penso que o desafio nela contido seja pertinente a uma ou outra profissão: ele interpela todas as agências da sociedade civil que não aceitam a degradação da vida social a uma mera variável dependente do que o pensamento dominante designa por "exigências do mercado" e/ou "competitividade". Mas é evidente que os trabalhadores sociais têm nela um parâmetro indescartável: sob pena de perder a sua legitimidade social, o profissional do Serviço Social está no coração mesmo da luta por direitos. (NETTO:2008)

Neste sentido, entendemos que o compromisso com a classe subalternizada e a luta constante por seus direitos faz parte dos desafios profissionais do Serviço Social. Com certeza, este é um objetivo desafiador, complexo e difícil, mas, também, o mais coerente – se considerado a construção coletiva da profissão –com a perspectiva política adotada:

A perspectiva da política permite que se mantenha vivo na agenda o problema de saber quem somos, por que estamos juntos e que objetivos desejamos alcançar. Permite que sejamos capazes de analisar os interesses que devem prevalecer entre nós, o padrão de desenvolvimento e de justiça social em que queremos viver, as lutas a serem empreendidas para que se estabeleçam as bases da dominação e do consentimento (NOGUEIRA, maio/1999, Jornal da Tarde)

Assim, nosso compromisso profissional requer o entendimento de que caminhamos numa direção contrária ao do Neoliberalismo e da direção hegemônica da sociedade, e, também, a clareza, entre outras questões, sobre os interesses que estão em jogo e dos compromissos que assumimos.

2.2 – O Serviço Social e a Assistência Social

O senso comum confunde Assistência Social com Assistente Social. Assim, é preciso que se compreenda que “o trabalho profissional é, pois, parte do trabalho coletivo produzido pelo conjunto da sociedade, operando a prestação de serviços sociais que atendem a necessidades sociais e realizando, nesse processo, práticas sócio-educativas, de caráter político-ideológico, que interferem no processo de reprodução de condições de vida de grandes segmentos populacionais alvos das políticas sociais” (IAMAMOTO, 2007, p. 121), enquanto a Assistência Social deve ser “(...) um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira” (YAZBEK, 2004: 13). Cabe, assim, à Assistência, não só o atendimento de uma determinada necessidade da população, mas, também, a garantia à prevenção, ao provimento e à redução de riscos e vulnerabilidade social.

A história, ao entrelaçar o Serviço Social e a Assistência Social, coloca esta confusão, pois, no início, o esperado para a profissão, era o desejo de se profissionalizar a ajuda do laicato. Para IAMAMOTO (1985):

Em sua origem no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativa da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especificamente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. Essa origem confessional conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da igreja. Configura-se, assim um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social seguindo parâmetros técnicos e modernizadores (IAMAMOTO 1985: 83).

A assistência aos pobres como forma de ajuda “ não se limita nem à civilização judaico-cristã nem às sociedades capitalistas. A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades” (SPOSATI, 1985: 40). e se tornaram ao longo do tempo protoformas da política pública de assistência social, embora seja importante ressaltar que os requisitos de

uma política pública não são a benemerência nem a caridade, mas o acesso aos direitos e a justiça social, portanto:

Assistência e organização, na perspectiva de mudanças estruturais no sentido da justiça social, não é o mesmo que assistencialismo. O reconhecimento das necessidades populares como direitos sociais reprimidos não é o mesmo que ajuda social escassa e optativa, na linha da “filantropia” interessada (ALAYÓN, 1992: 130).

Embora percorrido um longo período histórico e de lutas pela sua efetivação na sociedade, a Assistência Social ainda é frequentemente deslocada para o prisma da ajuda, benesse, caridade, favor, dado o ranço histórico do apadrinhamento, da tutela, da filantropia destinada às camadas subalternas. Concordamos com CARVALHO(2006) quando coloca que “a assistência social é uma velha prática social, mas jovem política pública” (CARVALHO, 2006: 124); portanto, é fundamental que se lute não só pela desmistificação do assistencialismo e pela superação histórica da crença de que as políticas sociais são dádivas do Estado para com os mais pobres e/ou necessitados, mas, também, pela reafirmação da assistência social como produto das relações historicamente dadas entre sujeitos.

Como se pôde comprovar, num primeiro momento, pretendeu-se, para o assistente social, uma forte identificação com a assistência prestada aos necessitados, de tal forma que, mesmo com todo o legado da profissão para tratar de carência e privação, os profissionais do serviço social fossem sempre solicitados a prestar essa forma de serviço.

Para o Conselho Federal de Assistência Social(CFESS): “confundir e identificar o Serviço Social com a assistência social reduz a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social, regional e internacional do trabalho”. Ainda de acordo com CFESS:

O Serviço Social como profissão, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do não trabalho, da saúde, da educação, dos idosos, da criança e adolescente, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito, da expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação a indivíduos homossexuais, entre outras formas de violação dos direitos. Tais situações demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos os mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de assistência social.(I CFESS,2005,p.4)

Para YAZBEK(1993) é pela mediação da prestação de serviços sociais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua clientela. Esta interferência se dá, particularmente, pelo exercício da dimensão sócio-educativa (e política ideológica) da profissão, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas (YAZBEK, 1993: 57).

Assim, o que se espera de um profissional de Serviço Social é, basicamente, um profissional conectado com a necessidade de atendimento das manifestações da questão social. É preciso assinalar que o usuário, ao buscar a política de assistência social, está em busca por direitos que lhe são assegurados; o Assistente Social é o profissional que pode, por meio de suas ações, assegurá-los. Dessa forma, o profissional precisa ter clareza da função política da Assistência Social que, de acordo com PEREIRA (1996):

É a presença renitente de uma clientela excluída da atenção sistemática do Estado e da sociedade que a justifica; mas, incoerentemente, como, de regra, ela não se rege por uma problemática e não tem proposta e nem serviços especializados a oferecer, não são, na visão corrente, as necessidades apresentadas por essa clientela que a determinam e a definem. São recursos disponíveis. Se não há recursos – e geralmente não há, na opinião dos governantes, dos “policy makers” e dos ideólogos do “status quo” –, a assistência social terá que se adequar a essa limitação e, por isso, ser altamente seletiva e rigorosa nos seus critérios de elegibilidade, retificando, dessa forma, a função estigmatizadora que lhe é previamente conferida³³ (PEREIRA, 1996,p. 17).

IAMAMOTO(2004) considera que o Assistente Social, atuando na esfera das políticas sociais, das organizações e dos movimentos sociais pode interferir, no âmbito de sua área de competência, para ampliar a ingerência de segmentos da sociedade civil em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas e decisões, contribuindo para romper as “caixas pretas” que guardam em segredo informações que necessitam ser difundidas junto à coletividade (IAMAMOTO, 2004, p.79).. Nesse aspecto, a intervenção do Serviço Social ganha singular significância, podendo excluir do acesso as políticas públicas e/ou ratificar a política como favoritismo e clientelismo. Embora, na maioria dos casos, o Serviço Social não seja responsável pela gestão, cabe a ele o contato com o usuário, portanto, é a clareza

³³ Embora, entendamos que a promulgação do SUAS visa a esclarecer que é e a quem se destina a Política de Assistência Social (propostas iniciadas pela promulgação da LOAS), assim como a Nob/2005 busca definir custeios e recursos, como esses processos demandam tempo para sua institucionalização, as análises da citação tornam-se ainda pertinentes.

de concepção e de conceitos com que atua que poderá trazer novas relações e/ou a reiteração da subordinação.

Sem querer generalizar, devido às peculiaridades do exercício profissional, majoritariamente, o fazer profissional na política de Assistência Social tem sido realizado a favor da legitimação do o que é viabilizado pelos gestores, o que culmina em intervenções difusas, por vezes desconectadas da definição de políticas públicas e desenvolvidas por meio de ações imediatistas, voltadas à atender os problemas emergenciais. Assim, dando maior ênfase às exigências burocráticas, a Política de Assistência Social “[...] permanece naquele patamar de ação que é mais uma questão de políticos que de políticas. Perde o seu caráter técnico profissional de intervenção deliberada no social, reforçando a condenável e tradicional ação paternalista do Estado brasileiro” (SCHERER, 1994) e reafirma o que ABREU(2002) coloca como presente no processo de institucionalização do Serviço Social, que “[...]sob a ótica da pedagogia da “ajuda”, [...]o assistente social, imbuído de competência técnica e poder institucional, decodifica e seleciona situações e indivíduos, bem como habilita os indivíduos para o acesso ao serviço ou auxílio solicitado, enquadrando-o nos padrões morais de sociabilidade determinados pela ordem do capital” (ABREU, 2002, 83).

Embora seja essa, muitas das vezes, a aspiração das instituições com relação ao Serviço Social, de que não é necessário fazer do exercício profissional uma ferramenta para a extensão dessa política pública para que se faça cumprir os direitos sociais dos usuários.

É no agir profissional que se pode contribuir para que o sujeito adquira um grau de autonomia que o habilite a lutar por seus direitos mas, para tal, o profissional não pode ser somente um executivo; precisa, também, constituir-se um profissional propositivo, que compreenda a assistência social como política pública, não apenas incorporando este discurso como retórica para demonstrar engajamento. Pelas contradições inerentes ao exercício profissional, muitas vezes, observamos que um discurso avançado está referendado por uma intervenção conservadora e/ou distanciada da perspectiva de política pública.

Sendo assim, a competência profissional, não está relacionada somente ao saber da formação técnico profissional, mas também à capacidade de mobilizar, construir habilidades e atitudes, sem perder de vista que “muitas vezes estes sujeitos não estão privados apenas do consumo e de riqueza social, mas também do

conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as condições em que se encontram” (YAZBEK, 1993: 155).

Ainda que seja claro que a assistência social se “constitui, mesmo que precariamente, no acesso de segmentos da população para obter um grau de entendimento às suas necessidades, negar esta área é negar seu possível cunho estratégico” (SPOSATI, 1995: 27), é negar que a causa dessa situação se encontra no modelo social vigente..

No nosso entender, essas considerações reforçam o quanto são difíceis as tarefas do profissional do Serviço Social, isso porque os ranços históricos ainda permeiam a cultura política da Assistência Social, causando deturpações no âmbito de sua gestão como política pública.

Neste contexto, o SUAS – modelo de gestão que deve ser recebido pela categoria como um alicerce – poderá colaborar para a implementação de uma gestão dos serviços de Assistência Social que contribua para consolidar e impulsionar as principais diretrizes da política, facilitando o exercício profissional do Serviço Social, assim como de outros profissionais envolvidos na política pública de Assistência Social.

É importante assinalar que, devido a cultura política que permeia a Assistência Social, a PNAS e o SUAS representam o reconhecimento, por parte do Estado, da fragilidade em que se encontra a classe subalternizada da sociedade, mesmo se considerada toda a restrição das políticas sociais do momento, que focam quase que exclusivamente as ações de cunho assistencial. Um outro fator a destacar é o de que, mesmo considerando que a concepção de usuários tenha se estendido com essas ações, elas ainda selecionam apenas parcelas mais atingidas do universo da classe subalterna da sociedade.

É esta perspectiva que sinaliza a implantação do SUAS, se o afiançarmos dentro da lógica de direito de proteção social. Com a promulgação do SUAS, a política de assistência social formaliza a necessidade de nova intervenção e de metodologias de ação na construção de uma política efetivadora de direitos, de forma inovadora se considerada a história da Assistência Social como política pública. Os profissionais que atuam nessa política estão, permanentemente, vivenciando desafios na busca pelo desenvolvimento de modelos de ação que visem a uma maior e melhor resolutividade na garantia à proteção social – objetivo da política, o que pressupõe a ruptura com ideias tutelares e subalternas que

identificam os cidadãos como carentes, necessitados, pobres, mendigos, discriminando-os e apartando-os do reconhecimento como ser de direito.

CAPÍTULO III

A QUESTÃO DA POBREZA NA CONCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

3.1 – A necessidade da Percepção Sobre Pobreza dos Profissionais de Serviço Social na Política de Assistência Social

A Assistência Social, na atualidade, é uma política voltada principalmente a atender questões relativas à pobreza, apesar de também atentar para outras vulnerabilidades. A PNAS traz, explicitamente para o campo da proteção social, a expectativa de “redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais”, de forma que estão, entre os usuários da Política de Assistência Social, as pessoas em situação de pobreza e as que enfrentam situações vulneráveis na sociedade. Para a estratégia adotada para o desenvolvimento social, a vulnerabilidade é entendida em função da idade, deficiência, gênero, e até por falta de atributos considerados importantes para a manutenção da vida e é comumente descrita pelos teóricos como “um atributo relativo a capacidade de respostas frente a situação de riscos ou constrangimentos” (CUNHA et al, 2007). Dessa forma, entendemos que pessoas em estado de vulnerabilidade, muitas vezes, também são aquelas que se enquadram em situações de violência, de abandono e outras, o que torna fundamental a previsão de ações para esses casos no âmbito da política de assistência social.

Embora a Política de Assistência Social não seja exclusivamente destinada aos pobres, podemos afirmar que as pessoas em situação de vulnerabilidade quase sempre se encontram em estado de pobreza (nem sempre absoluta) em consequência do conjunto de desvantagens que enfrentam no interior do sistema vigente. É a situação de pobreza que, na maioria das vezes, torna as situações vividas mais cruéis, mais difíceis. Nesse sentido, é relevante que o seu trato se dê pelo viés da política pública, considerando-se que essa não é uma questão de âmbito individual, mas sim, está inserida dentre as questões compreendidas como desafios sociais atuais.

Dessa forma, a pobreza torna-se conceito central na discussão da Política de Assistência Social e, se os trabalhadores sociais não tiverem o entendimento correto de seus contornos e consequências, talvez, os que lutam pela extensão e resolutividade dessa política poderão propor leis que, de fato, nem a ampliem ou aperfeiçoem.

Aparentemente, a tarefa de definir pobreza é simples, uma vez que é possível buscar-se explicações sobre esse fenômeno nos estudos e atualizações teóricas existentes; porém, na lógica capitalista – que determinou ao longo do tempo as formas de enfrentamento da pobreza pelo Estado – as teorias utilizadas como apoio sempre classificavam como pobres aqueles que precisam de ajuda, os carentes ou desajustados. Essa visão, até hoje, permanece presente no atendimento de pessoas em situação de pobreza que buscam os direitos sociais, uma vez que elas têm sido descritas como incapazes, acomodados e até marginais.

A pobreza é tanto um desafio para o conhecimento quanto um desafio para as políticas públicas. O conhecimento produzido sobre esse problema social tem uma característica importante, porque além de legitimado pelo critério epistemológico da verdade, deve ser um conhecimento útil para inspirar a intervenção, usado para aumentar o impacto possível das políticas públicas, ao fornecer insumos para subsidiar o processo de decisão e de construção de alternativas. Ao definir o que é pobreza, estabelecer certo marco de visão sobre o problema, suas características, dimensões, ao estabelecer conceitos que vão pautar a construção de indicadores para mensurar o problema e focalizar os grupos de pobres e alvos das políticas, o conhecimento que se produz alimenta e constrói a própria realidade da pobreza. Recuperando Simmel, a pobreza, para além da concretude visceral para aqueles que a vivenciam, é uma construção social e teórica, elaborada pelos não-pobres e os legitima para as intervenções do governo e da sociedade (CARNEIRO, 2005: 86).

Neste sentido, a perspectiva teórico-metodológica adotada pela política pública de assistência é de fundamental importância para pontuar as orientações das políticas sociais, embora, em geral, tais orientações já estejam prontas e impõem aos profissionais um pré-direcionamento e até a condução de suas ações. Em nossa análise, vimos que ainda cabe aos trabalhadores sociais a escolha do aspecto teórico-metodológico que norteará sua ação, e eles, mesmo tendo de acatar as determinações das estruturas, ao se relacionarem com a natureza das situações com as quais trabalham, acabam por apresentar propostas de transformação variadas e distintas para cada contexto sócio-histórico e nas diversas situações vivenciadas por eles. É lógico que não se trata, aqui, de negar as adversidades enfrentadas pelos profissionais da área social, mas de reafirmar a necessidade de

se imprimir, no exercício da profissão, a direção correta – no caso a defesa intransigente dos direitos dos usuários.

Assim, embora seja um grande empecilho para o desenvolvimento de ações pontuais, no pré-direcionamento assumido pelas políticas públicas reside essa perspectiva de direção correta, pois, “(...) quando a sociedade civil cresce, o consenso passa a ter um peso decisivo na obtenção do aval para que determinado interesse (ou grupo de interesses) se torne capaz de influenciar na formulação de políticas, ganhando legitimidade” (COUTINHO, 1995: 55)³⁴. Desta forma, se a influência desse grupo de interesses não pode ser sentida de imediato, pois os resultados nem sempre são sentidos na velocidade de nossa vontade, ainda assim é possível determinar a direção social que se pretende, na intervenção, na luta por sua efetivação.

Nesse processo, inúmeros mecanismos poderão ser acionados e as lutas deverão ser travadas nas várias esferas do Estado e nas diversas instâncias da vida em sociedade. De acordo com o pensamento de Gramsci “os intelectuais possuem uma função orgânica bastante importante no processo da reprodução social, na medida em que ocupam espaços sociais de decisões práticas e teóricas, tornando-os objeto de longa análise nos Cadernos do Cárcere³⁵. Mas a principal função destes se encontra na formação de uma nova moral e uma nova cultura, que podem ser entendidas também como uma contra-hegemonia” (MARI, 2008).

Quanto à especificidade da ação dos profissionais de Serviço Social diante da Política de Assistência Social, torna-se fundamental que eles apreendam o real significado, bem como a precisão do referencial teórico que a norteia. IAMAMOTO (1985) alerta que o exercício profissional de Serviço Social diante das instituições está relacionado ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais. Dessa forma:

O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional de 'linha de frente' nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços. Dispõe de um poder atribuído institucionalmente de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando, entre os elegíveis os mais necessitados, devido a incapacidade da rede de equipamentos sociais existentes de atender todo o público que teoricamente tem acesso a eles. Nesse sentido o profissional é

³⁴ Citado no artigo de Carlos Nelson Coutinho "Reforma Sanitária em busca de uma Teoria". In: ABESS, nº 4.

³⁵ Principal obra gramsciana, escrita entre 1929 e 1937. Contém o núcleo central de todas as grandes reflexões do autor.

solicitado a intervir como “fiscalizador da pobreza”, comprovando-a com dados objetivos e in loco , quando necessário, evitando assim que a instituição caia nas “armadilhas da conduta popular de encenação da miséria”, ao mesmo tempo em que procura garantir, dessa forma o emprego “racional” dos recursos disponíveis (IAMAMOTO:1985, p.114).

Dessa forma, embora não seja objeto deste trabalho, há de se considerar as características históricas das instituições perante a Política de Assistência Social, que vão desde a presença marcante do primeiro damismo, às entidades destinadas à filantropia, passando pela correlação de forças existente entre as instituições e os profissionais. Nesse sentido, é fundamental a compreensão, pelo profissional, do real conceito referente a pobreza, pois o desconhecimento pode levá-lo a prejudicar os usuários ao “definir a população beneficiária como marginalizada ou carente, e não como detentora de direitos mínimos garantidos pelo Estado. Pressupõe que o marginal ou carente seja visto como um problema a ser resolvido e não como sintoma real, que é a estrutura social” (SPOSATI, 1995,p. 106).

Podemos colocar que todas as Políticas Sociais deveriam ter como foco de atendimento a questão da pobreza, já que é parte de sua natureza o atendimento de todas as expressões dessa questão social numa sociedade de classe. Porém, devido às peculiaridades do sistema de proteção social brasileiro, em especial a sua fragilidade em responder a tais expressões e/ou necessidades, a função de atender as situações advindas da pobreza são, em sua pluralidade, destinadas, majoritariamente, somente à política de Assistência Social, o que reforça a ideia de que “a referência à pobreza, (...), exige uma necessária qualificação e a indicação de um umbral sociológico que não transforme a política assistencial numa armadilha da pobreza” (PEREIRA, 1996,p. 106).

Os assistentes sociais se inscrevem na Política de Assistência Social como um profissional capacitado a inserir a população subalternizada pelo sistema na esfera de direitos, de forma que sua intervenção profissional signifique potencializar e prevenir os malefícios adquiridos numa sociedade altamente seletiva e preferencialmente voltada ao capital. Dessa forma, se sua atuação se der de forma conservadora, o resultado de sua intervenção será inexpressiva em relação à repercussão social, além de muito parecida com a ajuda moral prestada por leigos especializados ao longo do tempo e com as ações políticas quando estas eram

colocadas como auxílio à fragilidade moral do indivíduo. Concordando com YAZBEK(2004):

(...) O dever moral, a benemerência e a filantropia, em si não realizam direitos. Ainda permeia a Assistência Social uma cultura moralista e autoritária que culpa o pobre por sua pobreza. O que vem contribuindo para reiterar sua tradição de “não-política”, sua interferência cíclica, secundária e isolada, regida por princípios de subsidiariedade, o que vem ampliando as dificuldades de inscrevê-la como responsabilidade pública e dever do Estado nos diferentes níveis de sua gestão (YAZBEK, 2004: 19).

Neste aspecto, cabe ressaltar que o Assistente Social realiza sua intervenção, na maioria das vezes, por meio da execução dessa política, o que certamente restringe o seu âmbito de ação. Também é importante destacar que o subsídio da política e a “cultura” assistencialista, ainda presente em sua concepção e gestão, nem sempre permite ao profissional realizar uma intervenção de forma integral e resolutiva. Por isso, o profissional precisa atentar para o fato de que, se cabe a ele o contato com o usuário, a clareza que deve ter em relação à concepção e aos conceitos que norteiam seu fazer profissional poderá, ou trazer novas relações, ou provocar a reiteração da subordinação. Aqui, ainda é preciso referendar que é peculiaridade do Serviço Social que o Assistente Social seja um profissional interventivo, ou seja, nesse campo, o “fazer profissional” faz toda a diferença para a efetivação desta política social como atendimento a direitos sociais.

3.2 – A Questão da Pobreza e o Assistente Social

Em nosso processo de estudo do Doutorado sempre acompanhamos a Política de Assistência Social. No decorrer desse processo, e em plena implantação do SUAS, surgiram convites para palestras, seminários e supervisão de equipes de Serviço Social. Em todas as abordagens e debates assistidas, os questionamentos e inquietações colocavam o conceito de pobreza como categoria central das reflexões necessárias. Os profissionais demonstravam uma certa desconfiança em relação às mudanças trazidas pelo SUAS já que consideravam que seriam incapazes de promover bons resultados, em decorrência da complexidade que permeia a questão da pobreza, de suas determinações estruturais e, principalmente, como consequência do perfil traçado das pessoas em situação de pobreza, descrito como “acomodados, incapazes e sem atributos morais”. Esse diagnóstico fez crescer

nossa preocupação a respeito da forma como os profissionais presentes na “linha de frente” da Política de Assistência Social entendem a pobreza, uma vez que poderiam trabalhar com a nova perspectiva apontada na implementação do sistema³⁶. Foi dessa forma que a concepção e as consequências da pobreza para os profissionais de Serviço Social, referendadas pela política de Assistência Social, tornaram-se nosso objeto de pesquisa.

Para a pesquisa, delimitamos como universo três cidades do Estado de São Paulo, sendo uma de médio porte, outra de grande porte e, a última, integrante da região metropolitana. Deixamos de inserir cidades de pequeno porte amparados na perspectiva de RIZOTTI (2001), em artigo no qual analisa as dificuldades de democratização da assistência social em cidades de pequeno porte, ressaltando que tal ação torna-se uma variável política particular em municípios de menos de vinte mil habitantes que ainda guardam características essencialmente rurais em sua vida social:

(...) as relações estabelecidas entre os diversos sujeitos políticos da assistência social e a população correntemente extrapolavam o universo político e profissional e incorriam no universo pessoal, em que os laços de vizinhança e vida comunitária pautam a confiança depositada no interlocutor. Sobre os usuários dos serviços de assistência social, ainda mais suscetíveis a esse tipo de influência, em função da privação econômica que vivenciam essa condição sui generis propicia aos sujeitos políticos exercer todo tipo de ação subordinante, reduzindo drasticamente as chances de prosperar alguma forma de organização autônoma, que logre representar legitimamente seus interesses no contexto político local. . (RIZOTTI ,2001 79)

Num primeiro momento, nossa percepção era a de que a questão da pobreza traria consequências e contornos sociais diferentes de acordo com o tamanho das cidades. Porém, no decorrer de nossa pesquisa abandonamos essa categoria de pensamento por compreender que a análise dos profissionais não se diferencia tanto, a ponto de ser significativo, para os objetivos propostos, o recorte de cidades.

A escolha das cidades foi realizada tendo como ponto de partida os municípios onde o acesso ao gestor fosse mais fácil; após o contato com os gestores, solicitamos deles a indicação de dois profissionais de serviço social para que pudessem ser entrevistados pela pesquisadora em seus próprios locais de trabalho, com o apoio de um roteiro semi-estruturado (em anexo), com o objetivo de colher,

³⁶ A implementação do SUAS representa um momento importante na implementação da Política de Assistência Social por determinar mudanças substanciais na gestão ao definir, de fato, do que se ocupa a Política de Assistência Social, assim como as ações necessárias para o seu alcance.

dos sujeitos, a compreensão que construíram a respeito do conceito norteador do objeto de pesquisa. O método utilizado é o das pesquisas qualitativas que, de acordo com MARTINELLI:

Deixam a verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que os indivíduos dão as suas ações, no espaço que constróem as suas vidas e suas relações, ou seja, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais, assim como dos vínculos das ações particulares com o contexto social mais amplo em que estas se dão. Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (MARTINELLI 1999: 35).

Dessa forma, pela pesquisa, pretendeu-se privilegiar uma situação específica para aprofundamento da análise, buscando a forma como são compreendidos os conceitos e seu significado para os profissionais, mas sem desconsiderar sua totalidade.

Com a análise das respostas, tivemos, como resultado, um constrangimento em observar as deturpações referentes ao conceito de pobreza que ainda estão presentes entre os profissionais. É possível destacar aqui alguns pontos de vista que se sobressaíram aos demais:

- Pobreza descrita apenas como absoluta e/ou com prevalência da dinâmica relacional;
- Pobreza como incapacidade moral (desestrutura familiar, acomodação);
- Culpabilização e acomodação dos sujeitos perante a situação de pobreza;
- Descrédito na potencialidade da política de Assistência Social, consubstanciada a atender situações de pobreza com resolutividade;
- A Política de Assistência Social como incentivadora da acomodação dos sujeitos.

Com relação ao que é pobreza, a maioria dos profissionais tem como referência o conceito de *pobreza absoluta*, que absorve todo referencial advindo da concepção de pobreza como sobrevivência, diferenciando apenas o discurso referente à política.

3.2.1 – A Herança do Discurso Conservador

Neste trecho da entrevista, a pobreza é abordada pela entrevistada como hereditária e incentivada pelas ações de entidades sociais:

Entrevistada A – *Pobreza, eu acho que engloba a parte cultural, familiar. Pobreza em termos de cultura é a falta de acesso à cultura, que é desencadeada, financeiramente falando. Porque, no atendimento, no nosso dia-a-dia, quando a gente pergunta para o adolescente: “Você vai ao cinema?”, “Não, eu não vou ao cinema.”, “Por quê?”, “Porque eu não posso gastar toda semana certa quantia”, é porque o rendimento é mínimo. E, por exemplo, a falta de incentivo dos pais, porque isso vem sendo de geração a geração, é tipo assim, eu estou a quinze anos nessa área e vejo sempre adolescentes que eu atendi há dez anos. Os pais passaram isso para os filhos e esses mesmos adolescentes de dez anos atrás hoje são pais e os filhos estão caminhando para o mesmo lugar. É o destino, não é?*

É desse atendimento que eu falo da pobreza. Os pais não são muito empenhados para que os filhos permaneçam na escola. Eles tentam. Até a quarta série vai tudo bem, que é o primeiro ciclo do ensino fundamental. A partir daí, a gente percebe que esses pais não têm controle sobre os filhos e eles vão se afastando. Tanto é que a gente pega meninos de sexta série que não sabem escrever o nome completo. Terrível, não?

E isso vai virando uma bola de neve. Por quê? Não tem estudo, não consegue inserir-se no mercado de trabalho, numa condição assim... A grande maioria não procura emprego. É desestrutura familiar: pai alcoólatra, presidiário. Então, para os nossos atendimentos com esses adolescentes, eu posso falar que 90% dos meninos que a gente atende são de desestrutura familiar, que o pai é alcoólatra, ou os pais são separados etc.

Percebe-se, nos próximos comentários, que o conceito de pobreza que prevalece para a entrevistada é o da culpabilização do indivíduo pela situação vivenciada, em decorrência de falta de atributos morais que provocam o surgimento do desânimo referente à busca de emprego e, também, da desestrutura familiar, do alcoolismo, das situações de separação dos casais. A entrevistada reivindica a solidariedade para colaborar na resolutividade do atendimento aos adolescentes considerados pobres. Chama a atenção o fato de, em nenhum momento, ela ter elaborado questionamentos relativos à ineficiência das políticas sociais no tocante à prestação de proteção social às vítimas pela pobreza, por conta da descontinuidade do atendimento que propõe, ou da forma isolada – e com critérios díspares –, com que são

elaboradas as resoluções que acabam por dificultar o acesso das pessoas aos bens sociais e ainda acarretam o desgaste, já que nunca a vulnerabilidade a que estão expostas é solucionada. Essas questões, como pode ser observado no discurso, são substituídas por um julgamento moral que faz dos assistidos, por vezes, sugerindo que a falta de atributos morais é a causa das expressões das questões sociais, mas que, sabemos, surgem em decorrência da pobreza. Concluindo, entendemos que prevalece, na compreensão da entrevistada, a ideia de um serviço social numa visão assistencialista – em forma de solidariedade e ajuda –, em detrimento de uma política pública que garanta direitos:

Entrevistada A –*É, nesse sistema que eu vejo que as pessoas vão ficando assim. É, por exemplo, não é muito o caso de que em (CIDADE DA ENTREVISTADA) nós tenhamos pessoas muito solidárias. Eu não posso falar de todos os lugares, mas em (CIDADE DA ENTREVISTADA) as pessoas são muito solidárias. Mas a gente percebe que a cada ano vai diminuindo. Por exemplo, os nossos grandes empresários do município poderiam estar colaborando para diminuir essa desigualdade. Como? Oferecendo trabalho para esses meninos infratores. É independente da sua escolaridade, porque a gente barra nesse termo escolaridade, porque já vem da família desestruturada não apoiando o filho na escola. A maioria dos meninos de quinze anos, por exemplo, não tem ensino fundamental completo, oitava série. Aí, nós temos entidades especiais que inserem os adolescentes no mercado de trabalho, mas exigem escolaridade. E esses meninos que não têm? Então aí vai se agravando mais a situação desses meninos. Então eles partem para as drogas, prostituição. Se eles tivessem mais solidariedade isto não estaria existindo, não seria nem solidariedade, eu acho. Uma visão mais ampla, enquanto assim, empresários mesmo.*

A seguir, a entrevistada também propõe uma curiosa relação, em que as poucas propostas de atendimento aparecem como empecilho para o êxito do trabalho profissional por trazerem acomodação à maioria das pessoas em situação de pobreza. Cita, como exemplo, os programas de cesta básica e de transferência de renda e completa justificando a acomodação da qual fala como decorrente do acesso a esses programas de transferência de renda. Ainda propõe a inserção no mercado de trabalho como saída exitosa, corroborando os argumentos conservadores utilizados para explicar a pobreza e suas consequências sociais:

Entrevistada A – *Agora, nós temos muito no município as pessoas acomodadas que sobrevivem às custas de instituições, de entidades assistenciais. Por exemplo, no município, as entidades assistenciais espíritas fazem esse atendimento para as pessoas que procuram a tal da sopa. Aí tem a tal da cesta básica, e ainda continua isso no município. E assim, é uma coisa, é basicamente das entidades assistenciais espíritas, elas fazem esse tipo de atendimento ainda, então tem muitas pessoas que sobrevivem às custas disso. Então eles comem o básico: arroz, feijão, macarrão, que eles ganham de entidades assistenciais. O hobby do pobre é pegar uma cesta básica.*

A grande maioria são essas famílias que estão cadastradas no Bolsa Família. Eu não sei te falar quanto, mas é a grande maioria que está cadastrada nisso e estão recebendo. E também a gente percebe que há pessoas que não teriam necessidade disso. Mas se aproveitam disso pra juntar o rendimento aos outros rendimentos deles. Há pessoas que deixaram de trabalhar porque recebem o Bolsa Família. Aí o marido trabalha de pedreiro, a mulher de diarista, de servente ou na lavoura, e eles se acostumaram com isso e não buscam uma coisa melhor, melhorar a qualidade de vida deles.

Com relação à política de assistência social, ela é vista pela entrevistada com a função de atrapalhar o profissional que pretende trabalhar, de forma exitosa, a questão da pobreza, pois as ações que desenvolve impedem que os sujeitos busquem trabalho e capacitação profissional no mercado capitalista, ou seja, para ela, a política corrobora com a acomodação das pessoas em situação de pobreza:

Entrevistada A – *Nós temos casos em que as mães, ao invés de ir fazer uma faxina, não vão mais porque têm o Bolsa Família. Os maridos são serventes ou alguma coisa assim e se acomodam naquilo e vão viver assim bastante tempo.*

Na política deveriam ser implantados os projetos para que a pessoa se qualificasse para ser inserida no mercado de trabalho. Se não existissem esses programas de atendimento, as famílias das pessoas não ficariam acomodadas em casa pedindo cesta básica da promoção social.

Nesses projetos que existem, onde acontece essa qualificação, existem as orientações e as intervenções de uma equipe multiprofissional, então ela vai aí buscar uma alternativa pra não ficar dependendo de cesta básica. E os meninos, por exemplo, os adolescentes e as crianças têm projetos de apoio sócio-educativo no período extra-escolar. Com o que eles aprendem ali, no futuro, ele não vai seguir o mesmo caminho dos pais, ele vai estar sendo orientado. Primeiro o assistente social dessa entidade busca a orientação para que ele estude mais, porque a mãe não ajuda a fazer a tarefa em casa, porque ela não sabe ensinar, porque ela, às vezes, não tem conhecimento escolar. Onde acontece esse reforço escolar? Onde acontece o reforço desses cadernos? Lá na atividade sócio-educativa, lá naquele projeto. Então eu acredito muito nisso, de que esses meninos de apoio sócio-

educativo, no futuro, não cairão nessa marginalidade, nessa degradação familiar, que ele vai buscar outro caminho, eles são orientados pra isso.

O interessante é a análise que se pode fazer: a entrevistada reforça a culpabilização dos indivíduos pelas condições de suas famílias, ou seja, são as famílias a culpadas pela falta de alternativas diante das situações de pobreza, são elas, com sua falta de atributos, que se inserem no circuito de dependência.

Pela opinião da entrevista, as intervenções profissionais seriam eficientes e apresentariam chances de êxitos frente às situações se as famílias se colocassem como “capazes de receber orientações”.

Nesse sentido, o exercício profissional é resgatado e/ou explicado com retóricas e de cunho conservador – em que a dura realidade vivida por estas famílias não são consideradas, muito menos suas vulnerabilidades – o que é preocupante, pois um discurso conservador, com certeza, alicerça uma intervenção também conservadora e que reafirma a ideia de falta de direitos sociais dos pobres.

Nessa próxima entrevista, prevalece o atendimento minimalista dos mínimos sociais e o trabalho como solução e ou “alívio” da pobreza.

É desafiadora a insistência de uma colocação e/ou de um ‘receituário’: a de que as causas da pobreza aparecem sempre pré determinadas pela falta de escolaridade, pela desqualificação profissional e pela falta de emprego formal., Parece haver uma crença de que o fim desses problemas representaria, na sociedade capitalista, o fim da pobreza, além do fato de ela, no discurso profissional, aparecer simplesmente como *pobreza absoluta*. A entrevistada reivindica da política pública mecanismos que permitam aos pobres a concorrência dentro do sistema, o que nos pareceu interessante já que as discussões transcorreram nos limites da política de assistência social, não fosse o fato de as preocupações de ordem profissional se limitarem à possibilidade de capacitação profissional dos usuários como alternativa para a resolução dos vícios e costumes da população:

Entrevistada B - *Agora é assim, uma definição minha: sei que tem as definições aí das teorias, mas eu considero pobreza a falta de condição da pessoa de prover o mínimo necessário pra ela sobreviver. Então, como ela não tem condições de se manter com dignidade, adequadamente, eu considero que ela está em situação de pobreza, isso pra mim é pobreza. Se a gente fosse ver, de acordo com a Constituição Federal, o mínimo seria até muito. A gente sabe que hoje as nossas famílias, eles não sobrevivem, não é? Porque eles colocam ali a saúde, a educação, habitação, vestuário, lazer; e você sabe que, na verdade, não há*

condições, nem mesmo com o salário mínimo que é designado, quatrocentos e quinze reais, muito menos com a população que a gente atende, porque a nossa parcela, a maioria da população aqui, se você for analisar, eles vivem abaixo da linha da pobreza, são pessoas que vivem de reciclagem, são pessoas que vivem no trabalho informal. E por uma série de coisas, então, eu considero o mínimo, que fosse pelo menos, a educação, a saúde e a habitação. Se ela tiver condições de viver com isso dignamente, aí eu acho que as outras coisas – o lazer, o vestuário –, isso vem, é uma consequência. Se com o trabalho delas elas conseguissem ter pelo menos a educação, a saúde, a habitação, a moradia adequada.

Na verdade, você vê que essas famílias, elas vivem de subemprego, mas porque elas não têm capacitação, não têm a educação. Se você analisar, elas terminaram, pararam de estudar muito cedo, não estudaram quase nada. Depois elas não têm uma formação profissional, eu digo, a nível técnico mesmo, ou que se fosse, por exemplo, é um jardineiro, mas é um bom jardineiro. Ele tem essa capacitação, é uma manicure, mas é uma boa manicure. Não, aqui não tem isso. Se você percebe nessas famílias que pela falta de educação elas acabam não tendo várias oportunidades, e aí não procuram também a profissionalização. Eles poderiam se profissionalizar, mesmo até tendo menos estudo. Se tivesse até a oitava série, mas ela não tem essa oportunidade, e aí ocasiona um monte de coisas. Os que têm um emprego são explorados, a gente percebe que eles trabalham muito na questão da informalidade: empregadas domésticas sem registro em carteira; diarista, mas que não têm diária fixa, não são diárias que dariam para manter a família. Os nossos usuários aqui, a maioria, são auxiliares de pedreiro, empregadas domésticas, ou catadores de material reciclável, que não têm outra coisa, mas a maioria é catador de material reciclável; e, hoje, o valor do material reciclável caiu muito e tem muita gente sobrevivendo disso, então as empresas pagam cada vez menos, e eles ganham cada vez menos.

A entrevistada faz, a seguir, menção às condições do capitalismo que propiciam a pobreza, relaciona as várias expressões da questão social a que estão sujeitos os assistidos, apresenta crítica contundente aos programas de transferência de renda, e relaciona a insuficiência da renda com o trato dado à pobreza. Nesses aspectos, observa-se que faz uma leitura correta dos desafios impostos ao SUAS, como a necessidade de adequação dos programas com valores monetários e de continuidade suficiente para se trabalhar a vulnerabilidade existente. Porém, segue em seu discurso explicitando a acomodação dos sujeitos é como o maior problema gerado pela pobreza, mas, termina sem ressaltar um dos obstáculos estruturais, que considera “que a pobreza tem relação direta com o precário acesso a políticas públicas. A baixa condição de saúde, o restrito acesso ao conhecimento e à informação, às tecnologias de comunicação, a bens culturais, ao emprego e renda e a outras possibilidades, dificultam o desenvolvimento de grandes parcelas da

população”, (CFP E CRESS, 2006, P.34) o que demonstra a força do discurso conservador como referência profissional por ela assumida:

Entrevistada B -*A pobreza vem de uma estrutura macro. Tem uma estrutura capitalista no país, não tem? Eu acredito. A desigualdade social, a divisão de renda, ela propicia muito esta questão do trabalho: tem a falta de formação também, a falta de educação. E aí geram outros problemas. A gente percebe muito aqui, é a questão do uso de álcool, é a questão do tráfico que é muito forte, o uso de droga. Hoje a gente percebe nos adolescentes que muitos entram na droga e não vão estudar, não vão se capacitar, por ser mais fácil. Nós temos muitas famílias aqui que os pais estão em prisão. Ou eles continuam tocando o tráfico, ou vão trabalhar pra manter a família. É um ciclo que é muito grande, mas é essa situação de pobreza que nós vivemos hoje. Porque, às vezes, a gente ouve muito: “a pobreza diminuiu”. Não, na verdade, o sintoma diminuiu. Para acabar com a pobreza que a gente vive, se não houver uma reestruturação de políticas públicas, políticas de atendimento, programas de transferência de renda... Mas o que esses programas de transferência de renda hoje fazem pra essas famílias? O que são sessenta reais ou cento e vinte reais pra uma família que está vivendo em situação de miséria, porque ela não está em situação de vulnerabilidade, ela está vivendo em situação de pobreza extrema. E aí, o que você trabalha nesse programa de transferência de renda para dar autonomia para essa família? A gente sabe que hoje, no Brasil, os programas de transferência vieram, mas eles não foram implantados de uma forma que dê condições dessa família de se desenvolver e sair dessa dependência dos programas. A gente percebe um pouco disso. Eu não vou nem te falar de outros municípios, de outros Estados, eu te falo um pouco da vivência que nós temos aqui. A gente tenta fazer um trabalho um pouco diferente, mas é assim, acho que vai também de cada postura profissional mesmo, porque não tem muita imposição, tem que ser eu fazer um trabalho com essas famílias, mas eu acredito que este tipo de trabalho não vai dar autonomia para que ela saia dessa situação de pobreza. Isso não capacita profissionalmente, não dá algumas outras coisas. Como que você pode capacitar uma pessoa, colocar ânimo nela pra trabalhar, pra se desenvolver, se ela não tem moradia, se ela não tem perspectiva de vida.*

Eu entendo que essa camada pobre, mesmo essa população que hoje tem renda um pouco melhor, eu acredito que ainda são pobres. Eles ainda não conseguiram ter autonomia de sobrevivência. Cada vez mais o empregador ganha seus lucros, ele continua explorando o trabalho e não há uma reorganização nesta distribuição. É uma característica do capitalismo? É. Eu até acreditava que isso fosse melhorar um pouco e eu vejo algumas mudanças no país hoje. Você percebe que as camadas mais pobres, hoje, conseguem comprar um pouco mais, elas conseguem adquirir algumas coisas, mas ela ainda não consegue ter dignidade, ter tranquilidade para criar os seus filhos, para dar uma educação de qualidade, um atendimento de saúde de qualidade, sem que você precise esperar nessa fila seis meses por um atendimento, que você tenha uma vaga de creche para o seu filho, que você tenha uma vaga na escola do bairro mais próxima, e que essa educação realmente prepare o seu filho para que no futuro ele possa concorrer com outras crianças que não tiveram essa educação pública. Eu acredito que todos os serviços, todas as políticas que existem de atendimento, elas são bem elaboradas, mas na aplicação é que elas não funcionam, porque continua com essa ideia de “é de pobre

para pobre, então não precisa ter tanto estímulo, não precisa ser tão de qualidade”. A corrupção esta aí. Tira muito dinheiro que deveria ser de retorno para essas famílias de atendimento, então, que nem a gente ouve falar que hoje a crise não chegou no país. Chegou sim, pode ser que até agora muitas pessoas ainda não foram mandadas embora, mas vai ser, a gente sabe que vai ser, porque estamos vendo que os preços das coisas já estão diferentes. Eu acho que o ciclo que nós vivemos hoje, o sistema, ele propicia totalmente a desigualdade social. O próprio sistema que nós vivemos, e você não tem muito como fugir dele, se não houver uma reformulação de cima pra baixo...

Acomodação é uma consequência de um processo que veio e a pessoa se acostumou com essa situação e ela continua nela, mas não é um fator para pobreza. Eu acho que a pobreza ela vem de outros fatores, mas ela gera a acomodação porque chega um momento, porque assim, a gente percebe que, às vezes, há algumas tentativas, mas depois de algumas tentativas frustradas de mudança essa pessoa cai na acomodação. Um exemplo: um pai de família que manda um currículo durante dois anos, para diversas empresas, participa de várias entrevistas, ou, às vezes, nem é chamado para essas entrevistas e não arruma um emprego. Ele deixa de mandar esses currículos, sabe? Ele pára de procurar emprego na área dele ou no que ele sabia fazer e vai procurar o que dá pelo menos o mínimo para ele manter a sua família. Ele não busca mais porque ele já tem para si: “não vai resolver, não vai adiantar eu buscar, eu vou bater de porta em porta...”. E em algumas pessoas essa acomodação vem por retração. Você vê que aquela pessoa, não é que ela está naquela acomodação, mas ela já veio reproduzida da família, se você for analisar o histórico, é muito parecido com as famílias que vêm com essas características. Eu acho que acomodação é uma consequência.

A entrevistada ainda coloca a acomodação em decorrência da falta de oportunidade existente, situando-a para além do que ela denomina como pobreza. Interessante é que a percepção que tem de acomodação, embora apareça colocada em decorrência da organização do sistema, também aparece sempre interligada ao referencial que a profissional construiu a respeito de homem e de mundo. A questão social e econômica que causam as referidas “falta de chances” são suprimidas dessa percepção enquanto o discurso ideológico do sistema é referência para a análise que faz:

Entrevistada B -*Olha, a pessoa quando se contenta em viver com pouco é porque ela já está em um estágio crítico da coisa, porque a gente sempre tem um objetivo de vida. Você sempre busca melhora, não adianta falar assim: “Olha, você é capitalista”. Não! Você sempre busca viver um pouco melhor, dar uma condição de vida para os seus filhos, para os seus parentes, para quem vive com você, para o seu núcleo familiar. Eu não preciso ter o carro de última, o top de linha, a gente não tem condições disso, mas eu gostaria de ter um carrinho pelo menos pra que eu*

pudesse andar. O que eu vejo nessas famílias, não é isso; elas buscam, ou melhor, num certo momento, às vezes, elas deixam de buscar qualquer coisa. E aí é que eu acho que é o complicador, é quando você deixa de buscar qualquer coisa, quando você não tem mais uma luz, um plano de vida para você seguir, porque a gente só vive quando tem esse plano. E muitas famílias, até por conta dessa situação, elas deixam de ter esse plano, aquela coisa: “meu filho, se ele estuda até a oitava série está bom”, mas como está bom se a gente sabe que com a oitava série, hoje, ninguém consegue um emprego? Aí você questiona: “mas eu não tenho estudo e estou sobrevivendo”. E que sobrevivência é essa?

Eu acredito que qualquer ser humano tem potencial, independente de ser pobre ou não, porque tem muita gente também que tem condições e passa por essa situação de acomodação. Todo ser humano tem condições de melhorar de vida, ele tem condições de se desenvolver, tem potencial para isso. Agora, como é que a gente pode ajudar? O facilitador disso acaba sendo a gente, porque acaba vendo a situação, assim, de fora, e tendo algumas propostas para esse usuário, até de acordo com a política que temos, o que eu vejo que tem um estrago muito grande. Por exemplo, a gente sabe que a política funciona, mas ela não funciona adequadamente. Nós temos um nó na Política de Habitação, então chega uma hora que a gente barra naquilo, então a pessoa está deixando de se alimentar corretamente, ela está deixando de comprar sua roupa, o calçado, porque ela precisa pagar aluguel. Tudo bem. O que nós, como técnicos, podemos fazer é encaminhar para a Secretaria que atenda habitação. Então você encaminha e não depende mais de você, depende de programas que têm que ser lançados e não são. Então são alguns entraves que a gente encontra. Na atuação que você tem que parar em alguns momentos que não dá para continuar, você não depende só de você, porque, na assistência, acaba-se atendendo em algumas áreas, uma cesta básica. Você não tem condições de dar moradia, ele continua com aquele gasto, que entra no orçamento, então você atende em outras coisas. Talvez, com planejamento você conseguiria que algumas famílias, por si só, conseguissem a sua moradia, que conseguissem uma melhoria. Mas a gente sabe que não, nessa população que a gente atende, a gente sabe que tem que vir mesmo um programa habitacional popular. Não tem condições, porque são famílias que vivem com uma renda baixa, uma renda pequena que não teriam como pagar uma parcela alta da Caixa Econômica, um financiamento. São alguns entraves que a gente tem. Por isso, procuramos sempre estar estimulando, fortalecendo essa família para que ela busque. Nós temos famílias que recebem auxílio nutricional todos os meses... E aí, essa família sobreviveu naquele mês, o que a gente busca agora é fazer essa reflexão com essa família: “Olha, como que está, como se viraram neste mês, o que aconteceu?”. E eles sempre buscam, sempre acham uma alternativa. Então, assim, de acordo com essas alternativas é que a gente busca fortalecer um pouco essas famílias. Ela teve, procurou uma alternativa. E quando eu digo alternativa não é pegar uma cesta básica em igreja. Não. Isso não resolve. “Esse mês não tinha isso, eu peguei uns reciclados e vendi aqui”, “esse mês eu procurei só alumínio, porque alumínio tem um preço melhor”. Eles têm bem essa noção também. A gente procura, quando acontecem essas coisas, trabalhar com o potencial da pessoa, ver o que ela pode fazer. Nós começamos aqui um grupo de recicláveis, artesanato e reciclagem. É um grupo pequeno, não é grande, mas são pessoas que vivem de reciclagem também e tão vendendo esses reciclados: “eu vendo aqui um quilo, são dezoito centavos”, “eu preciso de tantas pets para isso, mas se eu pegar a pet e fizer isso eu consigo um valor maior”. Então, são ações pequenas, pontuais, são para poucas

peessoas, mas essas pessoas buscam outros, convidam outras pessoas para participar. Tudo é novidade. Esse trabalho é também um trabalho novo que a gente vai aprendendo, vai implantando, vai acertando. Eu nunca tinha trabalhado antes em prática e foi novo pra mim e a gente está tentando montar tudo isso de acordo com o SUAS. Mas o que também a gente percebe conversando é que cada bairro tem o seu modo de trabalhar. Acho que isso vai da equipe, isso vai da população que você atende, vai da resposta que a população te dá, não é?]

Para a próxima entrevistada, o horror representado pela pobreza desperta nela a tristeza e a vontade de ajudar – o que nos remete à concepção caritativa de amor ao próximo, lembrando que esta raiz marca o trabalho pela causa humana que é desenvolvido por meio da doação, do amor ao próximo, de um atendimento aos necessitados e aos carentes –, e não os atributos de direitos sociais esperados como referência ao trabalho profissional:

Entrevistada C - *Pobreza é um horror. Eu pensei que conhecia a pobreza, eu pensei antes de entrar no setor público, pra falar a verdade pra você, eu pensei que conhecia, que eu era “expert”, que eu sabia tudo. Depois que eu entrei aqui, eu estou vendo o que é pobreza, e é falta de tudo, desde material até espiritual. Até ser passada para trás por pessoas, por advogados, oportunistas. É uma tristeza a pobreza, uma tristeza, e uma vontade que a gente tem de ajudar, de colaborar, de enaltecer elas, do tipo, “vou te dar uma mãozinha pra você seguir sua vida”. Mas eu vejo que eu não vou conseguir fazer isso. Pobreza é uma coisa tão difícil.*

Lá onde eu trabalhava, eu via a pobreza, trabalhava numa empresa, todo mundo que eu atendia tinha um emprego, tinha sua renda. Então a pobreza que eles tinham, que eu via, era assim, era uma coisa que já vinha, e a família já vinha toda assim. Lá eles tinham um trabalho na empresa, mas a família era desempregada. Às vezes nascia uma criança e não tinha condição de comprar um leite, uma fralda descartável. Na casa eles estavam pagando as prestações, às vezes estava atrasada. Fora essa a pobreza que eu conhecia, lá era totalmente diferente. Aqui as pessoas não têm emprego, não têm perspectiva de emprego, não têm casa, estão na rua mesmo, morando na rua, não têm onde morar, não têm família, não têm apoio, não têm cultura, não têm vontade também de fazer nada porque acham que ninguém torce mais para eles. Ou eles aprenderam desde que nasceram a viver desse jeito...

Aí eu acho que a pobreza, na verdade, é um resultado do que esse sistema tem feito com a gente, sabe? Acho que é um resultado de tudo isso, não só disso, porque vem lá da escravidão. Acho que vem desde lá, acho que pobreza hoje é um resultado de tudo isso que vem acontecendo com a gente. Vem escravidão, vem capitalismo, o neoliberalismo... Por que manter isso?

As causas da pobreza eu penso que é questão de falta de oportunidade, e falta de estrutura familiar. Eu não vejo perspectiva de mudança. Esses casos ferrados que a gente atende aqui eu não vejo objetivo, eu não consigo ver, mesmo que eu atenda uma pessoa que está na rua, eu vou dar uma casa para ela morar? Às vezes ele mesmo não quer. Ele não se sente bem numa casa, coisa assim que não vai funcionar. Uma pessoa que está desempregada: eu ofereço emprego para ele. Ele

não vai se adaptar àquele emprego, não vai se adaptar. Eu acho que isso é absoluto e eu acho que isso não muda.

A questão do abandono do idoso por familiares, essa é uma coisa de família. Eu escuto muito isso das pessoas. Eu vou procurar os familiares e encontro, às vezes. Quando tem, eles falam assim para mim: “Olha, eu respeito seu trabalho, mas eu vou te falar uma coisa – como é que eles falam – os canalhas também envelhecem”. Quer dizer, o cara abandonou esses filhos enquanto bebês, enquanto crianças, ou maltratou, ou nunca brincou, ou nunca ajudou, ou nunca deu carinho, nada, e hoje a lei fala que os filhos têm que cuidar deles, mas eles não têm vínculo. “Ele é um cara chato, foi uma péssima pessoa e eu tenho que proteger essa pessoa”, entendeu? O que é que eu vou fazer dele? E aí não é legal, a minha ética também, eu vou exigir, eu não sou advogada, mas, graças a Deus, eu tenho ética profissional, que me ajuda a pensar, a ver essa questão. Porque se vai para o juiz ele diz que a família tem que cuidar e acabou. Eu acho que uma pessoa que não teve vínculo, que não construiu vínculo, não deu carinho, foi um filho da mãe mesmo a vida inteira, e agora eu vou cobrar essa família? Não vou cobrar! Eu entendo também a parte da família. Mas eu tenho ele aqui pra eu resolver porque a comunidade me cobra. Ele está em estado de abandono e ele está mesmo. A comunidade cobra, fica ligando, fazendo denúncia, vai na televisão porque tem um idoso abandonado. Então você vê que eu fico, assim, entre a cruz e a espada. O que eu faço com esse idoso? Tem a família dele atrás, mas eu sei que existe a família, mas eu sei que não posso cobrar nada deles, eu não posso, eu vou cobrar? Tudo bem, eu já fiz isso. Logo que eu entrei aqui, eu já coloquei uma idosa na casa de um familiar, a idosa começou a sofrer agressão física, então mandei para um lar, mas o estatuto do idoso fala que não pode mandar o idoso pra lá quando tem família. Não pode.

Eu acho que a pobreza com coisa de família, questão da estrutura familiar, é uma coisa que não muda. Não sei. Pelo menos eu não consigo ver ainda.

Geralmente, você identifica uma pessoa pobre talvez, sei lá, pela aparência, pela cor? Tem branco, tem preto também, não tem só negro. Eu fui fazer uma visita para uma senhora e ela falou: “Filha, eu sou preta, pobre, e...”, não sei o que ela falou – era o terceiro “p”. Não lembro se era outro “p” não. Mas ela falou alguma coisa, e era uma senhora sozinha, morreram os filhos, todos de desastre, de doença, de bala perdida, e ela está com um monte de neto para criar. Uma senhora que também sofreu ataque de Pit Bull, azarada, comeu o pé dela. Acho que ela falou preta, pobre e desgraçada. Porque ela vive numa situação, e ela foi procurar um advogado também, porque ela entrou com uma ação para receber o dinheiro do desastre de um dos filhos que morreu e o advogado não pagou ela. A gente foi atrás dele e ele pagou na hora. Mais uma situação delicada. As marcas que deixam na pessoa, as marcas que eu penso que ela tem é a questão de se achar inferior.

Então, eu penso que a questão da inferioridade, “Eu não posso nada porque eu sou pobre, eu não posso ir lá, eu não posso fazer aquilo”, é uma marca que causa nela, talvez revoltas de alguém, do governo, da vida, sei lá, por estar daquele jeito.

No trecho a seguir, a entrevistada coloca o teor preconceituoso que a palavra *pobre* representa e, no mesmo espaço, ressalta a função da Assistência Social em “apoiá-los e ajudá-los” com recursos sociais existentes. Com relação à política de Assistência Social e aos trabalhos propostos, demonstra ter conhecimento, o que

nos faz concluir que a compreensão de pobreza e de pessoas em situação de pobreza que ela construiu são partes da introjeção da cultura conservadora e não do desconhecimento dos objetivos e da função da política de assistência social. Outra questão sobre a qual discorre refere-se o papel e a qualidade da intervenção profissional com objetivo de alargar direitos sociais, quando a questão da pobreza é colocada como consequência de “comportamento” inadequado, familiar ou individual:

Entrevistada C - *É ruim falar pobre. Eu não gosto de falar pobre, sabia? Porque pobre pode ser só uma pessoa pobre de espírito também. Não pobre só financeiramente. É ruim falar essa palavra “pobre”, eu odeio falar essa palavra. Pobre é uma palavra preconceituosa. Pobre, eu acho, é preconceito falar “a pessoa pobre”, a pessoa sem condições financeiras, sei lá, a pessoa sem condições, sem oportunidades, coisa assim. Porque pobre é tão carregado, é que nem alcoólatra, que também é uma palavra super-preconceituosa. Eu não falo. É isso, mas eu não falo. São palavras que carregam muito. Pobre é uma coisa que abrange tudo, você me chamar de pobre, você pode estar me chamando de uma pessoa que realmente não tem condições financeiras, você pode estar me chamando de uma pessoa ignorante. Você pode também estar falando que eu sou uma pessoa pobre de espírito mesmo, como eu acabei de falar. Aí é uma palavra muito carregada. Por isso que eu falo: eu acho que essa palavra não tinha que ser usada, “pobre”, ou tinha que ser definida que tipo de pobreza: é pobreza material, que a gente está falando, é isso? É essa questão, porque tem tantos pobres de espírito aí, que está lá governando o nosso país, mas sei lá.*

Eu penso que a Política de Assistência, a função dela, é dar melhor qualidade de vida para o cidadão. Se não têm onde morar, tem que criar uma Política de Habitação, para que eles tenham essa casa. Eu penso que é isso. Assisti-los, apoiá-los e ajudá-los. Criar a política de, se está precisando de habitação. Até a questão da aposentadoria, dos benefícios, LOAS, BPC.

O SUAS, já tem o CRAS, o CREAS, não é? Centro para idoso, já possui o CREAS, a proteção básica e a especial. E em cima disso o SUAS trouxe tudo... é dividido o que cada um vai fazer. O que o CRAS faz, o que o CREAS faz.

Não, é o SUAS, na verdade. É assim: os trabalhos que você acha que são sociais, que são bons, que são realizados com essa população, é que o SUAS trouxe para agrupar. Eu penso que o SUAS trouxe esses centros, as referências, para atender a população e, dentro do Centro de Referência, cada um na sua especificidade, faz o que está lá, o que está sendo dito, que é atender a proteção básica e especial. Deu uma organizada no setor. E eu acho que está funcionando, pelo menos está começando a funcionar, e tentando funcionar bem. Mas eu penso que essa questão da pobreza, vem... Como que eu vou falar isso? É como se fosse uma coisa que está dentro deles já. Como eu já te falei, pobreza, não é? Poderia ser essa questão da inferioridade. Por eu achar que eu não consigo nada, eu realmente não vou procurar nada, sabe? Eu não vou procurar uma melhora, porque eu sei, não é? “Eu sei que eu não consigo nada, que eu não sou capaz, que eu não vou conseguir mesmo, então para que eu vou procurar?” E como o CREAS e o CRAS vai acabar com isso? Depende dos profissionais e, também, da abertura do usuário.

Depende das duas partes. Depende do profissional ter paciência e persistência para atender aquela pessoa. Dias e dias, meses e meses, anos e anos. Depende do profissional não desistir daquela pessoa e depende também da pessoa criar essa confiança no profissional. Para estar aceitando aquilo que ele fala. Aquilo que ele fala e está surtindo alguma melhora, nesse caso.

Eu penso, e eu não consigo pensar em outra coisa, a não ser na questão: mudar, buscar, a busca de alguma coisa, de uma melhora, eu acho que é isso, é a única coisa que eu vejo. Nas pessoas que eu atendo, talvez seja isso, a busca de uma esperança. Eles vêem isso como um potinho de ouro, eles chegam lá e acreditam que isso vai mudar a vida deles, é esperança, essa questão de busca. Mas não todo mundo. Mas enfim, vamos tentar reconstruir a questão da zona de conforto, não é? A zona de conforto da pobreza, eu acho que entra na questão da mudança, que é difícil uma mudança. Se você viveu a vida inteira daquela forma, não é? Nasceu assim, sabendo assim, que daquele jeito é o certo. Se nasceu daquele jeito, você é, cresce, envelhece achando que é daquele jeito mesmo e você recebe... Eu penso que talvez não seja conforto, sabe? É como a pessoa aprendeu que é, que tem lugar que oferece uma cesta básica, tem um lugar que oferece a questão da saúde, não é? Tem um lugar que oferece isso, tem um lugar que oferece aquilo, questão de sobrevivência mesmo, é desse jeito que funciona.

Você sabe disso. A pessoa não está acostumada ao trabalho. Fazer isso com seu esforço. Mas certos programas governamentais, por exemplo, eles colaboram nessa lógica da pessoa buscar.

Os depoimentos a seguir sobre a forma como são descritas as pessoas em situação de pobreza, remete-nos a considerar que, para a entrevistada, a assistência social deve ser um trabalho profissional voltado para a seleção da população pobre e que merece atenção mais detalhada. Dessa forma, os esforços da intervenção profissional não estão voltados para resolver os empecilhos da concretização de uma política pública que viabilize os direitos das pessoas em situação de pobreza; pelo contrário, os princípios que permeiam a intervenção proposta estão voltados para incluir, prioritariamente, os usuários que possuem dificuldades para serem absorvidos pelo mercado de trabalho, e para aqueles que demonstram “merecimento” do benefício. Pesa nessa análise o fato ser ela ser realizada com foco apenas no esforço individual e, portanto, desconsiderando as condições objetivas para tal. É interessante verificar, também, que nossa análise é realizada a partir do entendimento das implicações do sistema capitalista nas consequências da pobreza:

Entrevistada C - *Esses programas eu acho que mantêm a pobreza. Sinceramente, eu penso que tem até a história da vaquinha: tem uma família que*

vive do leite de uma vaca. Tem uma vaca na fazenda e vive daquele leite lá, faz leite, faz queijo, faz não sei quê, vende aquilo, vive do que a vaca produz e cuida muito bem dela. Uma família toda vive daquilo lá. Só que aí chega uma pessoa tipo espírito de porco, pega essa vaca, puxa ela, joga na ribanceira e mata a vaca. Morreu. E aí vai embora, só que ela volta depois de algum tempo e a família está muito melhor. A família está muito melhor por quê? “Você jogou nossa vaca fora e a gente teve que descobrir novas habilidades. Minha mulher descobriu que ela sabe costurar, minha outra filha descobriu que ela sabe pintar, eu descobri que sei fazer marcenaria. A gente está fazendo isso, está vendendo e deu super certo. Então agora a gente está muito melhor”. Eu penso que o governo é meio a vaquinha, sabe? Alguns projetos sociais são a vaquinha sim, assistenciais, não é? Você está dando, você está mantendo uma situação. “Se eu estou recebendo os trabalhos, eu estou me alimentando”, porque, para mim, é importante me alimentar, não é? “Eu ganho leite lá na UBS pra dar para o meu filho. Ele está sendo alimentado, leva ele na creche, leva ele na escola, eu estou vivendo minha vida, eu estou bem”. E se não tivesse? Então para que eu vou mudar? Se não tivesse, eu penso que eles iam se virar de alguma forma. Porque é ser humano, não é irracional, não é? Então, eu penso que eles iam chacoalhar, “Vamos lá, não é? Vamos fazer alguma coisa, se não a gente vai morrer aqui, não tem nada, não tem ninguém pra nos manter aqui”. Eu vejo muito a questão indígena, que são eles por eles mesmos. Não os índios de hoje, os índios de antes. Eles viram o que eles conseguem. Eles se viravam.

Então eu penso assim: tem trabalho. Minha mãe que fala muito isso, se você quer trabalhar, você encontra um lugar pra você trabalhar. Eu penso que tem trabalho, mas eu acho que barra naquela questão que eu falei de que o capitalismo colocou na cabeça deles que eles não são capazes, que não vai adiantar eu ir lá naquele serviço que vão reparar em mim. Aí tem essa questão da inferioridade, do preconceito. “Aí eu não vou não, porque vão reparar, não vou dar conta”, ou então, “aí vou perder minha novela”. Eu penso que tem trabalho sim. Não vamos generalizar, mas dá para você buscar alguma coisa. Não teria um trabalho para você ganhar dez mil reais todo mês, mas teria uma pessoa, se você procurar, sei lá, dá para se virar. Eu penso assim. Dá pra você começar como uma doméstica hoje. Você pode estudar a noite, para se especializar em alguma coisa, com o que você ganha você pode se especializar e depois você pode tentar outra coisa, mudar de posição, tentar uma oportunidade em outro lugar. Mas essa dinâmica eles não têm. É como se fala: é essa ambição positiva. De querer trabalho melhor, de querer estudar para ter uma renda maior. Eles não têm essa ambição, não aprenderam a ter isso. Acho que não aprenderam, ou não aprenderam não porque não quiseram, mas porque o sistema não deixou. O sistema fez tudo para eles continuarem dessa forma, sem perspectiva, não é?

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO DISCURSO CONSERVADOR NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social tem como tarefa maior intervir na realidade, precisamente nas expressões da questão social numa determinada conjuntura; assim, é exigência que o profissional compreenda as manifestações da questão social em curso.

Isso traz como exigência ao trabalho profissional a necessidade de compreensão de que as políticas sociais existem e, ou deveriam existir, para o atendimento das manifestações sociais decorrentes do modelo social vigente. Neste sentido, são preocupantes tanto o fato de o profissional ainda se identificar com o discurso conservador da pobreza – discurso esse já foi matizado por instituições consideradas conservadoras no trato da questão –, quanto a falta de condições que apresenta para explicar a questão da pobreza e suas consequências no indivíduo.

O discurso conservador influencia a sociedade como um todo. Em seu interior, ganha força, para uma conceituação mais consistente de pobreza, a ideia de um ‘receituário’, em que as causas da pobreza aparecem sempre pré-determinadas pela falta de escolaridade, pela desqualificação profissional, pela ausência de emprego formal e até pelos poucos atributos morais dos indivíduos, elementos esses que dificultam as mudanças necessárias. Esses argumentos ficam reforçados quando se discute a pobreza pelo enfoque exclusivo de ausência de renda e de falta de atributos morais das pessoas nessa situação.

No discurso conservador prevalece a visão do pobre como culpado por sua situação de pobreza. Nessa perspectiva, a acomodação dos indivíduos se dá em decorrência da falta de oportunidade e existe para além do que é denominado como pobreza. Interessante é o fato de que a percepção construída a respeito de acomodação – embora apareça, muitas vezes, para os profissionais que a ela fizeram referência, em decorrência da organização do sistema –, sempre surge, nas observações feitas, interligada ao referencial de homem e de mundo também construídos por esses profissionais. Para eles, inclusive, a questão social e econômica que causam as referidas “falta de chances” não compõem a percepção que têm sobre acomodação.

Embora na composição da percepção sobre acomodação se faça referência à Política de Assistência Social e ao seu potencial como política de atendimento a pobreza, alguns outros fatores observados nos relatos nos parecem preocupantes. Um deles diz respeito à persistência da visão de pobreza como sobrevivência advinda da falta de acesso ao que se denomina mínimos sociais, tendo em vista as necessidades da família para a sua sobrevivência. Outro fator é o de a política de Assistência Social ser considerada como “competente” se já possibilitar aos indivíduos e familiares a conquista desse mínimo. Outro, ainda, é o caso de o sistema só ser considerado limitado quando oferece condições sociais aos indivíduos de se incorporarem ao sistema, sendo essa falta de oportunidade o que gera a acomodação diante dos desafios da vida.

Tais fatores compõem uma visão a respeito dos serviços sociais limitada somente aos objetivos de integração dos indivíduos ao sistema capitalista, nos limites propostos pela perspectiva em curso – o que contrasta com os objetivos da política de Assistência Social. o que nos alerta MARTINS(2002):

O trato da “questão social” pelos setores hegemônicos é geralmente orientado pela teoria de integração social; dessa forma, acabam-se naturalizando as desigualdades sociais, e as políticas sociais perdem o seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a “ideologia do favor”, caracterizada por formas paternalistas e clientelísticas de relação que se combina com um tipo de atendimento, por parte do Estado, orientado pela benevolência e a filantropia.(MARTINS, 2002)

É interessante observar que o trabalho exercido como política social, na verdade, se traduz num alicerce de “ajuda e colaboração”, ou seja, de assistencialismo.

Outra questão relevante é a ausência de reconhecimento dos direitos sociais das pessoas em situação de pobreza. Parece prevalecer uma análise em que a falta de atributos morais dos indivíduos causaram os “problemas” e, ainda, que essa falta de atributos morais atrapalha a resolutividade pela via da política pública.

É importante combater o discurso de que as famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência da pobreza, possuem características psicossociais negativas, isto é, tais aspectos são adquiridos e não inerentes, o que dificulta o enfrentamento e a superação da pobreza, tendo como consequência a ‘passividade, a baixa auto-estima, a resignação e a dependência’. Ao contrário, são as estruturas sociais vigentes, dentre estas se destacam as práticas assistencialistas e clientelistas, que reforçam estigmas e moldam posturas, de modo a culpabilizar as famílias por sua situação de vulnerabilidade social (ANDRADE e MATIAS, 2008, p. 4).

Tendo como referência os objetivos do SUAS/NOB 2005, é importante ressaltar o equívoco que poderá causar essa deturpação da realidade, já que é difícil mediar direitos aos que não reconhecemos como cidadãos. O fato de se acreditar que exista o indivíduo “acomodado” que vive alicerçado na política social e não busca “alternativas autônomas” de sobrevivência, dificulta a possibilidade de avaliação da eficiência e do alcance da política pública. Cabe ressaltar, aqui, as considerações de uma das profissionais entrevistadas, quanto aos “cuidados” que toma para identificar de fato as “verdadeiras” situações de pobreza, mantendo, assim, sob controle, a racionalidade da política social nas situações em que seus próprios atributos entendem como necessários.

Mesmo com a crítica aparente que fazem ao sistema, prevalece na visão das entrevistadas, a idéia de que o individuo poderia, se quisesse, superar todos os obstáculos e se tornar exitoso e inserido no sistema. Essa forma de pensar poderá resultar numa intervenção focada no perfil do indivíduo, que propiciaria o resultado alertado por ABREU (2005):

O desenvolvimento do processo de “ajuda” psicossocial individualizada no Serviço Social parte do ponto de vista de que a questão social – reduzida às suas manifestações na esfera individual – constitui-se um problema moral. Esta noção justifica uma intervenção via assistência social individualizada de cunho moralizador direcionada para a reforma moral e a reintegração social (ABREU: 2005, p.83).

Assim, nos relatos contidos nas entrevistas, não sobressaem questionamentos acerca da qualidade das políticas destinadas às pessoas em situação de pobreza. Dessa forma, o olhar profissional está comprometido com a culpabilização dos indivíduos e pouco atento para novas alternativas que, de fato, possibilitem à Política de Assistência Social prestar proteção social de forma resolutiva e continuada a usuários nessa condição.

Não pretendemos aqui simplificar e ou inverter a questão, como se uma visão mais abrangente sobre a pobreza e sobre as pessoas nesta situação pudesse ser o único requisito para a implementação de uma política social de qualidade, mas desejamos salientar uma visão menos conservadora poderia alargar as possibilidades de avanço.

Ainda sobre o discurso da indignação, os profissionais demonstram o descrédito e preconceito referente a pobreza:

3.2.2 – A Tentativa do Discurso Articulado

Esses profissionais entrevistados trazem à tona a necessidade de se desvendar o conceito de pobreza para um melhor êxito da política de Assistencial Social. Assim, percebe-se, nos discursos, ao mesmo tempo, uma forte identificação com o SUAS, e uma análise da pobreza de forma conservadora, o que faz sobressair ora uma confusão entre conhecimento e pobreza, ora a junção entre pobreza material advinda da dinâmica relacional, ou seja, o perfil do usuário da política é tido como dificultador de resolutividades. Prevalece uma visão dos usuários “(...) em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. (IANNI, 1991)

No trecho seguinte, de outra entrevista, a pobreza é descrita como decorrente das desigualdades sociais e como fenômeno que ultrapassa apenas a questão monetária; no entanto, a receita para o que é denominado como “pobreza institucionalizada” é retirada da experiência pessoal e centrada nos esforços individuais:

Entrevistada D - *Pobreza financeira é uma coisa que a gente vai sugando. Já vem carregada lá, desde mil novecentos e bolinha, e a gente já vê mesmo fora do Brasil. Escravidão, não é? Depois lá o capitalismo, vai seguindo essa desigualdade social que a gente vive nos países, tem essa pobreza. Mas tem uma pobreza de falta de conhecimento também. Porque o cara ele pode ser pobre, mas ele não pode ser pobre de espírito, pobre de conhecimento. Para ser um político, não de politicagem, mas aquele agente que vai ser capaz de mobilizar pessoas para mudar a sua situação. Então, eu vejo dois tipos de pobreza: pobreza financeira, que também pode acarretar, de repente, a pessoa não ter meios de subsair daquilo. Mas também ocorre porque, interesse de vida. Eu também era uma pessoa pobre, lá da roça, onde meu pai era analfabeto, eu tinha 10 anos. Mas existia uma preocupação dos filhos estudarem. Então através do estudo com qualidade, tudo bem que estudei em escola pública, mais o ensino era bom. Então a gente vai rompendo com uma pobreza institucionalizada.*

Tudo bem que a pobreza, se o cara é pobre e está morando num lugar, ele pode ter uma cabeçinha pequena e não ter uma visão ampliada da situação. Mas você pode ser uma pessoa que mora numa favela e esse cara ter uma sabedoria imensa. Agora, como usar essa sabedoria? De repente o cara é pobre, mas para ele ser rico, ele vai ter que estudar na faculdade. Ele pode ser aquela pessoa pobre de

dinheiro, mas ele pode ser rico de uma sabedoria que se expande pela comunidade. Você vê na televisão programas que fazem ações, até eu vejo nesse sentido.

Porque tem lá no Nordeste pobreza? Porque tem a seca. Eu acho que é um tipo de pobreza: porque tem a seca. Então eu acredito que tenha que trabalhar a pessoa lá no local dele, fazer política, focalizar aquela cidade para o povo não vir embora. Porque onde eu morava tinha uma fazenda lá que tinha 200 alqueires, que falava no (menciona o estado onde morava), e tinha um monte de famílias que arrendavam aquela terra. Chegou um momento em que não tinha mais nenhum cara e mandou todo mundo embora. Então o fazendeiro, 200 alqueires só virou dele. E aquela família foi tudo para a cidade, foi para algum lugar. Então isso da Reforma Agrária é muita política. Tem que ser uma coisa bem pensada para diminuir isso. Porque a pessoa vem de uma situação de pobreza que a gente vê que tem aqui em (menciona a cidade onde trabalha): áreas invadidas, que é uma pobreza, assim, gritante, porque a pessoa não tem nem o que comer. Aí não tem o que comer, a auto-estima já caiu lá embaixo, não tem o amor próprio mais. Então não consegue fazer aquilo, não tem essa oportunidade. O Poder Público tem que entrar nisso, acho que oportunizar, capacitar, profissionalizar. Igual, em (menciona a cidade onde trabalha) tem um monte de empresas. Então, tem que profissionalizar reformas, assistência, política pública do município voltada para essas empresas, colocar o nosso povo lá para dentro da empresa e não alguém de fora. E o estudo? Escolarização? Você percebe que é a menor possível da vida. Minha mãe continua morando no (menciona o estado onde morava), e lá você vê um pessoal que estuda, que faz faculdade. E olha que tem gente pobre que você vê estudando. E aqui você não vê isso. Por que será? Aí você está do lado da escola e não vai para a escola. Por quê? Será que a escola também não traz, não tem uma oferta diferenciada de educação, de ensino para poder juntar tudo e... A gente tem uma loucura muito grande de conseguir vagas para os meninos. Teve um educador que falou para mim: "Mas você vai mandar ele para cá? Ele vai ficar pior do que ele entrou!" Como pode falar isso, não é?

Na seqüência, a entrevistada explicita como utiliza o seu saber profissional para a racionalidade das políticas públicas, colocando em evidência a possível má-fé dos usuários para manterem os benefícios:

Entrevistada D - *Aqui na avaliação para o atendimento mínimo, primeiro de tudo, que é a cesta básica, porque a pessoa não pode morrer de fome, a gente vai ver onde ela reside, se ela paga aluguel, se ela não tem renda nenhuma na casa, quantos filhos tem na casa. Aí a gente vai para o atendimento emergencial. Você faz a visita, porque a gente vai colocar ele em algum projeto, ou geração de renda, ou Bolsa Família, para poder dar uma amenizada maior nesse sentido.*

Ele traz a carteira de trabalho se tiver sem registro, mas ele pode fazer uns bicos. Olha, falar 100% garantido: "o cara é uma situação de pobreza", nós não conseguimos avaliar, não. Porque o cara, ele pode fazer bicos e ter uma renda boa fazendo bicos, mas ela [a Assistente Social] não vai saber. Então existe a má-fé deles. Se é uma pessoa que você vê que ela está na situação mesmo, a gente vai visitar e a gente constata mesmo que não tem nada, dorme no chão com os filhos. Isso é uma situação. Agora, o pessoal vem aqui buscar uma cesta porque está passando fome em casa, a gente confia na palavra deles. Porque não tem como!

Como a gente vai ter uma bolinha de cristal aqui para analisar se é realmente ou não? Precisamos de técnicos. Mas não ia ter como. Na conversa você acaba pegando. Você vai falando com ele, se ele estiver mentindo mesmo, ele mesmo vai se perder na conversa dele. Aí, você coloca o que tem no município: você vai ver a boa vontade dele de realmente, de ir nisso[nos projetos]. Você faz um encaminhamento para (órgão existente na cidade), que tem a contra-referência para saber se realmente ele foi, se ele foi ao PAT fazer o cadastro da carteira de trabalho dele, se está procurando alguma coisa para sair da situação, ou se está bom como está.

No trecho a seguir, são descritos pela entrevistada os principais obstáculos que historicamente a Política de Assistência Social encontra em sua realização, os desafios que se colocam na questão da efetividade das ações promovidas e a necessidade de articulação dos profissionais para garantir esse avanço; porém, os esforços coletivos na política social são descritos como importantes para evitar “abusos” e selecionar quem de fato precisa. A entrevistada utiliza o exemplo do Programa Bolsa Família, citando a necessidade de o município criar mecanismos fiscalizatórios de acompanhamento para evitar abusos. Ressalta-se, em contrapartida a tais ideias, que o controle social necessário deveria ir “para além de um procedimento administrativo e fiscalizador, sugerindo uma renovada experiência governamental de gestão, numa partilha efetiva do poder entre o Estado e as coletividades locais, destacando novos atores e espaços políticos de participação”. (Brasil,2006)

Entrevistada D - *Em cada caso, eu acho que é intervir na situação, de orientação, formulação de ações para diminuir ou acabar – o que é mais difícil –, para remediar situações. Porque a assistência da política pública, principalmente da Assistência, ela não pode ficar apenas no “apaga-fogo”. Assim, no lamento: “Ah, é pobre? Nós vamos dar apoio para o pobre”. Eu acho que não. Eu acho que tem que ser maior. Eu acho que a Assistência enquanto Política Pública, ela tem que ser universal. “Mas tem aqui gente que não precisa dela”. Ela tem que ser assim, mais forte, mais presente. Não ser omissa, ficar por baixo. Então, acho que tem que abraçar a causa. É Assistente Social do município? Vai ter que formalizar ações, promover ações que emancipem mesmo esse ser, que ele precisou, situação tal e tal, mas que ele não volte mais. Ele vai conseguir meios de se sobressair disso. Por exemplo, aqui no nosso município a gente não conseguiu ainda seguir 100% como o SUAS pede. Mas eu acredito que a gente está buscando, acho que está organizando aí no território para conhecer mais a população, trabalhar a rede sócio-assistencial, fazer um trabalho avaliativo, de monitorar as ações realmente, de trabalhar com entidades para criar algum serviço de sócio-assistencialismo. Aqui também é uma questão, também eu sigo o SUAS. Eu penso que estamos conseguindo. Acho que o SUAS está conseguindo isso, de mudar aquela visão de lá*

atrás para agora. Acho que a gente está rompendo aquele assistencialismo barato que tinha, mas que acredito que vai tempo ainda para poder estar redondo, para estar falando assim: “nossa, a Assistência Social é uma Política Pública que a gente pode falar bem, fazer realmente aparecer”. Igual médico, o doutor. Quem é doutor? Ele tem doutorado? Ele não tem doutorado, ele é igual “nós”. Ele não é melhor que nós. Eu acho que é isso que a gente tem que ter. Eu acho que é por isso que os profissionais têm que estar articulados. Falta a gente ter grupos de estudo para trabalhar o que acontece no município e região, de temas para a gente articular. Mas acho se ele trabalhar naquela diretriz que ele fala lá, bonitinho, que eu acho que é de emancipar, trabalhar o território, tudo, eu acho que ele consegue. Mas vai ter que ser uma coisa muito bem articulada com o município, Estado. Seria uma fiscalização. Espero que realmente isso aconteça. Porque, igual ao Bolsa Família. O Bolsa Família é super bacana. Eu acho que ajuda a família e tal. Mas como é que é feita essa fiscalização no município? Eu acho que a obrigação é assim: é um negócio Federal, mas o município é o fiscalizador. Nosso município é falho nisso. Então: “Será que está ajudando aquela família? Será que ela também já não precisa mais? Então vamos colocar outra família”. Para ser uma coisa assim, não para fazer de conta. Eu acho que tem que ser mais, eu acho que tem que ter uma fiscalização.

Eu acredito que se a pessoa trabalhar, se tem todos os filhos estudando, acho que seria um ciclo, acho que a gente estaria mudando uma realidade. Mas não seria de um dia para a noite. Porque você percebe assim, que eles querem uma coisinha, mas não são políticos, políticos das ações, movimentos sociais, para serem participantes mesmo. É assim... porque a gente percebe assim... quando a gente chama uma pessoa para uma reunião e você coloca um tema, alguma coisa, eles não participam. Então, mesmo que ele não conheça... Mas, a gente teve no ano passado, atrasado, a Conferência. Então a gente convidou todos para que eles fossem, para ir ali, tal. Ninguém quase foi: um ou outro. Então, não tem essa participação. Como que ele vai lidar, participar socialmente, querer as coisas, mas também não buscar ser participativo? Eles não participam. Eu acho que falta isso, eles serem participativos mesmo para mudar, para se ter uma política boa, para se ter cobranças. Igual: outro dia eu vi um documentário, o menino falou assim no filme: “Ah, o político, o vereador, o candidato só passa na sua casa para pedir voto” e, depois, fala: “A gente age errado também, porque a gente não cobra eles”. E realmente, a gente não cobra eles. Então, essa população que nós temos aqui, eles não sabem cobrar. Eles vêm aqui: “Ah, porque você tem que me dar uma cesta básica, é meu direito”. Mas as outras coisas que eles têm direito, eles não conseguem buscar.

Porque é tanta situação que convive, tantos conflitos internos, externamente, na sua família e tal que eu acho que ela já não sente prazer de querer mudar a situação que ela está. Aí se acomoda. Mas tem outras pessoas que não, que vai correndo atrás. Mas eu acho que é uma minoria da nossa sociedade. Isso que é duro.

Porque o que o técnico, o técnico vai lutar, vai fazer um monte de coisas, mas se aquele ser [humano] não quiser nada, vai ficar na mesmice do mesmo jeito. Então, o que adianta a gente lutar, lutar, lutar? E eles são os principais, as pessoas que têm que estar lá e não estão. Esses atendidos falam assim: “Ah, deixa o Serviço Social lá, vai lá, pega a cesta”.

Vai ter que se fazer um trabalho de divulgação do que é o SUAS, sua proposta, que acho que os CRAS estão começando isso agora. E depois que vai direcionando os sistemas, para ver se esse povo dá uma arrancada. Mas não vai surtir para nós.

Então, é um trabalho que vai tempo. Não vai ser assim... Acho que você vai ter que fazer etapa por etapa. Por mais que desiluda, mas você nunca vai poder deixar de fazer. Porque sempre vai ter pessoas, eu creio, até que se mude uma situação toda aí que a gente convive.

Interessante observar o otimismo da entrevistada com a implantação do SUAS, delegando a ele a possibilidade de alargar as possibilidades de trabalho para a resolução da pobreza. No entanto, descreve o trabalho profissional como “fiscalizador” da pobreza e com a função de impulsionar os pobres para um “arranque” dentro do sistema. Há um equívoco na visão sobre o papel profissional, já que a presença do Estado na vida das famílias em situação de vulnerabilidade “não significa ensinar esta família a viver, vigiar a conduta da família e dizer a ela qual a melhor jeito de educar os seus filhos, e sim refletir com ela sobre o seu papel social, sobre a dificuldade social, dando-lhe a oportunidade de acessar as informações e as oportunidades que ela não teria se não tivesse acesso a uma política pública” (CHICHIO,2008,33). Neste sentido, os esforços profissionais da entrevistada parecem estar voltados para os aspectos fiscalizatórios que garantam a racionalidade da política.

É necessário destacar que a profissional coloca que o SUAS trouxe avanços para a Política de Assistência Social referente a visibilidade e alcance das políticas sociais; refere-se, inclusive, ao reconhecimento profissional que propiciará aos que trabalham na política; no entanto, a concepção que construiu dos usuários em situação de pobreza é descrita a partir da culpabilização dos usuários. Assim, consideramos difícil que venha a obter, com tais princípios, uma prática profissional identificada com o ideário de política pública, já que os usuários são descritos como acomodados, não participativos, desinteressados.

É lógico que o sentimento de desesperança quer nos usuários, quer nos profissionais, é um dificultador para a ampliação do alcance da intervenção profissional, portanto, deve estar elencadas propostas neste sentido, já que: “o fortalecimento da cidadania diz respeito a um trabalho social social que possibilite a emergência de atores sociais, de forças, de sinergia para que os direitos sociais possam ser acessados, fortalecidos, ampliados e se tornem parte de um processo histórico de conquistas”(CHIACHIO:2008,32). Podemos inferir que a direção social para a qual caminha a intervenção dessa profissional encontra-se na contramão dos

objetivos que visa a alcançar, devido aos equívocos que permeiam a concepção dos usuários em situação de pobreza.

Na próxima entrevista, a pobreza é descrita como fenômeno multidimensional, prevalecendo, na análise, a crítica à resolutividade da política pública e aos entraves de sua execução; também são descritos os obstáculos que o sistema capitalista contém para promover a igualdade de oportunidades e para a inclusão aos direitos sociais:

Entrevista E - *Eu nunca entendi a pobreza como só da falta de recurso financeiro. Mas eu acho que a pobreza começa daí. A pessoa é excluída de qualquer direito mesmo enquanto cidadão. Eu penso que se ela já é excluída de acesso aos serviços dela de direito enquanto cidadã, eu acho que ela já é pobre. Ainda que ela tenha uma condição financeira, mas se ela já é excluída, eu classifico essa pessoa em situação de pobreza. Por exemplo, há muitos jovens que são pobres, eu penso que é a oportunidade. Não que é de falta de recurso financeiro, então eu penso que essa pobreza vem mesmo dessa fala de acesso de oportunidades. Eu não penso só pobreza na falta do dinheiro não. É porque têm muitos jovens que acabam se tornando pobres, embora a família tenha uma condição financeira, em razão da droga, por exemplo. E vive em situação de miséria e acaba perdendo o vínculo com a família. Então eu penso assim na questão da pobreza de uma maneira geral, não só aquele que é excluído financeiramente.*

Eu penso que a política pública, não é que ela é o grande vilão, mas em grande parte ela acaba sendo culpada, porque o jovem acaba indo atrás de alternativa. Eu digo que o jovem... eu me preocupo muito com o jovem. Tem muita gente que preocupa muito com o idoso. Mas eu penso que o idoso é, ainda tem o respaldo da sociedade, já construiu alguma coisa, o jovem ainda não, então, quando existe essa falta de oferecer o serviço de disponibilidade mesmo para o jovem, eu penso que aí é que fica o problema da política pública acabar comprometendo mesmo a sociedade.

No trecho seguinte, a entrevistada coloca as limitações da Política Pública nos aspectos preventivos e de atendimento aos usuários em situações de extrema pobreza. É interessante observar a análise que ela faz da organização do sistema e da “falsa” integração decorrente dos bens de consumo aparentemente disponibilizados e acessíveis a todos os entendidos, muitas vezes equivocadamente, como indicadores de integração na sociedade:

Entrevista E - *Por que eu penso que tem coisas que são tão simples. Por exemplo, o jovem, eu penso que o esporte envolve muito o jovem. Eu penso que*

isso é o papel, é o papel do serviço público, seja ele municipal, estadual. E eu penso que tem muita falha nesse sentido. São fatores que depois remediar custa mais caro do que você prevenir. Se investisse no esporte, o envolvimento do jovem, a gente não ia precisar gastar tanto com clínica de recuperação. O município nosso, por exemplo, a gente gasta trezentos mil reais no ano com internação, e a gente não atende todo mundo. Não são todos os jovens. Então assim, prioriza o jovem. Trezentos mil reais, se fossem utilizados como recurso pra prevenir, eu atendo que estaria sendo muito melhor empregado. A questão da política pública eu penso que falta.

Eu acho também que nós temos uma disparidade muito grande. Também da distribuição da renda no país mesmo, aquele extremo, pobreza extrema. Eu acho que vem um monte de coisa junto. Por exemplo, o fato do cidadão não poder adquirir uma moradia por causa de uma política pública de habitação, que ele possa de uma forma controlada, uma forma justa, pagar parcela, por exemplo, de uma casa própria. Ele não tem acesso, a gente não tem política habitacional. Então o que acaba acontecendo? Essa invasão de áreas, grandes áreas, grandes bolsões de pobreza, então começa da má distribuição de áreas. As famílias começam a viver naquela situação de miséria, naquela situação de pobreza, porque vai criar um espaço, uma invasão, que vai comprometer os serviços públicos existentes naquela cidade. Então começa a ter uma desestruturação dos serviços em razão daquele aumento, daquela demanda. (menciona cidade vizinha) está vivendo isso hoje, aquele povo querendo invadir uma área lá. Então assim, acho que grande parte, é a falta de uma política de habitação. Por exemplo, a falta da escolaridade. As pessoas não têm acesso a emprego (menciona cidade onde trabalha), por exemplo, tem muita mão de obra, população não tem qualificação para as empresas. Então acaba que essa necessidade de consumir e essa visão de que tudo é possível acaba empobrecendo ainda mais a população. Vai lá, faz um empréstimo, muita gente faz empréstimo no nome do aposentado que era pra receber quatrocentos e quinze reais, chega no mês o aposentado está esperando receber quatrocentos e quinze reais, só que a família fez empréstimo no nome dele. Ele já não vai mais receber quatrocentos e quinze reais, ele vai receber trezentos e quinze reais, e vai pagar, por exemplo, cem reais de parcela. Então acaba aumentando ainda mais a pobreza. E eu penso, da questão do capitalismo, que é essa necessidade mesmo das pessoas terem as coisas. “O socialismo é bom”, eu não acho bom. A partir do momento que priva as pessoas de liberdade, então já está privando de alguma coisa. Então não adianta ter escola pública. E você não ter liberdade. Eu penso, por isso que eu falo, que em parte eu penso que o grande vilão é a falta de política pública, política de habitação. Política de emprego, a Secretaria de Relação do Trabalho, o que a Secretaria de Relação do Trabalho fez nesses últimos, vamos ver, oito anos? Nada! Não fez nada, nem para outros municípios, nem para o município meu, nem capacitação não houve através da Secretaria de Relações do Trabalho. A incapacitação do jovem. E aí assim, se o município não tem essa preocupação também, o que acontece com o jovem? Fica difícil, porque o município também não consegue investir nisso.

Mesmo a entrevistada tendo como referência a análise acima, prevalece a visão das situações de pobreza como decorrente do “comportamento” dos indivíduos

e ou das famílias e a falta de condições de superação da pobreza pela falta de esforço :

Entrevista E - *E então, essa necessidade das pessoas adquirirem coisas. Se, às vezes, você vai à casa de uma pessoa, não tem nada, mas tem lá uma televisão de vinte e nove polegadas. Não acho que ela não deve ter as vinte e nove polegadas. Mas acaba aquilo sendo pra ela uma prioridade, e uma necessidade que as pessoas têm de consumir isso. Propaganda: compra, paga em trinta meses. Vai aumentando a pobreza. Não sei se talvez a minha visão seja errada. Mas...*

Eu acho que é assim, a pobreza traz a falta de auto-estima e falta de sonhos. As pessoas deixam de almejar uma mudança, deixam de construir sonhos. Elas acabam reproduzindo o que aconteceu com a mãe. Eu penso que os filhos acabam reproduzindo aquela miséria que eles estão vivendo. E eles não precisam viver daquele jeito. É, eu penso que deixam de ter sonhos mesmo, deixam de ter estima, a força de ter uma coisa melhor.

Porque ela acaba reproduzindo tudo aquilo que a mãe viveu. É, assim, ela pára de estudar, ela vai arranjar um namorado, engravida, tem que cuidar da criança, aí não consegue mais estudar porque tem o filho para cuidar, ele também não é preparado. Então as pessoas é que ficam limitadas até de sonhar, de almejar alguma coisa. Eu posso fazer da minha vida uma vida diferente, por isso que algumas pessoas se destacam, porque que o fulano, sei lá, nem vou citar exemplo agora, porque que tal pessoa saiu daquela situação de miséria e hoje ele é um empresário? Porque ele teve um sonho. Eu acho que as pessoas deixam de ter esse sonho, deixam de, de almejar essa mudança, acabam ficando pobre até de espírito, até de vontade, até de esperança, de um futuro diferente. É, é isso que eu falo de falta de estima, falta de buscar oportunidades. Você conversa com as pessoas: e se você voltasse a estudar? Seus filhos estão grandes agora. “Mas eu já tô velha, já tenho quarenta anos”. Eu fico assim. Velha? Quarenta anos? Eu vou fazer quarenta e cinco, já fico assim desesperada.

Eu falo: filha você ainda tem quarenta anos, você ainda pode mudar, você pode ainda conquistar outras coisas. Deixa de incentivar os filhos, a não querer ir à escola. “Eu larguei mão”. Mas largou mão por que, minha filha? Tem que incentivar, vai estudar, você precisa estudar. Antes não precisava de escolaridade pra ser faxineira, agora as empresas exigem segundo grau pra limpar chão. Então vai, vai atrás do seu sonho. Você fala isso pro seu filho?. “Ah, mas agora já não adianta mais, agora ele não quer mais estudar”, mas você não pode desistir, continua incentivando. Olha, já pensou se você tivesse aquilo, já pensou se você conseguisse aquilo”. Então as pessoas deixam de sonhar e acabam acreditando que a vida delas pode ser só aquilo ali, aquele mundinho. Levar as crianças na escola, vai na escola, leva na escola, dá comida quando tem, vai ficar aquele serviço, não é? Vai atrás da igreja para ajudar, vai atrás de alguém que possa contribuir.

A entrevistada segue questionando os caminhos e alternativas oferecidas pelas políticas públicas sem, no entanto, relacioná-las com a não resolutividade e/ou

consequentemente com o sentimento de desesperança dos usuários que descreveu acima:

Entrevista E - *Eu acho que tinha que ter mais assistente e política pública mesmo. Hoje mesmo nós tivemos uma reunião para falar do Ação Jovem. O Ação Jovem tem algumas condições que são ele ir na escola e ele fazer algum curso de capacitação etc. E já é difícil convencer um jovem que está fora da escola pra voltar a estudar. Só que acaba sendo investido ou criado alguns projetos que eles tinham que dar para o jovem, por exemplo, para aquela pessoa. Uma coisa que fala assim: "Puxa! Isso vale a pena eu investir. Isso vale a pena eu me empenhar". Aí você vai criar o Ação Jovem e falar de força de capacitação. Quem vai dar o curso de capacitação? Então assim, a gente ainda não sabe responder isso. Quem que vai incentivar o jovem pra ele praticar esporte, porque é essa proposta do projeto. Tem que ter uma política pública, não só sessenta reais, que é para o objetivo do projeto, tem que ter alguma coisa que chame atenção dessa pessoa e que ela confie naquilo ali como uma política pública. Numa coisa dela saber que vai sair dali e ela vai na unidade de saúde e tem um tratamento. Só que não é o que acontece hoje. Isso não acontece numa política pública, ela não tem uma continuidade. Então eu acho que a gente acaba não tendo sucesso. O sucesso que era esperado, que tudo aquilo que é planejado, sonhado, se realize. Eu penso também que tudo depende de cada pessoa, depende de você querer mudar e você querer fazer, então a hora que você consegue convencer a pessoa de querer fazer, de querer mudar, porque isso é difícil. É, aí não tem, aí você precisa colocar, ele não quer ser, ele não quer mexer em informática? Não. Ele quer mexer em motor de carro, quer aprender a mexer em motor de avião. Porque só mexendo em carro é muito pouco. Ele quer, mas aquilo ali não tem. Então assim, não tem uma coisa, uma proposta desafiadora. Eu penso que na maioria das vezes a gente não consegue por causa disso. O jovem, a gente vê até pelo esporte, ele vai atrás de coisa que dá aquela adrenalina. Que vai pular lá, como é que chama, bungee jump, é isso? Bungee jump? Porque aquilo para ele vai causar aquela adrenalina, aquela coisa diferente. E, hoje, não é assim, dos serviços que são oferecidos, dos cursos que são oferecidos; porque primeiro acaba, não tem continuidade, sai o Zé entra o João, o Zé não da continuidade naquela proposta. Então assim, (menciona cidade vizinha), a gente viu isso acontecer bem na época do SENAI. Na época do (menciona nome de um dos ex-prefeitos), ele implantou o SENAI, entrou o (outro ex-prefeito) tinha os (menciona nome do serviço que é igual o da mulher do ex-prefeito). Eu brinco com as meninas, ele foi tão inteligente que em vez dele pegar e mudar pra (nome da esposa do outro ex-prefeito), que era o nome da mulher dele, não a do antigo prefeito, não, ele acabou com o (nome antigo do serviço). Então é assim, era uma proposta, era uma proposta de atendimento integrado, saúde, educação e assistência social. Mas não, ele achou porque ia carregar o nome da outra pessoa tinha que tirar SENAI em (menciona novamente a cidade). Quanto tempo, como que foi difícil começar esse projeto lá do SENAI. Ele entrou e acabou com o SENAI, pegou todo o material que tinha lá amontoou numa sala e acabou com tudo. Por quê? Porque não virou uma política pública, a política de capacitação profissional para os jovens. Então fica cada um querendo fazer aquilo pra deixar soma, que não é pensando na pessoa. Não querendo investir na pessoa.*

Na sequência, a profissional entrevistada demonstra conhecimento pelas expressões da questão social decorrentes da pobreza e pelas tramas e preconceitos em que estão envolvidos os usuários nesta condição:

ENTREVISTADA E – *Eu penso que, primeiro, a coisa que a gente vê é do próprio relacionamento familiar. É assim, do próprio relacionamento da família. A gente já consegue identificar se tem ou não situação de pobreza. Você começa a identificar através da situação mesmo, o que a família estava passando, desestruturação familiar. Da renda do jovem, por exemplo, a perda para as drogas. Então começa a ter um, um quase lamento da família. Para mim essa família já entra na situação de vulnerabilidade e de pobreza. Pobre é, excluído mesmo, excluído de acesso não só de recurso financeiro.*

Eu penso que a vulnerabilidade, eu identifico a vulnerabilidade mesmo daquele que não é pobre. Então assim, ele está vulnerável e pode ter consequências maiores, está em situação de risco, embora ele seja pobre financeiramente. Um dia a gente discutiu com o secretário assim: tal bairro não precisa do projeto para trabalhar com adolescente. Por quê? Porque naquele bairro não tem pobre, mas olha, naquele bairro a gente tem um índice muito grande de adolescentes usuários de drogas, então eles não são pobres de dinheiro, não é esse o problema, eles estão em situação de vulnerabilidade. A pobreza a gente identifica como falta de recurso financeiro e a vulnerabilidade é correndo o risco. Talvez assim, pobre é aquele que não tem recurso financeiro, aquele que está vulnerável está sujeito a qualquer tipo de risco, não apenas de pobreza. Por exemplo, esse bairro, tem um índice muito grande de adolescentes usuários de drogas, tem professor que não quer dar aula na escola porque a escola tem fama de lugar que tem quadrilha. Tem gente que vende droga dentro da escola. Então não precisa nesse lugar do projeto social? Claro que precisa. Não é porque eles têm casa pra morar. O pai recebe dois salários mínimos e o pessoal tem escolaridade e está fazendo o segundo grau que ele não está vulnerável. Ele está, porque conforme complicar a situação dele lá ele vai roubar, ele vai matar. Então assim, não se rouba e não se mata, não é só porque não tem dinheiro pra comer em casa. É por causa da necessidade de consumir um tênis que custa quinhentos reais, sei lá eu quanto custa, porque eu não pago. Agora para o jovem isso é importante. É importante ele aparecer, ele está com o tênis novo, aquele tênis de marca. Que as pessoas não conseguem identificar o tênis falso, vai lá no shopping genérico, que nem brinca o meu cunhado, e compra uns três tênis de marca. Aí ele vai falar, “aí esse eu não quero porque é falso”. Então, aquela preocupação deles de ter. Então hoje ele não está em situação de vulnerabilidade? Hoje eu recebi uma ligação, agora, um pouquinho antes de vocês chegarem, sobre um problema assim de, na verdade são cinco pessoas que estão debaixo de um viaduto, são jovens. Mas estão ali por que? Eu perguntei ao senhor no telefone. “Olha, eu vou perguntar uma coisa para o senhor, o senhor identificou por acaso se eles são usuários de drogas?”, ele falou: “Eu tenho certeza que são usuários de droga”. Então assim, cinco pessoas, a gente não sabe se são moradores de rua, dá para contar nos dedos moradores de rua em (menciona cidade onde trabalha). Assim, quem são esses jovens? Daqui mesmo! A mãe mora aqui, o pai mora aqui, é usuário de droga, está morando embaixo do viaduto, porque

a mãe não aguentou segurar em casa, está fazendo coisa pior. Aí não conseguiu segurar, está lá morando debaixo do viaduto. Então provavelmente tem família. Provavelmente tem os pais, provavelmente tem casa, mas aí escolhe, eu não sei se esse escolhe aí é a melhor.

No trecho seguinte, a entrevistada analisa a potencialidade das ações preventivas previstas no SUAS e as ações profissionais que poderão ser desenvolvidas para aumentar a resolutividade para os usuários :

Entrevista E - *É assim, o cidadão não tem um documento, vem atrás de ser reconhecido como cidadão. E algumas vezes a gente é usado pra apagar o fogo que já foi aceso. Política de habitação do município, vai trabalhar numa área... Quando você pensa em definir uma área pra reorganização do município acaba tendo que apagar o fogo, porque não se pensou desde o início que você tem que tirar o povo da área de risco. Você acaba vindo pra remediar, pra consertar algumas situações. Enquanto que é, ela poderia ser mais trabalhada mesmo aproveitada como preventiva. Pra trabalhar bastante o preventivo. É preciso definir uma proposta, para aqueles que estão nascendo porque aqueles que estão aqui, estão morrendo com quinze, dezesseis anos.*

E agora é a gente pensar no serviço de Assistência Social voltado pra família. Atendendo a família como um todo. Eu acho que isso é uma proposta do SUAS, descentralizar o serviço pra ele ficar próximo daquela família. Poder trabalhar melhor aquela família, os relacionamentos. Então eu acho que são essas políticas preventivas mesmo, eu penso.

A gente tem uma sociedade cada vez mais distante. Aquela com bastante recurso financeiro e aquela cada vez mais empobrecida. Eu penso que a gente pode minimizar essa questão. Eu acho que, não sei quanto tempo levaria pra que isso fosse possível, mas a gente mesmo acaba desacreditada vendo tanta corrupção. É juiz que era pra defender fazendo umas coisas absurdas, envolvido em crime de pedofilia, de tráfico, umas coisas que acabam a gente desacreditando mesmo nas questões de políticas públicas. Eu acho que a gente não está muito acreditando em algumas mudanças significativas. Eu falo por mim, no momento não acredito.

Eu acredito assim, que todos nós temos um potencial, mas eu penso que esse potencial precisa ser trabalhado. Eu vou dar um exemplo pra você de Renda Cidadã, por exemplo. Aqui, só no CRAS, nós temos mais de cem famílias atendidas pelo Renda Cidadã, do grupo que também trabalha na atividade que é artesanal, aquilo que a gente conseguiu fazer agora. De um grupo, vamos considerar de umas cinqüenta mulheres, três estão trabalhando na feira que acontece aqui, a feira de Natal na praça. Então assim, no grupo de cinqüenta, três. Aí você começa a conversar e você vê que aquela ali tem esse sonho, ela tem essa vontade de mudar, mas a maioria não tem. Elas mesmas acabam deixando de acreditar no potencial delas. Mas, olha, você pode voltar a estudar, pode conquistar isso, pode atingir esse objetivo. Então elas deixaram de acreditar que todo mundo tem um potencial. O que precisa, principalmente, pra essas famílias é o potencial, fazer com que elas voltem a acreditar que têm potencial.

Assim elas voltariam a acreditar que é possível conquistar alguma coisa, né. Eu penso que... Têm famílias que você cerca ela de tudo quanto é projeto, você cerca ela, põe ela no Bolsa Família, põe ela no Renda Cidadã, ela participa de outros projetos. Aí, se põe no projeto de qualificação, aí você começa a procurar e não tem, não tem. Aí você começa a procurar na família quem tem esse sonho, um jovem, uma jovem, um filho, uma filha, aí você tem que procurar quem na família vale investir nele. Ele tem objetivo, ele tem um sonho, ele ainda é possível conquistar alguma coisa, então investir nele, nesse potencial.

Aqui a qualificação profissional para o mercado de trabalho é apresentada pela profissional como indicadora de resolutividade da política e da intervenção profissional:

Entrevista E - *É na conversa com as pessoas que elas começam a ver alternativas, por exemplo: essa moça desse grupo que eu falei que está trabalhando na feira, ela começou a fazer boneca de fuxico. Boneca de fuxico acabou sendo pouco. Então ela começa com a bonequinha de fuxico, aí ela comprou, pra todo mundo que ela conhecia, vendeu, ela começou a fazer toalhinha. Então a pessoa, você percebe na conversa com a pessoa mesmo. Aí ela começa a pensar em alternativas. Faz planos. E se você voltasse a estudar? E se você voltasse a trabalhar? “É verdade, eu podia fazer alguma coisa”. E o Renda Cidadã tem famílias que pegam os sessenta reais e não investe em nada. Tem família que fala: o objetivo do projeto é receber sessenta e você que transforme ele em cento e vinte. Você acha que é possível? Algumas fazem, mas outras comem, não pensa em transformar aqueles sessenta reais em cento e vinte. Quando você está conversando com alguém da família... “Olha, e se você entrasse em tal projeto pra fazer essa qualificação?”, “Ah, mas não dá”. “O que você gosta de fazer?”, “Ah, eu gosto de fazer informática”. “E se a gente colocar você no curso?”, a gente começa a ver a vontade da pessoa. O bom é você identificar a vontade, que ele almeja alguma coisa, ela almeja uma mudança. Têm outras que, “ah, não, curso... e depois aonde eu vou vender isso?”, “Ah não, seus filhos estão grandes, a gente vê, a gente olha”. Comecei um semana passada, os seus meninos têm quatorze, quinze anos, treze. “E se você fizesse o curso de trufa? Começou semana passada, de graça, fornecendo o material. Se fizesse a trufa e depois vendesse a trufa? Olha pensa bem”, “Ah, então, eu não sei, eu nunca me interessei, eu nunca me dei de fazer doce, de fazer essas coisas”. Então a gente fala, a proposta é pobre, é uma proposta pobre, é pobre aprender a fazer trufa? Mas então, começa com a trufa. Hoje você faz trufa, amanhã você está confeitando bolo. Esse exemplo que eu dei era a mãe, não era adolescente, era a mãe. É... Essa proposta de fazer o curso de trufa. O adolescente, por exemplo, tem o de qualificação, a gente teve vários adolescentes que estão empregados, estão no mercado de trabalho, trabalhando como padeiro. Esses dias a gente viu um depoimento de um, de um gerente, do (menciona nome do supermercado), ele dizendo: aquele jovem que veio lá, embora ele use piercing na boca, sei lá onde ele usa piercing, e fale daquele jeito complicado de gíria dele, é o melhor funcionário que eu tenho. Então assim, valeu a pena investir. Se de trinta você conseguiu que oito deles consigam ingressar no mercado de trabalho, ou consigam uma proposta de trabalho, já foi oito. Então*

assim, o que você tem que fazer? Voltar a trabalhar. Saíram e não conseguiram nada? Então tem que ter continuidade do serviço para esses restantes que não conseguiram entrar no mercado de trabalho. Esse exemplo da trufa, por exemplo, se ela não tivesse um sonho, um objetivo, “trufa não me interessa”. Tem curso de informática, ou, sei lá, o que uma mulher pode fazer, mas não, ela não está interessada. Ela não quer nada, não tem sonho mais. É difícil você trabalhar com uma pessoa que deixou de sonhar, ela não sonha em nem mudar a situação dela e nem em mudar a situação dos filhos dela. Eu estou nessa situação porque não tive oportunidade de trabalhar, morei na roça e não tinha escola, só que com o meu filho vai ser diferente. Ela não sonha assim, a minoria sonha assim. Na conversa que a gente tem com as pessoas, não pode deixar de sonhar, não pode deixar de almejar, não pode deixar de conquistar. O que você, se for avaliando, conquistou esses anos? O que você conseguiu mudar na sua situação esse ano?

Falta vontade mesmo da pessoa, falta acessibilidade. Às vezes a gente tem um projeto, mas às vezes a pessoa não tem como chegar naquele projeto, não tem escolaridade. Você vai dar um curso no SENAC, aí ela fala: “Olha, vamos falar do curso que no mínimo não precisa do primeiro grau”. “Ah, então, mas não tem. Porque aí a empresa exige a escolaridade”. Aí as pessoas falam: “aí vocês vão oferecer curso de pobre para pobre”. Porque não tem uma proposta maior, não tem uma proposta só para pobre. Mas vai fazer o quê? Ela não tem escolaridade. Que proposta que você vai fazer de trabalho? Então assim, a questão da escolaridade compromete muito o sucesso da inclusão no mercado de trabalho, o que o jovem, por exemplo, a falta da escolaridade, a falta de informação. Ele vai competir com aquele que já fez informática, já está fazendo curso de inglês, já está fazendo curso de não sei o que? É com aquele que ele vai competir, então o que o mercado exige? A mesma coisa da pessoa portadora de deficiência, desde que ela saiba desempenhar muito bem aquele papel, se não, não. Então, assim, não faz favor para ninguém, ela está fazendo aquele trabalho se ela é capaz.

Como a intervenção profissional é compreendida, pela profissional, como a possibilidade de recolocação no mercado de trabalho, no trecho que segue ela menciona atributos que entende faltar às pessoas em situação de pobreza para que se dê a resolutividade. Interessante que, diante dos atributos faltantes, a entrevistada se desprende da questão da intervenção profissional e salta para a do espontaneísmo e a ajuda:

ENTREVISTADA E - *Às vezes eu brinco com as meninas, mas elas não querem sair dessa situação? É, a gente já tenta fazer com que ela tente sonhar mais, tente buscar mais, mas aquilo ali para ela está bom. Então eu, enquanto brasileira que acredito na liberdade de cada um, acho que cada um tem a liberdade de escolher o que quer. Nós, por exemplo, pegamos um casal de idosos. Ele é mais idoso e ela menos. Aí, como eles estavam morando na rua e tal, nós conseguimos um abrigo, eles foram morar nesse abrigo, porque é casa de idosos. E estavam morando lá, e ele recebe aposentadoria, aí ontem eu recebi uma ligação: “Olha, com*

essa chuva, tem um casal de idoso morador de rua”. Eu falei: “Olha, esse casal de idoso é assim, assim, assim, assim?” Ela disse: “sim!”. “Olha, eles já foram para um abrigo e eles não quiseram morar lá, porque eles disseram que gostam de morar na rua.” Então o que eu posso fazer? Ele tem o benefício, ele tem o dinheiro e eles podem morar na rua, eu não posso pegar e obrigar. Então é decisão de cada um. Cada um tem um objetivo, cada um tem liberdade de escolha. Se a mãe dela, fica lá na casa dela lavando prato, ou se ela escolhe trabalhar fora, ser aeromoça e ir viajar o Brasil, o mundo afora, e assim cada um tem a sua liberdade de escolha. É, eu penso que cada um pode utilizar o seu dinheiro da forma que bem entende. Se ele acha que para ele é importante a televisão de vinte e nove polegadas e mora num chão só de cimento, então cada um faz sua escolha. Eu já preferia ter um piso frio no chão do que uma televisão de vinte e nove polegadas, mas ele prefere ter a TV, assistir à novela, o lazer dele é ver a novela na TV digital. É o sonho de consumo dele, é só aquilo ali.

Se conversar com as meninas, por exemplo, eu falo: “Você não é filha da dona fulana?”, “Eu sou”. “Eu estou vendo que você não me é estranha, porque eu trabalho aqui desde mil e bolinha.” Aí você olha, você vê um sobrenome, aí você fala: “Mas esse sobrenome, como é que chama a sua mãe?”, “Fulana”. Aí você fala assim: “Você é filha da fulana, você vinha desde de toquinha [pequeninha] aqui com ela”. E ela vem com os toquinhos [os filhos] dela pedir também. Então assim, não mudou nada.

Uma pessoa assim, que mora lá no fim do mundo, lá no buraco mesmo, assim, o que vai fazer para ela produzir um sonho para a vida dela? Mas como é que ela produz esse sonho? Depende. Ela não tem acesso a nada, não tem acesso a informação? Às vezes eu fico pensando naquela pessoa lá no meio da roça, lá não sei onde, lá não tem acesso à televisão, não tem acesso a nada. É essa família ou é essa família de (cidade onde trabalha) mesmo? E essa aposta de sonho nessa pessoa, como é que pode fazer isso, ajudar? Se você quiser, essa é a saída. Porque não dá para ficar dependendo do poder público. Por exemplo, tem o trabalho na igreja: a família, a igreja, a pessoa que está na igreja, qualquer cidadão identificou que alguém daquela família, alguém tem um potencial. Aquela família não conseguiu pensar nisso. É o papel do cidadão também. “Olha você já pensou se fizer tal coisa, você gosta do quê? Olha você gosta muito de desenhar. Não gosta?”, “Gosto, gosto muito”, “E se você fizesse um curso?”. Não precisa ser desenhista, não precisa fazer desenhinho, ele pode projetar peça de carro e tal. “Você nunca pensou nisso, que você pode chegar a fazer um carro, um modelo de um carro diferente?”

Eu acho que depende de cada um, de cada cidadão lá na igreja. Aquela pessoa que atende, o padre, o pastor, o operador, o que tem mais, e a pessoa que orienta, sei lá o que, é o orientador na igreja, na escola. Você já pensou em investir nisso? Não precisa desenhar parede, você não precisa ser letrista, desenhar lá a letra do supermercado lá, que é oferta no mercado. Já pensou que você pode desenhar, projetar um carro, projetar uma frota de carro, projetar uma peça de avião? Eu penso que é o papel de cada um. E a gente, quando era criança, ia umas meninas na minha casa, sabe, e assim, elas iam sempre muito sujinhas, sempre muito desarrumadinhas. E como a gente não tinha aquele cabelo armado, aquele cabelo pixaim, era assim, ainda que pixaim, era limpinho. Então aquelas menininhas quando chegavam em casa a gente dava shampoo, lavava com shampoo, o cabelinho ficava cheiroso, penteava o cabelinho todo. E aí, a gente conversava com elas, eu falava: “Olha que cabelo lindo que você tem!”. Mas a gente era adolescente. “Olha, quando você acorda de manhã tem que pentear o cabelinho. Vou dar o

shampoo para você levar”. Aí as meninas vinham sempre com o cabelinho bonitinho, sabe. Não sei se só no dia que elas vinham na minha casa lavava e penteava o cabelo. Mas elas, assim, uma coisa simples que eu quando criança falava pra outra criança, que era muito mais nova que eu, mas eu fazia o meu papel. De fazer com que a outra pessoa veja que o cabelo sujo juntava piolho, o cabelo ficava feio.

Então eu penso que coisa simples a gente pode mudar. A pessoa está lá na roça e ela não tem objetivo nenhum, mas será que o filho dela não tem? Será que ele vai querer criar o porco, a galinha? Será que ele vai querer ser um veterinário para cuidar da fazenda de alguém ou para cuidar da fazenda dele mesmo, de um jeito diferente? Às vezes você consegue identificar ali mesmo: “Gosta de mexer com cavalo? Gosta de mexer com bicho?”. É o papel dos pais também. “E se você fosse aprender a cuidar de bicho também?”.

Ele pode ter um destino diferente investindo naquela terra. O pai tinha um porco, um cavalo, uma galinha e futuramente ele pode ser criador de cavalo de corrida. Eu penso que é papel de cada um de nós. Conforme tem a informação, você multiplica para o outro, leva, orienta. Você faz isso dentro da igreja, você faz isso dentro do supermercado. “Olha, essa embalagem está aberta”, “Ah, mas não sei o que fazer”, “Não pode levar embalagem aberta, porque como é produto que o senhor é tem que consumir em tantos dias e tal, pode ser que entrou um bichinho aí dentro”. No supermercado, e o seu direito de cidadão? “Ah, mas se eu chegar e estiver ruim?”, “A senhora vai no Procon, o Procon fica assim, assim. Tem que reclamar, porque a senhora pagou por uma mercadoria que tem que ter boas condições de consumo. Então vai no Procon”. Então em qualquer lugar você pode orientar, conversar, despertar um sonho na pessoa. Meu filho gosta de desenhar carro, ele fala assim: “Mãe, eu vou ser mecânico”, “Filho, você precisa ser só mecânico? Você pode projetar carro. Já pensou, hein, você fazendo o modelo do seu carro para uma empresa grande? Depois você vê seu carrão aí circulando na rua. Isso, pensa grande, vai desenhando aí, treina mesmo”.

A TENTATIVA DO DISCURSO ARTICULADO E A QUESTÃO DA POBREZA:

Observa-se nos discursos dessas profissionais uma forte identidade com o SUAS e o reconhecimento de sua potencialidade como política de assistência social. No entanto, nas análises que fazem, prevalece o sentimento de desesperança conquistado pela alimentação da ideia de pobreza como acomodação. Interessante que, nas respostas, a ineficiência das intervenções é sempre delegada aos indivíduos, recorrendo-se, como justificativa, até ao fator hereditariedade; no entanto, a eficácia das políticas sociais são pouco questionadas e o “exercício profissional” tampouco é questionado ou mesmo avaliado.

Não se pretende negar que as situações de pobreza desenham estratégias de sobrevivência que perpassam a “malandragem”, a “acomodação”, enfim, uma gama

de atitudes que estão presente não somente nos que vivem em condições de pobreza, mas, também, no interior do sistema. Não defendemos aqui a imagem das pessoas em situação de pobreza como coitadinhos, vítimas do sistema e por isso, livres de julgamentos morais; o que preocupa nesta análise é colocar às tarefas profissionais em que o Serviço Social está envolvido.

Pensar os indivíduos em situação de pobreza no bojo das políticas sociais exige-se que se analise os processos de opressões a que estão expostos e, em decorrência disto, as vulnerabilidades, os riscos e a violação de direitos que sofrem.

A tarefa do serviço social não é a de orientar, a de dar instruções num processo em que parece que os indivíduos “se perderam” e precisam de uma intervenção externa para se encontrarem, até porque:

Assim como outros grupos oprimidos por uma sociedade moderna, mas desigual em suas bases econômicas, a família pobre não é avaliada em seus próprios termos. Sabe-se que as condições indignas e a precariedade das contingências econômicas e sociais que castigam a maioria das famílias brasileiras, podem afetar de forma adversa o desenvolvimento de crianças, adultos e grupos. Entretanto, isso não pode ser considerado regra sem exceção. Muitas vezes estes grupos desenvolvem processos e mecanismos que garantem sua sobrevivência, não só física, mas dos valores de sua identidade cultural, e tornam-se o contexto essencial para o desenvolvimento saudável de seus membros (YUNES:2001, 4).

Ao mesmo tempo em que se fazem uma crítica aos usuários pela conformidade com que acatam a ordem estabelecida, não aparece no discurso dessas profissionais entrevistadas um posicionamento que questione a lógica normativa estabelecida frente à dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista que tem o liberalismo como referência.

Embora, aparentemente pareçam absorver os aspectos de mudanças relacionados ao SUAS, as profissionais em foco ainda demonstram fundamentar-se numa concepção que resiste às mudanças culturais que envolvem toda a sociedade e, portanto, também as pessoas em situação de pobreza, o que resulta numa visão fragmentada que se mostra frágil em sua capacidade de transformação.

Nesse aspecto, a intervenção que propõem é prejudicada pela ausência de um referencial de direitos das pessoas em situação de pobreza que, ao invés de serem compreendidos como usuários e vitimizados pelo sistema, aparecem como os dificultadores do trabalho de assistência social pela sua falta de “condições e/ou esforços” em responder as “alternativas” profissionais que a eles são direcionadas.

3.2.3 – A Predominância da Dinâmica Relacional no Discurso sobre a

Pobreza

Na entrevista que segue, a questão da vulnerabilidade é relacionada à questão da pobreza, em situações de vulnerabilidade que podem resultar em situações de pobreza, o que consideramos bastante relevante uma vez que a “pobreza cria a vulnerabilidade social entendida como somatório de situações de precariedade para além das condições econômicas” (YAZBEK2009):

Entrevistada F - *A pobreza perpassa a questão material, mas de cultura, não só de nível de qualidade, mas questão de cultura mesmo. Eu quero usar muito exemplo daqui, que é o que eu convivo. Têm muitas famílias aqui que pertencem à área de abrangência do CRAS, que procuram o serviço não pela vulnerabilidade econômica, não pela pobreza material, mas pela falta de relacionamento, relacionamento familiar, relacionamento com os filhos, com a comunidade, e para contar com o poder também. Porque eu acho que não pode parar aqui. Um mínimo de um relacionamento, uma pessoa que não tenha um convívio mínimo, seja com um filho, que não tenha convívio mínimo, ela pode não ser vulnerável economicamente, mas isso para mim caracteriza pobreza. Porque o mínimo a pessoa tem que ter, eu acho. Um mínimo de um relacionamento, um mínimo de diálogo, um mínimo de saber o que acontece ali no contexto familiar. Em termos, é isso daí. A pessoa que não consegue fazer isso independente da situação socioeconômica, ela não consegue fazer. Eu penso que existe a pobreza material, que é o que a gente mais trabalha, o que nós mais convivemos aqui no CRAS. Mas, fora isso, também tem a pobreza de ser humano mesmo. De você não ter relacionamento, afeto nenhum.*

A profissional relaciona as inseguranças e incertezas que cercam o cotidiano das pessoas, considerando que “Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência..) ou vinculadas à violência, ao território, à representação política dentre outros,” (ALMEIDA,2009, 8) também as afetam e deverão ser consideradas na intervenção profissional. Tal análise alarga as possibilidades de intervenção profissional e relaciona pobreza à vulnerabilidade:

Entrevistada F - *Todos os grupos que são trabalhados, todos os temas que são trabalhados no grupo, nas discussões, as famílias ficam muito nisso. “Ai, eu não vou. Ai, eu não posso porque eu sou pobre. Ai, eu sou pobre, não sei o que lá. Eu sou humilhado. Ah, eu tenho vergonha de estar pedindo”. (...) Têm famílias que preferem comer tomate do que ir na Promoção [Social] pedir uma cesta básica*

porque têm vergonha disso daí, de ser humilhado. E isso é muito forte em todos os grupos, sem exceção. (...) Estou falando que eu sei, na história material eram pobres mesmo e estão trabalhando, todos os membros da casa estão trabalhando. E continua aquela situação de pobreza, continua não tendo, não é não tendo as coisas! Continua naquela situação de, até assim, questão de higiene, questão de relacionamento. Tudo culpa: “Ah, é porque eu não tenho dinheiro”, tudo culpa isso. “Ah, é porque nós somos pobres”. E agora, a família que está com uma renda que dá para viver e que continua com esse aspecto, não continua na mesma pobreza? Para mim continua!

Ela tem o básico, o que comer, o que vestir, tem até uma graninha se quiser sair. Mais ali, o contexto familiar continua igual. Para mim, não saiu da situação. Pode não ser de pobreza, mais de vulnerabilidade. Está na mesma situação de vulnerabilidade.

O SUAS. Eu acho que está aí: trabalhar essa questão do contexto familiar. O Serviço Social tem que partir para esse lado. Trabalhar o indivíduo na comunidade, trabalhar o indivíduo no contexto familiar. Porque aí eleva tudo. Eleva a auto-estima, tem a valorização. E aí, está ainda dentro dessa pobreza que eu falo que não é só material.

O que eu entendo como contexto familiar são as relações ali, dele mesmo, nem só familiares, mas pessoas que residem ali, no mesmo local. Entendo isso como contexto familiar. Para mim é aquele relacionamento entre eles, ali, que convivem na mesma casa, que tem dependência de família entre eles. Então, primeiro trabalhar isso, essa questão, e depois trabalhar com a comunidade. Contexto familiar são pessoas de dentro da residência que convivem diretamente. Contexto familiar às vezes perpassa também um pouco isso aí, mas um vizinho que todo dia você vê ele, todo dia você conversa, aquela rede ali que a pessoa...

Tem a questão da competitividade. Você não dá, ele que fala que... você dá oportunidades iguais e aí cabe a cada um aproveitar. A gente sabe que isso não é assim, não dá essas oportunidades iguais. Então, ninguém vai ter, uma pessoa assim jamais vai poder competir com um filho de empresário. Então eu acho que daí é que saiu a questão da pobreza. Dessa falta de oportunidades para todos, dessa falsa ideia de que tudo é igual. E se sobressai melhor, sobressai quem tem melhores oportunidades! Quem tem mais oportunidades? Obviamente quem tem melhor condição. Então para mim [o capitalismo] é o principal culpado por isso.

No próximo, trecho a entrevistada demonstra conhecimento e afinidade com as principais concepções contidas no SUAS, ampliando ainda sua análise de forma coerente ao preconizado como proposta no documento “tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, que descreve como função do trabalho social a proteção social básica: “Trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das

famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo”(2009,6)³⁷:

Entrevistada F - *Com a população em situação de pobreza, eu acho que o trabalho do SUAS é um trabalho muito importante porque através dele você abrange, é uma linha vertical que você abrange várias na horizontal. Você vai trabalhar a questão da renda, você vai trabalhar a questão ainda em relação da auto-estima. Então, acho que você tem oportunidade de trabalhar todo esse contexto familiar e comunitário. Dentro do SUAS, eu acho um questão de valorização mesmo de vínculo familiar e comunitário. Nos próprios projetos isso é o principal.*

Porque eu acho que dá para você trabalhar, por exemplo, a questão da renda. A família não tem o mínimo. Igual o exemplo dessa família da cooperativa: você vai fazer um acompanhamento dessa família. Você não vai colocar ela lá e acabou. Então a família, recebendo o dinheiro, ela tem essa questão de vontade de mudar. Porque, se deixar, é o que mais fala: “A gente está sem trabalho”. Eles acham que perdem a dignidade. Então, acho que a questão de você poder ir no mercado, comprar alguma coisa, de você poder escolher. Se tem a farinha cara e a barata você pode pegar a cara porque é melhor. Então, você pode ir lá e pegar porque o dinheiro é seu, ninguém vai ficar te cobrando. E depois, dentro desses próprios grupos dá para você trabalhar a questão de relacionamento mesmo, entre eles. A formação de líderes, eu acho muito legal, porque só em projetos assim, botar a mão na massa, que dá para você realmente delegar algumas responsabilidades e, dali, surgir alguns líderes. Até então, estava morno, não sabia o que era. E eu estou falando por experiência própria. A cooperativa aqui de material reciclável está surpreendendo. São pessoas que antes a gente não dava em nada mesmo. Falava: “Vai colocar [na cooperativa], com certeza essa pessoa vai sair!” Pára! É presidente, vice presidente [da cooperativa] hoje.

Tem aquelas que, por mais que você fale que não tem, mas tem gente acomodada. Então, as famílias que querem a inclusão produtiva, é feito um cadastro. Então, vai chamando aos poucos. Mas não são todos que tem interesse. E assim, se tem interesse numa outra, num outro tipo de serviço, também nós tentamos viabilizar.

Um outro trabalho é o grupo de convivência. É um grupo que eu acho muito importante. Eu tenho ele como um grupo excepcional. Porque, assim, é de convivência com os pais mais idosos e filhos. E estava tendo problemas de relacionamento. Os pais não sabiam como lidar com isso. Os pais mais velhos com os filhos novos, novinhos, sete ou oito anos, não davam mais conta de acompanhar. Sabe aquele esquema “Não dá mais conta de acompanhar”? Se montou um grupo com essas pessoas e é trabalhado essa questão. E aí, a gente traz todo tipo de orientação.

Este grupo tem uma história muito legal que é a participação dos homens. Não vem só a mãe: vêm o pai e a mãe, vêm os dois. Então eu acho que é um grupo também muito interessante.

O CRAS visa um apoio a essas famílias daqui, que procuram a gente. Porque fora nós, quando a gente vê que já perpassa, o nosso acompanhamento é um ponto

³⁷ Documento em construção que deverá ser apreciado por ocasião da conferência Nacional de Assistência Social que acontecerá em Dezembro de 2009 em Brasília-DF.

de apoio para a situação vulnerável. Então, tem que ter uma política de emprego às vezes para o pai. Se bem que eu acho que isso não existe. Por não ter o que comer dentro de casa tem que ter uma série de outras coisas fora, e não só o CRAS, Secretaria de Emprego, Secretaria de Habitação, Secretaria de tudo. Quando chega nessa questão de não depender de um CRAS, depende de uma política inteira. Nessa parte, precisa de uma rede de sistemas para isso. Então tem uma hora em que não dá mais.

No trecho seguinte, a entrevistada coloca sua visão sobre a necessidade do trabalho profissional combater a estigmatização que atinge as pessoas em situação de pobreza. É interessante a forma como ela analisa a população como parceiros e reais conhecedores da realidade do território, numa concepção coerente entre profissional e usuários quando tomamos como referência que a assistência social é uma intervenção profissional no âmbito das políticas sociais:

Entrevistada F - *A dificuldade da pobreza é esta estigmatização da pessoa. Ele não acredita mesmo nele. Acho que este é um dos principais efeitos. Porque o estigmatizado que eu falo, ele mesmo se estigmatiza. Então: “Eu não vou prestar vestibular porque eu sou pobre”. Ninguém está falando isso. “Vai lá prestar para ver se você consegue bolsa ou não, aí vamos ver”, “Não, não vou prestar porque eu sou pobre. Como que eu vou fazer uma faculdade lá se eu não vou nem tentar procurar um emprego, porque...”. A gente vê essa população daqui como parceiros. Porque assim, realmente quando a gente quer, todo mundo é assim, quando quer se unir por uma causa, se une e ganha. Não tem quem não consiga ver essa coisa. Então a gente vê ele como parceiro, a potencialidade de saber, saber o que realmente é legal para o bairro ou não. A gente vai pensar: “nós estamos aqui das 7h30 às 15h de segunda a sexta. Quem mora aqui? Então a gente vê essa população como potencial deles, para parceiros de ideias. Ontem nós tivemos uma reunião de todos os nossos grupos em que eles tomavam atitudes. Assim você percebe quem tem uma visão mais crítica da situação. E ontem à noite a gente fez uma reunião com essas pessoas e elas sabem exatamente o que o bairro tem de bom e o que o bairro tem de ruim. E uma coisa que eu acho muito legal aqui é quando você sabe o que o bairro tem de bom, que vai fazer alguma coisa, há união neles. Só precisa ser assim, melhor trabalhado, por não ter esse exercício. Eles são muito unidos quando precisam fazer alguma coisa para o bairro. É de saber o que acontece aqui. Não é uma população que só mora aqui. Eles sabem o que acontece.*

A gente vê boa parte das famílias que estão aqui, algumas são sim acomodadas com essa situação e se contentam em receber a cesta básica. Mas boa parte não. Realmente por não ter oportunidade. E é aí que está, por não ter tido a oportunidade, está aqui e se encontra dessa forma. Primeiro o que eu acho dessa situação é a força de vontade, de sair da situação. Se bem que aqui é uma área, e que dentro dessa área dá para dividir as áreas que o pessoal está acomodado, acostumado com o assistencialismo. Dentro de uma área só dá para dividir aqueles que estão em busca de alguma coisa e os que não estão querendo.

Muitas famílias acham que o trabalho do CRAS é ajuda. Nossa gente trabalha muito isso, o que é. A gente é pago para isso. Então vem, procura, mas acha que é ajuda, que tem vergonha, que acha que é favor.

A única coisa que a gente percebe aqui é essa questão de não existir opinião própria. Tudo o que você faz está bom. Mesmo quando não tem resultado, mas está fazendo, está bom. Essa questão ainda é de assistencialismo. Precisa distinguir, saber que não é assim. Vai na creche e não tem vaga? Vai na polícia! Você vai ver se não vai ter. É obrigado. Você vai ao postinho, não tem vaga? Faz um boletim de ocorrência. É obrigado a atender. Como que uma família que está lá, não pode ser atendida? Acham que se tiver que morrer: “Ah, Deus quis assim”. Isso eu acho o cúmulo: “As coisas acontecem porque têm que acontecer”. Alguma coisa a gente pode mudar.

Como isso é um processo em grupo, é mostrando para a comunidade o poder que ela tem. Eu acho que esse caminho é por aí. Mostrando a força que ela tem perante tudo. Um bairro que nem esse, que têm 10 mil pessoas, você junta um tanto e vai lá no prefeito para você ver se você não consegue tudo o que quer.

Eu entendo o trabalho sócio-educativo como uma forma da família buscar informação, buscar orientação, buscar o conhecimento de algumas coisas. Eu acho que o trabalho tem de ser com uma equipe interdisciplinar. Porque dentro da família como um todo eu acredito que não só o Assistente Social, acho que tem que ter assim, um psicólogo, tem que ter pedagogo, tem que ter um educador social para informar, orientar. Às vezes é necessário até um acompanhamento inicial ali. Lógico, não fazendo com que a família fique dependente, não faz nada sem profissional. Então, ele é dependente daquele serviço. Mas, às vezes, é necessário até um acompanhamento. O trabalho sócio-educativo para essas famílias que a vulnerabilidade não é econômica, ele tem que ser um gerador de economia. A família tem que entender bem todo o processo. Eu acho que tem que partir daí. Então o trabalho sócio-educativo eu entendo como isso, gerador de economia, quando a questão não é só econômica.

A entrevistada demonstra otimismo e credibilidade na resolução do trabalho relacionado às pessoas em situação de pobreza, evidenciando confiabilidade do SUAS como impulsionador da Política de Assistência Social. Neste sentido, a forma como são descritos os usuários faz toda a diferença pois, na análise da profissional, sobressai a visão das situações de vulnerabilidade de usuários com potencialidade para cooperar e participar dos trabalhos sociais propostos; trata-se de uma visão que não estigmatiza e não culpabiliza os indivíduos, mas trata-os como cidadãos de direitos, o que demonstrando sintonia com o discurso da Política e intervenção profissional.

Trata-se, enfim, de uma visão onde não parece haver um antagonismo entre a concepção do “perfil” dos usuários em situação de pobreza e a intervenção e visão política demonstrada.

A DINÂMICA RELACIONAL E A QUESTÃO DA POBREZA:

Embora já tenha sido tratada neste documento a importância do SUAS como sistema que garanta maiores possibilidades de intervenção a Política de Assistência Social, é importante colocar que o conceito de usuários trazidos por ele também exige uma ampliação na visão do profissional responsável por sua implementação, alargando-se por caminhos em torno de temas centrais que não eram percorridos pela ação na Assistência Social e não aprofundavam proteção social como, por exemplo, a questão de gênero, etnia, meio ambiente, desafios para os quais, infelizmente, têm surgido propostas de atividades duvidosas quando relacionadas a uma política social destinada a atender vulnerabilidades, risco e violação de direitos, e que podem ser exemplificadas pelas terapias familiar e comunitária, em detrimento de uma visão onde o usuário seja visto como receptor de uma dívida social e para tanto o trabalho social deverá conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais, na perspectiva de incluir “os invisíveis”, onde:

(..), a escuta, a acolhida, a orientação, a referência e a contra-referência a articulação em rede são funções realizadas a partir de um serviço público, que tem nome, é da prefeitura e se chama “referência”, porque ele é referência para a Assistência Social daquele território. Isso significa que ele tem a função receptiva e ativa, e, para cumprir esta função ativa, o profissional deve se deslocar do seu espaço físico para conhecer o território, abordar famílias, acessar os cadastros, fazer visitas domiciliares, conectar com a rede, as organizações, as lideranças, as pessoas representativas, as redes solidárias, os movimentos sociais, sem confundir este trabalho com do órgão gestor, mas realizando, no território de abrangência, uma conexão para que o usuário tenha as suas necessidades respondidas e satisfeitas, com garantia de acesso à rede socioassistencial e de articulação na rede das demais políticas públicas. (CHIACHIO, 2007 p. 30)

Neste sentido, a dinâmica relacional contida no SUAS deve servir de referência para a compreensão de que o conceito de pobreza não deve estar restrito à renda, e que a dinâmica relacional possui imbricações com a questão da pobreza, embora essas associações só podem ser realizadas perante as situações dos indivíduos e famílias.

3.3 – O Serviço Social e a Questão da Pobreza

O Serviço Social como profissão tem, desde sua origem, profundo embricamento com a questão da pobreza enquanto manifestação da questão social.³⁸ Afinal, as desigualdades que geram a pobreza são determinantes para efetivação de ações que possam reduzi-las e ou minimizá-las como fenômeno.

Depois de muita luta e movimentos no interior da profissão, podemos afirmar que o entendimento da questão social é considerado ponto fundamental para um exercício profissional condizente com a realidade.

Porém, como profissional liberal, é possível encontrar no interior da profissão posicionamentos destoantes sobre o significado do fazer profissional que merecem ser modificados, considerando-se que “o processo de renovação profissional, exigiu uma atualização da formação acadêmica que, muito corretamente, está ancorando o projeto formativo na intervenção sobre a ‘questão social’” (Neto, 2001, p. 41).

Neste sentido, é importante esclarecer a existência de diferentes concepções e de polêmica a respeito da questão social na contemporaneidade³⁹, impulsionadas pelas mudanças do capital em curso já abordadas nesta tese. Porém, é importante resgatar a contribuição de YAZBEK(2004) que, ao discutir as manifestações da questão social na atualidade, coloca a questão da pobreza, juntamente com a exclusão social, como as manifestações mais presentes na realidade, alertando que, para o Serviço Social compreender a questão social “como elemento central para a ação profissional necessariamente é preciso considerar a questão da divisão social em classes, cuja apropriação de riquezas socialmente gerada é extremamente diferenciada” (YAZBEK :2004: 33).

Assim, é de preocupar a forma como a questão da pobreza é colocada pelos profissionais entrevistados, especialmente em um momento histórico em que a pobreza aparece como agudizadora da questão social: minimizada e ancorada por

³⁸ Mesmo que em suas origens não fosse essa a referência para intervenção profissional.

³⁹ Alguns autores, como Rossanvalon, tratam da existência de uma “nova questão social”. No âmbito do serviço social, o texto de Pereira questiona a extensão da “questão” pela inexistência de enfrentamento à altura por parte de forças sociais estratégicas.

um discurso já questionado, inclusive, pelo modelo liberal⁴⁰, quanto à eficácia nas políticas sociais⁴¹.

SEN insere a discussão sobre a pobreza no argumento da justiça social, focando que ela não pode ser restrita ao argumento da renda e salientando que a desigualdade pode ser vista em termos de realizações, obtendo-se liberdades como condições para realizar o que se deseja. E como as peculiaridades pessoais e sociais das pessoas variam, observam-se variações interpessoais na conversão de recursos e bens primários em realizações (Sen, 1999, P.117).

Concordamos com SEN(1999) sobre o fato de a pobreza que não poder ser abordada apenas pela falta de renda, embora uma renda inadequada configure uma forte predisposição para uma vida pobre, e salientamos a abrangência da abordagem da pobreza como privação de capacidades, ressaltando os seguintes argumentos:

1) A pobreza pode, sensatamente, ser identificada em termos de privação de capacidades: a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente⁴² importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente);

2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades);

3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN: 1999, P110).

Ainda de acordo com YAZBEK(2003), a pobreza não se reduz às privações materiais. Constitui-se também pobreza de direitos a situação em que a maioria dos trabalhadores brasileiros vive com poucos recursos e com dificuldades para se colocar no mercado de trabalho, o que provoca, entre outras questões, o “*inacabament*” de seu sentido como classe. Assim, a autora ressalta que, no Brasil, vão se constituindo faces de uma pobreza material e moral que necessitam ser

⁴⁰ Conforme já abordado neste trabalho, a pobreza como sobrevivência inspirada no discurso Malthussiano e que prevaleceu no Brasil até os anos 50, na atualidade é negada inclusive pelo Banco Mundial devido a sua ineficiência para criação de políticas públicas com efetividade.

⁴¹ É importante destacar que, embora considerada obsoleto, o discurso da abordagem da pobreza como sobrevivência ainda é predominante e justificador nos critérios selecionadores dos usuários das políticas destinadas a resolver a pobreza, impulsionando uma cultura política conservadora conforme trataremos a seguir.

⁴² Grifo do autor.

compreendidas nas teias constitutivas das relações sociais que caracterizam a sociedade brasileira contemporânea (YAZBEK, 2003,p. 66).

Nesse sentido, a pobreza, assim como a subalternidade, é apontada pela autora como “a situação de privação social, econômica, cultural e política, resultante das diferenciações internas das classes subalternas e vivenciada” (YAZBEK, 2003, p.67) na busca de seu reconhecimento e direitos sociais⁴³.

Estes aspectos são imprescindíveis para uma análise mais abrangente das ações profissionais em relação à pobreza, bem como dos alcances possíveis em seu enfrentamento.

Mesmo não querendo apresentar uma visão endógena da profissão, é importante para nós, os trabalhadores sociais, que vemos cotidianamente as questões sociais se agravarem e, a cada dia, nascerem novos desdobramentos a partir delas, encarar diversos desafios: superar a estagnação do pensamento crítico; buscar parcerias; ter clareza do nosso papel profissional nessa conjuntura, para que possamos trabalhar interdisciplinaridade, já que os problemas sociais do novo milênio superam o nosso conhecimento profissional; dominar o nosso arcabouço jurídico já que vivemos em um Estado de Direito, pois as leis podem ser utilizadas em benefício dos desfavorecidos (programas focais de pobreza); enfim, buscarmos ser coerentes com as nossas diretrizes éticas profissionais.

3.4 – A Prevalência da Cultura Política Conservadora no Discurso Profissional

É necessário esclarecer que a análise da efetivação de uma política pública exige estudo de vários aspectos. Não é possível extrair apenas de sua concepção os elementos que a constituem; é necessário analisar sua concepção, gestão, controle social e financiamento público.

No entanto, os aspectos relativos à pobreza demonstrados na pesquisa feita entre as profissionais da área comprometem a efetivação da Política de Assistência Social preconizadas e referendadas pelo SUA/NOB 2005, pela cultura política por elas assumidas, que demonstra afinidade com a perspectiva liberal⁴⁴, o que pode propiciar

⁴³ Acréscimo nosso.

⁴⁴ A visão liberal defende a política pública como complementar e/ou na impossibilidade do trabalho sendo que o pobre é sempre definido como pessoas acomodadas para buscarem no mercado condições de bem estar. Sendo assim, a questão da pobreza é definida como problema individual, não demonstrando seus vínculos históricos com a forma como a sociedade está organizada.

uma intervenção conservadora reiteradora do assistencialismo e clientelismo:

Cultura política (...) refere-se a uma perspectiva de cultura que oferece elementos à sociedade para que esta busque os sentidos de suas formas de organização e das relações construídas pelos diferentes grupos e sujeitos sociais; cultura como “práticas sociais”, voltadas para o campo do domínio das idéias; e cultura como “um modo de vida global (Hall, 2003: 136 apud Oliveira).

Sobre esse aspecto OLIVEIRA(2007) ressalta que estas dimensões da cultura política apontam para a construção das relações e das interações entre sujeitos sociais coletivos. São as práticas sociais, o fazer cotidiano, o dia a dia que constroem diferentes pontos de relação entre diferentes sujeitos, os quais geralmente expressam seus valores, crenças, hábitos e modo de atuação sociopolítica a partir de suas interações. Ainda sobre a mesma perspectiva, entre outras questões, GOHN (1999: 59) considera que cultura política trata do comportamento de indivíduos nas ações coletivas; assim, é possível afirmar que a cultura política que envolve a Assistência Social tem sido mais enraizada no fazer profissional dos assistentes sociais com seus avanços conceituais formalizados.

Ao analisar os efeitos da cultura política sobre a política de Assistência Social, OLIVEIRA (2004: 24) reafirma que a cultura política que acompanha a história da Assistência Social tem sido capaz de legitimá-la como ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte. Há ainda o enfoque neoliberal de que à esses predestinados cabe o apoio moral da sociedade que, no desejo de socorrê-los, confirmam sua submissão e dependência a uma lógica perversa e legitimadora das desigualdades e inferioridade.

As famílias, na descrição feita pelos profissionais entrevistados, não aparecem como desamparadas pelo não acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade e nem tão pouco como sujeitos em busca de direitos sociais, mas ganham adjetivos desqualificadores, sejam por suas características e/ou pelo desânimo demonstrado por seus membros frente à difícil tarefa de lutar diariamente para garantir sua sobrevivência. Tais características estão envolvidas com os estereótipos que a lógica liberal atribui às famílias pobres. O profissional que deveria ser o facilitador dos acessos é apontado como o dificultador dos próprios sujeitos em situação de pobreza, contribuindo para incrementar a visão de famílias pobres em um panorama de conflito, negligência e acomodação que justifica a provisoriedade dos mesmos na utilização dos seus direitos sociais. O “olhar” profissional sobre as pessoas em

situação de pobreza propicia a precariedade da política social destinada à eles e reitera a cultura política da subserviência.

Neste sentido, é preciso observar que:

São as práticas sociais, o fazer cotidiano, o dia a dia que constróem diferentes pontos de relação entre diferentes sujeitos, os quais geralmente expressam seus valores, crenças, hábitos e modo de atuação sociopolítica a partir de suas interações. A cultura é a globalidade da vida, não se separa do sujeito e nem do seu cotidiano, está entranhada na prática social tanto quanto a prática está imersa no cotidiano (OLIVEIRA 2007,p.27).

Desta forma, a cultura conservadora da Política de Assistência aparece incorporada no parecer dos profissionais, corroborando para a continuidade do que Abreu denomina de “padrão que sobrepõe critérios meritocráticos às condições de necessidades vividas pelo trabalhador”, pois, frente às crescentes demandas das classes subalternas e os limites dos recursos existentes busca-se, no perfil do usuário, critérios para a seletividade. Dessa forma:

Historicamente, a seleção dos aptos para o processo de “ajuda” independente das modalidades das práticas assistenciais, impõe formas de enquadramento dos sujeitos envolvidos em certas normas de condutas, desde que inscritos em determinadas condições de vida (ABREU, 2002: p.103).

Assim, apóiam, mesmo que involuntariamente, a efetivação da anti-política⁴⁵ legitimada pela intervenção profissional.

É fato que a situação de pobreza pode trazer desalento, desmotivação diante da incerteza da possibilidade de sair dessa situação e da desconfiança de continuidade e efetividade dos programas sociais. Da forma como historicamente se apresentam as políticas sociais no Brasil, é mais fácil acreditarem em um padrinho influente do que lutarem pela efetividade dos direitos sociais. FALEIROS(1985) assinala que:

No contexto da responsabilização do indivíduo, da família ou da comunidade, aos pobres cabe somente o engajamento na participação da gestão limitada de sua vida cotidiana ou nos projetos feitos de cima para baixo (FALEIROS, 1985, p. 193).

⁴⁵ Conforme descrito anteriormente refere-se a ações pontuadas como política social, mas realizadas como ações de ajuda, sem critérios de política social, mas denominada como tal.

Corroborando para a perpetuação do que Sales coloca como “cidadania concedida, que está na gênese da construção de nossa cidadania, contraditoriamente vinculada à não-cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares de cidadania civil.” (Sales:1993,p.2). Conforme o que DEMO(1988)coloca como “pobreza política”, e considerando que pobre também é aquele que sofre:

Repressão do acesso às vantagens sociais, aquele que não tem seus direitos sociais garantidos, não tem sua cidadania efetivada, é considerado um alienado. A sociedade capitalista torna aqueles que foram privados de sua cidadania, como sujeitos desadaptados. Por isso, pobreza é sempre também humilhação, degradação, subserviência e não só fome (DEMO, 1988: 11).

Dessa forma, este seria o terreno fértil para a efetivação do trabalho social, realizado por meio do atendimento imediato do acesso dos setores mais pobres da sociedade à benefícios e serviços sociais básicos, o que, conforme preconiza o SUAS, significa integralidade no acesso a proteção social de forma resolutiva e continuada:

A intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades burocráticas institucionais, para não limitar suas atividades sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de uma ideologia moralizante. Isso significa que a complexificação e diferenciação das necessidades sociais, conforme apontada no SUAS e na PNAS, e que atribui à Assistência Social as funções de proteção básica e especial, com foco de atuação na ‘matricialidade sócio-familiar’, não deve restringir a intervenção profissional às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades individuais e grupais (Brasília, CFP/CFESS, 2007: 11).

Para ser uma política de combate à pobreza e de redução das desigualdades sociais, é preciso que a Política de Assistência Social, necessariamente, ganhe visibilidade no que se refere à sua significação e extensão, ou seja, como a principal política social destinada aos subalternizados. É preciso, também, impetrar a extensão da pobreza numa análise do capitalismo, fazendo uma revisão profunda e criativa no que diz respeito às ações e estratégias destinadas ao atendimento dos direitos sociais dos indivíduos em situação de pobreza.

3.5 – Limites e Possibilidades da Política de Assistência Social e a Questão da Pobreza

As políticas assistenciais, na sociedade capitalista, principalmente nos países onde não prevalece o *Welfare State*, têm dificuldades de serem implantadas com todos os requisitos de política social. No Brasil, devido a sua história e protoformas, prevalece a cultura política de ser implementada e compreendida como “ajuda e benesse”:

Historicamente, nos outros países, aqueles que estão fora do contrato contributivo têm direito ao que chamamos de políticas de assistência social, que têm uma dimensão redistributiva: os idosos, as mulheres, os doentes, os inválidos, as crianças etc. No Brasil, durante pelo menos cinquenta anos, essa gente não existia do ponto de vista legal. Toda política de assistência social sempre foi desenvolvida nos termos das entidades de filantropia, financiadas, inclusive, pelo Estado (TELLES: 2000 , p.51)

De acordo com essa análise, há ênfase no sentido de que a filantropia⁴⁶ constituiu o estilo como esta política institui-se no Brasil, permitindo que as ações da política de Assistência Social sejam realizadas sob a ótica da caridade, fora do debate público e fora de qualquer mecanismo de representação política, portanto, à margem do mundo público da lei.

Ainda como consequência, ainda esbarramos na forma de entendimento de que as ações deveriam viabilizar direitos sociais como “ajuda” a ser prestada somente para aqueles que fazem jus a tal merecimento, o que significa, em outras palavras, que para ser integrado ao sistema de benefícios, é preciso ser considerado suficientemente pobre e ser suficientemente esforçado

Essa perspectiva se evidencia na não inserção das pessoas em situação de pobreza na esfera dos escassos direitos sociais destinados aos considerados cidadãos brasileiros, tornando a questão da pobreza pouco discutida como efeito do sistema capitalista e prevalecente como questão individual. Historicamente, a perspectiva filantrópica impregnou a Política de Assistência Social e sua forma de tratamento de direitos como benesse, causando a divisão entre bons e maus pobres,

⁴⁶ Como sentido de filantropia podemos compreender o fato da política de assistência social ter sido feita historicamente mediada por subvenções do Estado a Entidade filantrópicas sem a devida conotação de política social.

baseada nos comportamentos e expectativas dentro da possibilidade de integração social. Assim, “foi extraordinariamente incentivada ao mesmo tempo em que eram celebradas as virtudes do indivíduo empreendedor, vitorioso no mercado de trabalho, vitorioso naquilo que chamamos de individualismo possessivo, aquele que constrói seu próprio destino a partir do seu empenho. Em contrapartida, a perspectiva da filantropia era a de promover e ajudar aqueles que, por acidentes da vida, não podiam ser indivíduos autônomos e livres” (TELLES: 2000 , p.53).

Dessa forma, não é possível admitir a permanência desta cultura política na Assistência Social. O entendimento da questão da pobreza trazido pelos profissionais entrevistados enfatiza uma ação que se aproxima da “ajuda e colaboração”, e não dos direitos sociais em atendimento à injustiça social que representa a pobreza, considerando que a “incidência do clientelismo na Assistência Social pode ser caracterizada como decisiva, no sentido de imprimir a essa política uma cultura que fragiliza a ideia de direito e fortalece a ideia de dádiva e favor” (Oliveira, 2003: 24).

Na sociedade, e principalmente em torno dos estudiosos da política social, os debates em torno da questão da pobreza têm como uma de suas questões centrais a polêmica *universalidade e focalização das políticas sociais*⁴⁷. Além disso, enfrentam-se dificuldades acerca dos escassos recursos da seguridade social e do enfoque dado às políticas assistenciais⁴⁸, e, no âmbito restrito da Assistência Social, a discussão da eficácia das mudanças trazidas pelo SUAS/NOB 2005⁴⁹, no tocante ao atendimento dos direitos sociais de pessoas em situação de pobreza.

Apesar de os questionamentos à respeito do atendimento da questão da pobreza no Brasil serem praticamente restritos às ações assistenciais⁵⁰ e estarem em um enfoque de política pública, se analisada a história desta política, identificamos o momento atual como significativo e profícuo para consolidar as questões que envolvem direitos sociais das pessoas em situação da pobreza em ações mais abrangentes.

⁴⁷ Sobre esses aspectos citamos TELLES, COHN, IPEA, YAZBEK, ente outros.

⁴⁸ Debate travado por Neto, BOSCHETTI, BERLING, PEREIRA, entre outros.

⁴⁹ Trazidos por SPOSATI, YASBEK, COUTO, CARVALHO entre outros.

⁵⁰ Neste sentido, conforme já ressaltado, entendemos que várias políticas sociais realizam atendimento assistencial, porém a Política de Assistência Social após a promulgação do SUAS, identifica como Política de Assistência Social ações que visam a oferecer proteção social as pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza, entendemos que esta proteção social tem caráter diferente das ações assistenciais das demais políticas uma vez que visa a oferecer acesso aos direitos sócio-assistenciais.

Ainda é preciso ressaltar que os avanços formais que envolvem esta política é luta da categoria profissional dos Assistentes Sociais, que sempre travou batalhas por seu reconhecimento.

Assim, é de extrema preocupação o entendimento de pobreza defendido pelos profissionais entrevistados. Em suma, as descrições feitas por eles vão na contramão das concepções adotadas pelos estudiosos do assunto e, principalmente, pela utilizada na Política Nacional de Assistência Social, que referenda o SUAS.

Nesse contexto é preciso reafirmar que a proposta referendada pelo SUAS visa a incorporar o atendimento aos direitos sociais de pessoas em situação de pobreza dando segurança diante de uma sociedade desigual. Sendo assim, deve-se desenvolver uma direção social diferente da ajuda, pois “direito supõe uma medida de igualdade, de justiça, e uma partilha pela qual histórica, política e socialmente se faz a diferença entre o que se refere aos costumes, azares, e, portanto, não é regulado pelas formas da lei; e aquilo que se refere às regras de igualdade e justiça nas relações sociais.” (TELLES 2000).

É importante considerar que o profissional de Serviço Social está imbuído, entre outras questões, da tarefa de se colocar à frente dessa política e o equívoco conceitual sobre a pobreza poderá, mesmo involuntariamente, levar a continuidade de uma intervenção conservadora, sem a intenção de ruptura com o modelo social vigente, pois no agir profissional:

Essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico/prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira ‘acima’ da história. Isso implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural (IAMAMOTO, 1994: 37).

A posição simplista e conservadora sobre a pobreza e dos alcances e funções da Política de Assistência Social demonstram, da parte das entrevistadas, uma desatualização profissional e a incorporação da lógica conservadora da pobreza, tornando a profissão, assim, um alicerce para o clientelismo, numa relação que deveria ser de direito, corroborado por meio do fazer profissional. A colaboração “caracterizada como decisiva, no sentido de imprimir a essa política uma cultura que

fragiliza a ideia do direito e fortalece a idéia da dádiva e do favor” (Oliveira, 2003, p. 29).

Nesta perspectiva, OLIVEIRA(2003) ainda nos alerta que na Política de Assistência Social, ao lado de proposições e práticas inovadoras, traduzidas por nós pelas inovações trazidas pelo SUAS, parecem estar contidas mentalidades e valores típicos das culturas de traços conservador, que estimulam ações emergenciais de caridade e pronto-socorro aos pobres. Em nossas considerações, é nisso que pode se transformar as ações profissionais realizadas como preconizadas pelo SUAS, mas que conservam uma concepção equivocada relacionada aos usuários em situação de pobreza. Trata-se assim de analisar que:

(...) as prioridades com que são assumidas as questões de combate à pobreza e à desigualdade social, bem como as formas e timings de sua concretização, podem diferenciar posições conservadoras, liberais ou democráticas no trato da questão social. Ou seja, se a efetividade da Assistência Social, como política integrante do sistema de proteção social, está relacionada, entre outros fatores, à Cultura Política que sustenta suas ações, que comportamentos políticos se inscrevem nesse contexto? A que modelos de Assistência Social dão origem? (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

Os organismos formais da profissão consideram que “a formação, experiência e intervenção histórica dos(as) Assistentes Sociais nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores(as), como atribuem a esses(as) profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFP/CFESS,2007 p. 16). Dessa forma, está reiterada a importância e a extensão da presença do Serviço Social nos avanços desta política. O mesmo documento considera que “inserção profissional deve estar alicerçada numa visão crítica da Assistência Social e em um compromisso com as urgências da sociedade brasileira. Entretanto, não basta discutir sobre as melhores técnicas e estratégias de atuação dos(as) profissionais. Para fazer avançar a qualidade dessa atuação, é imprescindível discutir as concepções e as metodologias de trabalho que orientam a Política da Assistência Social” (CFP/CFESS, 2007: 21).

Nesse contexto, é esperado dos profissionais que atuam no SUAS a compreensão do fazer profissional do Assistente social, reconhecendo que:

Ao integrar a equipe dos trabalhadores no âmbito da política e Assistência Social, esses profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar em

equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizar o indivíduo pela sua condição sócio-econômica (Brasília, CFP/CFESS, 2007: 38).

Assim, não se trata de reduzir o Serviço Social às ações propiciadas pela Assistência Social, nem tampouco de negar seu papel na luta incessante para o aumento de seu reconhecimento como política pública, mas, de colocar algumas inquietações com relação a algumas concepções desviantes referente a intervenção profissional.

Trata-se de concepções que podem restringir o usuário no encontro com seus direitos, o que representa uma dificuldade imensurável na implementação do SUAS e que atrapalha a inserção do Serviço Social como profissão destinada a ancorar mudanças no modelo social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as políticas sociais, no Estado capitalista, também cumprem o papel de garantir e atender aos interesses da classe subalterna, todos os profissionais envolvidos em sua implementação deveriam fazer uso de estratégias operacionais respaldadas por uma rede de conceitos atualizada, capaz de embasar coerentemente suas ações e a elas dar forma. Somente assim, de fato, as políticas sociais poderão atingir os objetivos a que se propõem.

Nesse sentido, tanto a utilização de pressupostos já ultrapassados como uma compreensão limitada dos conceitos mais atuais concernentes não só aos objetivos, mas, também, às ações propostas pelas políticas públicas atrapalham o desempenho e o exercício da função dos trabalhadores das áreas sociais, na medida em que não colaboram para a conquista dos resultados esperados nem tampouco atendem aos interesses para os quais elas foram instituídas; além disso, representam um limite a mais na já limitada eficácia das políticas sociais que não consegue atender, integralmente, a fratura social denunciada pelas inúmeras expressões sociais.

No Brasil, conforme já foi tratado neste documento, alguns autores nos fazem atentar para a existência de um sistema de proteção social que privilegiou setores da sociedade formalmente situados no mercado de trabalho, em detrimento de outros segmentos. Exemplificando, temos o fato de o conceito de cidadão ser, historicamente, construído e entendido a partir do lugar que se ocupa na produção e no consumo, ou seja, tal exemplo indica que ainda prevalece, na sociedade brasileira, a ideia de que as políticas sociais são um direito apenas dos que trabalham em conformidade com os interesses econômicos em curso. É com o respaldo dessa forma de pensar que estabelecem-se direitos sociais e instituem-se políticas sociais sem caráter universal. É também por meio dessa ideia que políticas sociais de caráter transitório – em que as intervenções podem ser extintas a qualquer tempo - são implantadas como respostas emergenciais à algumas expressões sociais.

Corroboram com esses argumentos o fato de a ideologia liberal conservadora ter encontrado, no Brasil, terreno fértil para imprimir na sociedade o ideal de mercado como horizonte do bem estar, atingível somente por meio do trabalho e esforço

pessoal. As situações adversas, nesse caso, são consideradas questões temporárias, e requerem, do Estado, apenas ações emergenciais mediadas por apoio moral que têm por finalidade levar o sujeito a buscar, novamente, no mercado, o conteúdo faltante.

Em função e como consequência dessas características, as políticas sociais brasileiras têm sido pautadas por um impreciso entendimento – e inconsistentes discussões – a respeito de direito de cidadania e seu vínculo com as expressões das questões sociais que surgem em decorrência do modelo social em curso. É esse olhar dirigido aos direitos sociais que engendra as várias formas de desigualdade social, até mesmo entre os indivíduos da classe que vive do trabalho.

Cabe ressaltar que a Constituição de 88, por meio da luta do movimento social, reverteu, no plano jurídico-formal, o caráter emergencial das políticas sociais, consagrando-as como direitos sociais. No entanto, ainda promovemos ações que nos distanciam muito da realidade preconizada pela Constituição, pois nelas conservamos as marcas impressas no passado.

Nesse cenário em que muitas discussões a respeito de políticas sociais ganham relevância – tais como, por exemplo, a falta de recursos suficientes e a prevalência, tanto do modelo centralizador quanto da perspectiva social em curso, que priorizam o econômico, em detrimento do social –, consideramos que, no Brasil, uma ganha particular importância: a pobreza.

Diante de uma conjuntura tão adversa, em que não se discute os nexos existentes entre a precarização econômica dos sujeitos e a falta de proteção social que eles enfrentam diante do caos social, preocupa-nos alguns fatos: de um lado, o de haver uma despolitização em relação à questão da pobreza: de outro, a centralização – nas discussões sobre ela –, na culpabilização dos sujeitos nessas condições. Ou seja, preocupa-nos a forma como a questão da pobreza aparece desassociada das diretrizes econômicas em curso.

A questão da pobreza sempre constou da agenda de prioridades das políticas públicas, mas como política de caráter assistencial, e mesmo com todas as lutas travadas para que fosse reconhecida como política social universal – que visa a atender os direitos de todos –, ela atingiu somente alguns setores da sociedade, em particular os organizados e politizados, deixando de lado a parcela da população que é subalternizada pelo sistema capitalista.

Assim, como no Brasil prevalece o pensamento liberal de que as classes subalternas dependem exclusivamente de seus próprios esforços individuais para enfrentamento das dificuldades vivenciadas, resultantes do modelo social vigente, é inegável a importância dos sujeitos coletivos para influenciarem no processo de mudança dessa realidade, de modo que se possa alcançar um novo patamar nas políticas sociais.

Como as políticas sociais assistenciais no Brasil foram entendidas, majoritariamente, como privilégio, dádiva e favor, em detrimento dos direitos de cidadania, seu recorte assistencial situou-se, ideologicamente, como clientelismo delegado àqueles considerados merecedores – e até aos não merecedores, dependendo dos interesses políticos em questão. Tal situação criou “uma extraordinária confusão histórica, que é persistente, entre direito e ajuda, direito e proteção aos desvalidos. Foi nessa matriz que o cidadão brasileiro aprendeu a pensar em direitos sociais” (TELLES:2000).

No momento atual, com a agudização da questão social, o Estado Brasileiro visa a atender os direitos das pessoas em situação de pobreza e estender a elas os direitos sociais. COHN (1996) pontua algumas preocupações sobre o conteúdo do documento lançado pelo Governo Federal referente às políticas sociais no Brasil:

(...) quanto ao debate, ora tão em voga, sobre a universalização ou focalização das políticas sociais, pautado pela escassez – absoluta ou relativa – de recursos públicos para fazer frente às funções progressivamente assumidas pelo Estado na área social, perde conteúdo substantivo, desnudando sua dimensão ideológica, uma vez que não é esta a questão central. De fato, em uma sociedade arcada por tão profundas desigualdades de toda ordem – a começar pela distribuição de renda – e distribuída de forma tão heterogênea pelo território nacional, enfrentar a questão da pobreza significa formular programas e políticas sociais que contemplem a distinção entre aqueles voltados para o alívio da pobreza e para a superação da pobreza [República Federativa do Brasil (1995 in COHN)].

É interessante observar como, em nosso país, as discussões sobre a pobreza têm se dado pelo viés da focalização da questão, em detrimento das visões mais abrangentes, com maior referência e potencialidade. Segundo COHN (1996), as questões sobre a pobreza podem ser compreendidas como “aquelas de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizadas naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais” (COHN:

1996). É óbvio que, numa sociedade capitalista, o horizonte razoável e alcançável por meio das políticas sociais é o da universalidade, exercida com um padrão mínimo de qualidade, mas, para isso, as análises a respeito delas devem ser feitas considerando-se aspectos históricos e conjunturais, e esse é um ponto que não pode permanecer perdido nas reflexões, até porque a discussão sobre a qualidade da Política de Assistência Social não a torna obscura, pelo contrário, colabora para que a perspectiva de universalidade seja melhor compreendida.

Uma outra questão que merece enfrentamento por parte dos responsáveis pelas políticas sociais refere-se às ações implementadas X extensão do problema e, nesse contexto, deve ser discutido o trato das manifestações da questão social pela política de Assistência Social, pois, de acordo com Ianni, as explicações “naturalizam” a questão social, transfigurando as desigualdades sociais. Não se pretende justificar que o trato da pobreza deva se dar, exclusivamente, pela Política de Assistência Social, mas reafirmar a importância de uma política social constituída de todos os preceitos necessários a uma política. Aliás, é importante ressaltar que, no Brasil, o trato da pobreza pelo viés da política social já significa um avanço, pois, até bem pouco tempo, a questão da pobreza era tratada somente por voluntariados, de forma gratuita, como uma prática encoberta pela lógica da racionalidade política e econômica (CAMURÇA:2005. p.42) e que pode ser exemplificada pelo programa “Comunidade Solidária”, vigente durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas, se, atualmente, ainda estamos subordinados aos ditames das diretrizes neoliberais – cuja política econômica agrava a questão da pobreza –, também é verdade que temos tentado exercer o reconhecimento dos direitos sociais das pessoas em situação de pobreza, o que, obviamente, representa um salto qualitativo no trato da questão, embora não deva servir para que nos acomodemos já que, mesmo que formalmente incluídos, de fato, os setores subalternizados da sociedade ainda encontram dificuldades para serem vistos como sujeitos de direitos e, conseqüentemente, de serem atendidos como tal.

Também é preciso ressaltar que não se tem discutido sobre quais são os direitos a serem atendidos, nem tão pouco sobre a qualidade dos serviços prestados, isso porque:

A dificuldade de se entender o que é direito social reside, pois, no legado da nossa história: é uma noção, uma prática e também uma cultura política que formula os direitos sociais, seja nos termos corporativos e tutelares do Estado, seja nos termos da gestão filantrópica da pobreza. Por isso, hoje em dia no Brasil, quando se fala em direitos sociais, há uma confusão muito grande entre direito, ajuda e proteção (TELLES:2000).

Entendemos, então, que, para concretizar a eficiência do atendimento dos direitos sociais das pessoas em situação de pobreza, é preciso estabelecer uma nova cultura para as políticas sociais, ou seja, para que ganhem relevância nessa sociedade, os direitos sociais deverão ser culturalmente reconhecidos como tal:

A cultura, costumes, valores, comportamentos configuram a argamassa que une a pessoa à realidade social por meio das relações e das interações. Por isso, a cultura assume uma condição sine qua non no processo de mudança social. Qualquer que seja a perspectiva de mudança passará pela dimensão cultural. Assim, é forçoso reconhecer que a cultura assume categoria importante no desvendamento da organização social e dos padrões estabelecidos na sociedade (OLIVEIRA2007,7).

Concordando com o teor da citação acima, podemos afirmar que a história das Políticas Sociais Assistenciais no Brasil estabeleceu uma cultura política que atrapalha o seu próprio desempenho, pois, para ocultar seu potencial vínculo com a existência das expressões da questão social, geralmente, o Estado designa profissionais que possam trabalhar com essas expressões.

A cultura política, entendida “como conjunto de crenças, atitudes e comportamentos, onde coexistem práticas tradicionais e inovadoras, evidenciadas a partir da realidade social” (OLIVEIRA 2007,7):

Refere-se a uma perspectiva de cultura que oferece elementos à sociedade para que esta busque os sentidos de suas formas de organização e das relações construídas pelos diferentes grupos e sujeitos sociais; cultura como “práticas sociais”, voltadas para o campo do domínio das ideias; e cultura como “um modo de vida global” (Hall, 2003: p. 136). Estas dimensões apontam para a construção das relações e das interações entre sujeitos sociais coletivos. São as práticas sociais, o fazer cotidiano, o dia a dia que constrói diferentes pontos de relação entre diferentes sujeitos os quais geralmente expressam seus valores, crenças, hábitos e modo de atuação sociopolítica a partir de suas interações. OLIVEIRA 2007-7

Da cultura política prevalecente no Brasil, nasce o entendimento de que as políticas sociais estão destituídas de atributos necessários. Tal realidade deve ser superada por toda a sociedade, mas, com particular importância, pelos profissionais envolvidos na formulação e execução das propostas direcionadas aos segmentos

subalternizados. Para isso, é necessário que se analise a concepção das expressões da questão social a serem atendidas, Garantindo-se um direcionamento tal que permita que as expressões sejam reconhecidas como forma de denúncia de um sistema que explora, divide e, ao mesmo tempo, precisa dessa problemática para manter-se enquanto sistema, mesmo que nos discursos ideológicos elas apareçam como problemas individuais, como é o caso das pessoas em situação de pobreza.

Um dos profissionais mais requisitados para realizar esse trabalho é o Assistente Social, cuja tarefa é a de garantir, diante da instituição, que sejam assegurados os direitos das classes subalternas, e, a estas, o suporte necessário para a resolução do problema e o aparato social que visa a manter sob controle os conflitos gerados pela organização do sistema:

A base própria da sua profissionalidade, as políticas sociais, conformam um terreno de conflitos – e este é o aspecto decisivo – constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo proletário, elas se mostram como territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tensionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas” (NETTO, 2000: 78).

Cabe, assim, ressaltar que o aspecto contraditório da intervenção profissional, entre outras coisas, traz a necessidade de que o exercício profissional do Assistente Social seja realizado com clareza em relação ao seu papel e das consequências políticas e sociais decorrentes do referencial teórico por ele adotado. É fato que não esgotamos aqui os desafios da profissão diante das políticas sociais, nem tão pouco extraímos daqui a complexidade que deriva do trabalho profissional com políticas muitas vezes incompletas em sua formulação, dos entraves que permeiam os objetivos profissionais e os institucionais e da extensão das tarefas delegadas aos profissionais, entretanto, é preciso considerar que o exercício da profissão de Assistente Social exige um posicionamento profissional que reflita o conhecimento que deve ter sobre as manifestações sociais, as consequências delas na vida dos indivíduos, além da clareza sobre os limites e as possibilidades das políticas sociais com que trabalham.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa realizada são preocupantes, pois trazem à tona a predominância do discurso conservador, em que a maioria desses requisitos são desconsiderados e ou ignorados. O conservadorismo se expressa

pela particularidade das análises realizadas pelas entrevistadas, ora por não reconhecerem os direitos das pessoas em situação de pobreza, ora estabelecendo parâmetros e/ou condições – normalmente ligados às atividades profissionais – para o acesso aos direitos, sem se darem conta de que essa postura se liga e fortalece a forma como a sociedade está organizada no momento.

As interpretações da realidade, nos relatos, se inscrevem tanto na perspectiva em que a política social não é reconhecida e, portanto, desnecessária no que se refere a saldar a dívida social com as pessoas em situação de pobreza, uma vez que não há dívida, mas, sim, falta de empenho dos indivíduos, como na eficiência da política que só não produz resultados devido a falta de atributos dos usuários, o que é característico do discurso conservador, em que predomina a visão de que os indivíduos são acomodados e cheios de atitudes que provocam a “problemática” da pobreza. Com essas atitudes, essas profissionais usurpam da classe subalternizada a possibilidade de utilização dos programas sociais, alimentando a crença de que, se eles não existissem, as pessoas que vivem em situação de pobreza se esforçariam para entrar no mercado por meio do trabalho. Nessa linha, a intervenção do Serviço Social está voltada, apenas, para apresentar aos indivíduos os caminhos promissores para o êxito, dentre eles, a preconizada necessidade de mudança de atitude.

Outra questão inquietante que aparece no conteúdo das entrevistas realizadas é a do discurso denominado aqui como ‘a tentativa do discurso articulado’, em que, ao mesmo tempo em que fazem uma análise das limitações e possibilidades das políticas sociais brasileiras, propõem que seja realizada uma seleção dos usuários a serem atendidos, sobre os quais o profissional deveria enfatizar sua intervenção, em geral aqueles que demonstram interesse e aptidão para o trabalho e que se esforcem para se “readaptarem” ao sistema. Na análise que realizam, aqueles que não demonstram tais atributos são descritos como casos crônicos e acomodados na política. Nessa situação, a intervenção profissional está voltada para colaborar com aqueles que podem adentrar ao mercado e, futuramente, tornarem-se autônomo em relação as políticas sociais.

Em outro bloco de entrevistas, pudemos observar a predominância da descrição da dinâmica relacional, onde a pobreza é vista como fenômeno multidimensional que demanda esforços profissionais em todas as diretrizes propostas pelas políticas e onde o profissional visa a potencializar recursos para o

atendimento dos interesses dos usuários. Nessa visão, a intervenção feita a partir dos interesses dos usuários localiza necessidades que não são apenas monetárias e objetivos vão além da adesão ao sistema.

Na maioria das análises feitas pelas profissionais entrevistadas, os usuários são apresentados como pessoas em situação de acomodação, o que faz com que permaneçam em situação de pobreza e ainda diminui a possibilidade das intervenções profissionais. Prevalece uma visão conservadora onde:

A individualização dos “casos sociais”, em detrimento do reconhecimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a “clientela” do Serviço Social, é a outra característica marcante dessa atividade profissional. Os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, como potencialidade a serem desenvolvidas, desde que estimuladas, cuja dignidade de seres humanos e cuja liberdade merecem respeito do profissional. Porém, tais características tendem a ser apreendidas sem vinculação com suas bases materiais, isto é, subjetivamente e apartadas da situação social devida dos “clientes” transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional.(IAMAMOTO 1993,31)

Embora as análises também apresentem “tolerância e compreensão” para com as situações individuais, principalmente quando identificam nas pessoas “esforços” para ultrapassarem a situação de pobreza, o olhar profissional está sempre voltado para a possibilidade de integração social ao sistema, atitude que corrobora com visão de Assistência Social como uma prática, e não como uma política

Por essas considerações, a concepção distorcida sobre pobreza pode ser apontada como um elemento de fragilização da potencialidade de um trabalho exitoso, e, embora em muitas análises apareçam conceitos que deveriam remeter a uma intervenção transformadora, a descrição feita dos sujeitos nos faz crer que as ações propostas por tais profissionais resultam numa prática conservadora que visa a integrar os sujeitos ao sistema.

Mas esses posicionamentos não demonstram o pensamento isolado de alguns profissionais, pelo contrário, refletem o pensamento de muitos profissionais que estão na linha de frente das políticas sociais, ávidos ou não de boa vontade em realizá-las, e que não obtém o resultado esperado devido, entre outros fatores, ao entendimento equivocado que fazem das consequências das expressões da questão social para os usuários atendidos.

Nessas situações, a intervenção profissional efetiva-se por meio das aspirações colocadas pelas instituições e por pessoas que têm uma equivocada visão de seu papel:

Ganham relevo as atividades de pesquisa e classificação da população cliente, que sempre constaram como uma das atribuições básicas do assistente social, como pressuposto para a concessão de auxílios e benefícios sociais. Apenas o conhecimento empírico, mesmo que circunscrito à área sob intervenção, viabilizaria aquela interação. Essa atividade de pesquisa, realizada muitas vezes através da visita domiciliar, busca na realidade identificar elementos que compõem o modo de vida e de existência do proletariado, o que possibilita uma hierarquização dos riscos sociais a que estão sujeitos os indivíduos, famílias e grupos sociais, e a conseqüente delimitação de uma população, alvo preferencial a ser atingido pelos programas assistenciais e pelo serviço social. A hierarquização dos riscos obedece a uma classificação baseada numa escala de "tipos de desajustamento biopsicosociais" que estigmatiza e rotula a população, e informa aos organismos institucionais a atitude a assumir perante cada grupo, atitude que pode oscilar de medidas paliativas rotineiras à multiplicidade de iniciativas de intervenção e controle (IAMAMOTO 1993,32).

Embora a PNAS preconize outra direção e sentido às ações, que possibilitam ampliar o seu alcance, o olhar profissional ainda está voltado para a cultura política da Assistência Social que se orienta pela perspectiva da antipolítica, baseada na ajuda e na fiscalização do comportamento e na potencialidade dos usuários na situação de pobreza. Com isso, não se pretende minimizar a questão, como se a política social pudesse eliminar a pobreza, principalmente no caso da análise em que se particulariza a questão no âmbito da Política de Assistência Social, mas demonstrar que o conceito adotado impulsiona a intervenção.

Se o entendimento perpassa a concepção, no caso da pobreza é preciso retomar o que afirma RODRIGUES JR(1999):

Para entender a pobreza em suas diversas manifestações, deve-se observar e explicar a desigualdade social. Deve-se indagar sobre os particulares processos de acumulação que historicamente foram se consolidando, daí porque o tema pobreza envolve discutir as raízes que explicam as profundas desigualdades que estão se consolidando, e outras já consolidadas, em nossa sociedade. O que interessa é saber as causas que geram desigualdades tão flagrantes entre a população, de modo que não basta a distinção e classificação dos pobres, pois também é necessário analisar os sistemas de valores e de normas que respaldam essas desigualdades, os processos econômicos globais que lhes outorgam materialidade e as estratégias políticas que lhes legitimam (RODRIGUES JÚNIOR: 1999).

Se as causas que originam a pobreza não forem amplamente analisadas, tendo como referência sua função dentro do sistema capitalista, passam a ser os sujeitos – e não o sistema – os causadores da pobreza. Ainda, o fato de se afirmar, de forma tão simplista, que os indivíduos, voluntariamente, possuem meios para resolver a questão a que estão expostos, sustenta uma relação em que as políticas sociais são apenas um meio transitório e impulsionador dos sujeitos, o que permite inferir que a forma conservadora de pensar as políticas sociais são preponderantes no agir profissional. É desse modo que persiste uma relação de conformidade entre a falta de políticas sociais mais abrangentes e a falta de reconhecimento dos direitos sociais das pessoas em situação de pobreza.

Não estamos nos referindo a uma visão simplista que determina que a pobreza, dentro do sistema capitalista, seja tratada por políticas sociais, pelo contrário, achamos importante assinalar que as políticas sociais funcionam como um paliativo à continuidade da exploração do sistema. No entanto, a falta de políticas sociais eficazes traz maior atrocidade e desumanidade às situações decorrentes dela.

Neste sentido, a NOB/SUAS representa um avanço qualitativo no trato das expressões sociais advindas da pobreza, reafirmando os avanços contidos na Constituição e LOAS e trazendo, pela primeira vez, para a esfera da gestão, a nitidez do que deverá ser tratado como política de Assistência Social.

O fato de a maioria dos municípios serem subordinados a União no que se refere aos recursos públicos para área de Assistência Social faz com que, formalmente, eles tenham de se adequar para garantir a continuidade dos repasses de recursos e, embora muito dos aspectos formais já estabelecidos não tenham sido suficientes para garantir qualidade na política de Assistência Social, a formalidade colocada atualmente traz conjuntamente uma nova forma de organização de serviços e, o mais importante, destina a Política de Assistência Social à prestação de Proteção Social aos usuários em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. Dessa forma, o nosso entendimento, conforme já exposto em outros capítulos deste documento, é de que o SUAS visa a esclarecer o que pode ser chamado de política.

Mesmo não sendo objeto deste trabalho, é preciso abordar o conceito de Proteção Social pelo viés da continuidade, segurança e qualidade para que não se configure, na prática, numa visão minimalista, os conceitos de necessidades básicas

e mínimos sociais, que na gestão ganharam uma perspectiva aquém das possíveis e estabelecidas pelo pacto civilizatório em vigor.

Ainda é importante assinalar que, devido a história que norteia a construção da política de Assistência Social e seus vínculos explícitos com a questão da pobreza, nessa política esses efeitos podem ser mais facilmente percebidos. Nesse sentido, há muito que se construir no âmbito do Serviço Social, especialmente se considerarmos todas as discussões que permeiam a questão da pobreza na atualidade, como a presença do discurso conservador que pode ser considerada uma ameaça à efetivação da Política de Assistência Social e aos seus usuários.

Tendo como parâmetro os acúmulos e peculiaridades da profissão, é preciso retomar o que nos aponta IAMAMOTO (2007) ao se referir à função do conhecimento das expressões sociais para o desempenho do exercício profissional:

Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais cotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas (IAMAMOTO, 2007: 62).

Assim, o conceito e as consequências da pobreza deveriam tornar-se referência principal no trato das políticas assistenciais. Se entendermos a questão da pobreza, é possível dimensionar suas consequências na vida cotidiana dos sujeitos que a vivenciam e assim proporcionar ações mais abrangentes e menos sectárias.

Acreditamos que a concepção que o profissional tem a respeito da “questão da pobreza” determinará as explicações sociais implícitas e, principalmente, o entendimento de como essa “experiência” atinge os sujeitos e explica algumas de suas reações sociais. Por isso, a predominância da cultura conservadora no discurso profissional é constrangedora na medida em que propicia uma intervenção profissional com poucos questionamentos em relação à sociedade capitalista, questão fundamental para compreender a complexidade da questão, pois:

A compreensão da esfera da cultura é fundamental para os assistentes sociais à medida que as suas ações profissionais, travadas na relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais, permitem

identificar os modos como se forma a identidade social, o senso comum, a função das ideologias, dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chamou de conformismo e, ao mesmo tempo, a forma de superá-lo, uma vez que este, também, é o terreno para a criação de uma vontade política capaz de romper com a razão instrumental que funda a ordem capitalista (Simionato 2001).

Parece-nos que, se o projeto ético e político da profissão não orienta o fazer profissional, pelo menos é preciso reconhecer algumas tensões e contradições que afetam o desenvolvimento dessas diretrizes na intervenção profissional. Uma dessas tensões, talvez, se refira ao fato de que o projeto hegemônico burguês continue sendo referência para a reformulação de práticas tradicionais revestidas de um discurso progressista, mas recheado por posições conservadoras.

Também analisamos que a concepção adotada no que se relaciona a pobreza permite que os usuários das políticas sociais sejam descritos como bons e maus pobres e, conseqüentemente, merecedores ou não merecedores de ajuda – e não de direitos.

Um outro aspecto analisado é o fato de que os vínculos implícitos entre a questão da pobreza e as necessidades impostas pelo sistema capitalista são minimizados, prevalecendo no perfil do usuário o maior obstáculo para efetivação da política. Trata-se de um discurso simplista e minimalista da questão que praticamente não encontra sustentação teórica e que tem como base a integração dos sujeitos às condições sociais existentes.

É lógico que não se pretende aqui generalizar este discurso como do Serviço Social, mas sim constatar ainda a presença deste discurso em profissionais de Serviço Social; e ainda, e mais importante, em profissionais encarregados no seu dia a dia pela implementação desta política, enquanto o que deveria nortear os profissionais é permeado por outra visão onde:

O Serviço Social, ao se constituir como uma profissão que atua, predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, transporte habitação, tem o grande desafio de se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articular aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção. Esses são os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo.(BOSCHETTI2006.19)

Por mais que a Política de Assistência Social como política pública seja referendada, a concepção implícita que se tem dela é uma política focalizada nos merecedores e esforçados, que vivenciam a situação de pobreza por um “acaso do destino” e que, no entanto, buscarão com méritos próprios sair desta situação.

Neste caso, cai por terra conceitos referendados e recomendados pelo SUAS, como vulnerabilidade, risco, violação de direitos, assim como a recomendação do reconhecimento do território e estudo das demandas. Basta o olhar “clínico” do profissional para identificar, baseado no seu referencial ideológico, as situações de pobreza que devem ser alvo dos esforços da política pública.

Desta forma, os usuários da Política de Assistência Social são colocados à margem da esfera de direitos referendados no arcabouço jurídico no país, já que a situação em que se encontram foram causadas por eles que, em alguns casos, foram descritos inclusive como usurpadores do Estado. Fica o questionamento: como é possível combater o caldo cultural que mantém a Assistência Social como uma política pública afiançadora de direitos se não reconhecemos os usuários como detentores de direitos? Sendo assim é possível dizer que este tipo de postura ameaça a implantação do SUAS.

A preocupação com a formação continuada para o SUAS tem sido constante tanto para os gestores públicos quanto para os organismos formais da categoria. No entanto, trazemos aqui a preocupação com a força das justificativas ideológicas conservadoras. De que forma é possível rompê-las? Como deveríamos agir para romper de vez com os discursos conservadores no âmbito da profissão? Não se trata aqui de mera questão de mudança de métodos, mas de uma pedagogia que implica transformar os modos estabelecendo uma relação de como construir conhecimentos que orientem o agir profissional numa direção mais apropriada, ou seja, em consonância com os direitos dos usuários.

Talvez uma das saídas seja colocar no centro das discussões os temas decorrentes das expressões da questão social, trazendo, assim, para o enfrentamento, a tentativa de desconstruir ideologias conservadoras que acompanham o fazer profissional. Nesse sentido, é preciso ingerir que os novos conceitos apreendidos não poderão ser, de fato, utilizados se não houver o reconhecimento daqueles que têm direitos, apesar de estarem, ainda, aquém deles, quer sejam os pobres.

Outra questão muito pouco enfrentada na profissão é a pseudo-dicotomia entre teoria e prática que permite que alguns profissionais deformem o exercício da formação teórica que perpassa a formação profissional. Não se trata aqui de uma tentativa fugaz de uniformizar o discurso profissional, mas de apropriar a profissão aos seus compromissos éticos e políticos, lembrando que:

Afirmamos o compromisso profissional com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado. Importantes investimentos acadêmicos e profissionais foram realizados no sentido de se construir uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientadas por uma perspectiva teórico metodológica apoiada na teoria social crítica e em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico, norteadores do projeto de profissão que defendemos. É nesse quadro de renovação do Serviço Social nos campos da formação acadêmica – em suas indissociáveis dimensões de pesquisa, ensino e extensão – e do trabalho profissional na órbita das políticas sociais, que se atualiza o debate sobre a questão social e a formação profissional em Serviço Social no contexto das novas relações de poder e da diversidade latinoamericana, tema central deste XVIII Seminário Latino-americano de Escolas de Serviço Social. (IAMAMOTO, 2004, p. 6)

Por outro lado, como podemos manter a intenção de ruptura do Serviço Social se nossa intervenção esta pautada pela intenção de conformismo? Sobre essa questão, pedimos licença por reduzir o campo de análise, tomando como empréstimo as preocupações de DAGNINO(2000) ao refletir as consequências na contemporaneidade do processo de democratização brasileiro. Conforme salienta NETTO (1999), os projetos profissionais surgem articulados aos projetos societários a partir das condições conjunturais favoráveis da realidade. São projeções coletivas da profissão que envolvem sujeitos individuais e coletivos sendo, por isso, um universo heterogêneo que expressa contradições e conflitos (NETTO, 1999). Assim, cabe na reflexão da função do nosso projeto ético-político a forma como poderemos conduzi-lo no exercício profissional para que ele não seja apenas uma referência teórica, mas sim o guia impulsionador de nossas intervenções profissionais. Nesses posicionamentos:

Uma dessas inflexões é a necessidade de conferir um maior peso explicativo à noção de projeto político, no nível teórico, e em consequência, investir, no nível empírico, na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa, e especialmente no esforço de desvendar a crescente opacidade construída por referências comuns, através da explicitação dos deslocamentos de sentido que sofrem. Estamos usando o termo projetos políticos num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000).

Assim, é importante ressaltar a relevância da continuidade das discussões sobre as posições consideradas “hegemônicas” no interior da categoria. Isso equivale a exigir “um debate coletivo com amplo confronto de ideias e posições, reiterando os mesmos procedimentos abertos e democráticos que nos levaram a constituição do projeto ético-político” NETTO (2004: 24). Neste campo não podemos entender a força da ideologia dominante como imutável, mas, sim, como uma força que só pode ser destruída descortinando-se tudo o que ela visa a ocultar, uma vez que reproduz aspectos contraditórios da realidade que devem ser explicitados.

De toda forma, sabemos que tratamos de uma pequena parte da vasta discussão que permeia as necessidades tanto relativas à questão da pobreza quanto do seu trato pelo viés assistencial. Porém, se não tivermos pelo menos clareza de concepção, como poderemos alargar as discussões no âmbito da política social e para além dela? Essa é, sem dúvida, a tarefa mínima de uma profissão que tem explicitado no seu projeto ético político a “intenção de ruptura” e exige um entendimento social da questão da pobreza como ponto central a ser diluído pelo fim da exploração, e não apenas administrável pelo viés das políticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio H; SANTOS, Wanderley G dos; COIMBA, Marcos A. **Política Social e combate à pobreza**. p. 161. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

AFONSO, José Roberto Rodrigues, ARAÚJO, Érika Amorim. **A carga tributária brasileira: evolução histórica e principais características**. NEPP-UNICAMP caderno nº5 p.1-30.

ALAYÓN, N. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?**, p. 6-42. São Paulo: Cortez, 1992.

ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa de. **Vulnerabilidade Social**. In: http://www.cavanis.org.br/dow/geral/historico_social.pdf. Acessado em 12/08/2009.

ALVAREZ, Sônia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AMORIM, Andrêssa Gomes Carvalho de. **As demandas e as respostas profissionais do serviço social na sociedade capitalista**.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2000.

ASSISTÊNCIA SOCIAL POLÍTICAS SOCIAIS – acompanhamento e análise, São Paulo: IPEA, p.32-41 ago. 2003.

BAQUERO, Marcello **DOSSIÊ CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E CAPITAL SOCIAL** Rev. Sociol. Polít., Curitiba: 21, p. 7-11, nov. 2003.

BARROS, Ricardo Paes de; CURY, Samir; ULYSSEA, Gabriel. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas contas nacionais**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 1263, 7 a 32, março 2007.

_____, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; **A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil**., Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n.800 , p.2-24, junho de 2001.

_____, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional no Brasil**, Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n.1227, p.7-15, outubro de 2006.

_____, Ricardo Paes de; et al, **Considerações acerca da pobreza: o debate sobre o Programa Bolsa Família e a diminuição da desigualdade no Brasil**, http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia, 2006.

BELIK, Walter; GROSSI, Mauro Del. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil**. Texto preparado para o painel “Políticas de combate à Pobreza: Segurança alimentar, nutrição, renda mínima e ganhos de produtividade na agricultura”, Juiz de Fora: julho de 2003.

Boletim Serviço Social é profissão. Assistência Social é política pública. Brasília, dezembro de 2005. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
http://www.cfess.org.br/pdf/ssprofissao_aspolpublica2005.pdf

BOSCHETTI, Ivanete. **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Ivanete. **A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social**. Conferência realizada no Encontro Nacional CFESS/CRESS, em 02 de setembro de 2007, em Natal/RN.

_____, Ivanete. (coord). **Relatório de pesquisa: Avaliação dos dez anos de implementação da lei orgânica de assistência social: o olhar dos conselhos estaduais municipais do Distrito Federal**. Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília, 2003.

_____, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2ª edição. Brasília: Kaco Gráfica, 2003.

BRASIL. Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília.DF. 9 a 12 de dezembro de 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. Brasília: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BRASIL. NOB/ SUAS (2005). **Norma Operacional Básica: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS/SNAS, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília: 2004.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria nacional de assistência social. Política pública de assistência social In: - **Política nacional de assistência social**. Brasília, 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza e PEREIRA, Potyara A.(orgs). **Política Social e Democracia**, São Paulo, 2002.

CADERNOS ABONG. Política de assistência social: uma trajetória de avanços e desafios Subsídios á III conferência nacional de assistência social.. São Paulo: Abong_ associação brasileira de organização não governamentais, 1991 – ISSN 1517-4484.

CAMARGO, José Márcio. **Política social no Brasil: Prioridades erradas, incentivos perversos**, 18(2): 68-77, São Paulo: Perspectiva, 2004.

CAMBALISTA, Silmara. **Desigualdade e pobreza no Brasil: Os desafios do governo Lula**, Análise Conjuntorial, v.24, n.11-12, p.9, nov./dez. 2002.

CAMURÇA, Marcelo A. **Seria a caridade a “religião civil” dos brasileiros?** In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Nº. 12. Primeiro semestre. Programa de Pós-graduação em Serviço Social; Rio de Janeiro: UFRJ. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A Revolução da Cidadania:em busca de uma república democrática XVIII FÓRUM NACIONAL** Por que o Brasil não é um país de alto crescimento?, p. 1-8. do desenvolvimento não há salvação)15 a 18 de maio de 2006.

CASTEL, Robert; WANDERLEY Luiz E. W; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK Maria C.(org.). 2ª. Edição. **Desigualdade e a questão social**. p. 272. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. **A “Questão Social” Na Origem do Capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**, Rio de Janeiro, Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Junho de 2006.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Texto para discussão n.1332, p.2-27, Brasília: IPEA, abril de 2008.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil, Planejamento e políticas públicas**, nº 12 – jun/dez de 1996.

_____, Amélia. **Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: A persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro**. Tempo social – Revista de sociologia da USP, São Paulo, vol.11, nº 2 , 1999 (ed. Em 2000), Quadrimestral de serviço social. nº. 34 .ISSN-0101-6628, pp. 183-198, Serviço social e sociedade São Paulo: Cortez, 1990.

COSTA, Cristina. Sociologia: **Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e as ciências sociais**. Serviço Social e Sociedade. n. 34. São Paulo: Cortez, 1990.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz. GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2-12, jul-dez/2002.

CRESS SP. **Os desafios na construção dos centros de referência de assistência social (Cras) nos municípios e a atuação profissional**. São Paulo: Pyxis Editorial e comunicação Ltda. Caderno 3, 124p.

_____. **Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo**; Disponível: www.cress-sp.org.br

CFESS: **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível: www.cfess.org.br

CUNHA, José Marco Pinto da. et al: **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: O caso de Campinas**. Disponível: http://www.nepo.unicamp.br/textos_publish/livros/livro_vulnerabilidade/arquivos_links/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_5_pgs_143_168.pdf. acesso em em 12/08/2009

DANIEL, Maira Graciela. **Participação associativa, cultura política e desigualdade social: o caso da nova santa marta** / Anais dl II Seminário Nacional, RS/Florianópolis: 25 a 27 de abril de 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1989.

_____, Pedro. **Cidadania Menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo. **O Brasil no Rastro da crise: Partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: Hucitec, 1994.

DRAIBE, Sonia Mirian. **O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvista e a agenda recente de reformas NEPP-UNICAMP** caderno nº32 p.29.

_____, Sonia Mirian. **A construção institucional as política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda NEPP-UNICAMP** caderno nº34 p.1-29.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1985.

_____, Vicente de Paula. **Inclusão social e cidadania Palestra proferida na ICSW32**, Brasília: 17 de julho de 2006.

FREIRE, Simone de Moraes; BARBOZA, Douglas Ribeiro. **A decomposição do Estado e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da questão social no Brasil: os dilemas da cidadania e da democracia na contemporaneidade.** Textos & Contextos.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Gloria. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina** Caderno CRH, Salvador, v.21, nº 54, p.439-455 Set./Dez. 2008.

_____, Maria da Gloria. **Assistência social e segurança alimentar.** Políticas sociais – acompanhamento e análise, p.51-72, 2008.

GOMES e SILVA, Felipe Luiz. **Trabalho, Capitalismo Histórico e Pauperismo no Século XXI.** Trabalho apresentado XIV CISO – ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE- Recife 2009.

GRAMSCI, Antonio; FERREIRA, Serafim. (tradução) **Introdução à filosofia da Práxis: introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico.** São Paulo: Antídoto, 1º edição - Edição 29, 1978.

_____, Antonio. Revista Brasileira de Educação, nº 16. Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2001.

GALVÃO JÚNIOR, Paulo. **Um Ensaio Crítico Sobre a Pobreza: de Malthus a Sachs.** <http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/Um%20Ensaio%20Cr%EDtico%20sobre%20a%20Pobreza%20de%20Malthus%20a%20Sachs.pdf>. Acesso em 22/10/2008.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça.** p. 151. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOFFMANN, Rodolfo. **Relações entre pobreza absoluta, renda média e desigualdade na distribuição de renda.** Pesquisa Plan. Econ., nº 2, p. 237-258. Rio de Janeiro: ago.1995.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. **Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o casado ProInfo e a experiência brasileira** VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Celats/Cortez, 1998.

_____, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo**. Texto base da conferencia magistral do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social,. San José. 2004

_____, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Marilda Villela. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Celats/Cortez, 1985.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IVO, Anete Leal Brito. **A Reconversão do Social-** Dilemas da Redistribuição No Tratamento Focalizado, PG57 in SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(2): 57-67, 2004 <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a07v18n2.pdf> Acessado em 21/12/2008.

JACCOUND, Luciana **Proteção social no Brasil: debates e desafios**, p.1-29

JÚNIOR, Paulo Galvão **Um ensaio crítico sobre a pobreza: de Malthus e Sachs**, Economista (CORECON-PB nº. 1392), Pós-Graduando em RH no Grupo Uninter e Gerente da ETB Ltda.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAHUERTA, Milton; VAIDERGOM, José; VALDEMARIN, Vera Tereza.; “et al.” **O direito a ter direitos**. Campinas: Autores Associados, 2000.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Cidadania, igualdade e diferença** LUA NOVA Nº 59 p.75-94 – 2003.

LAVINAS, Lena. **Pobreza no Brasil: números, miradas e miragens**. IE-UFRJ (texto publicado no jornal “Folha de S. Paulo”, Caderno Dinheiro, p. 4, em 4 de dezembro de 2005.

_____, Lena; VARSANO, Ricardo. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.**, Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n.534, p.7-38, dezembro de 1997.

_____, Lena. **Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. <http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf> pg 25-59, 2002.

LIMA, Antonia Jesuíta. **Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil**. p.1-16, São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, M. H. C. **O tempo do SUAS**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 87. p. 76-95. São Paulo: Cortez, setembro de 2006.

MACHADO, Ana Flávia; URANI, André; JORGE, Ângela. et al: Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. 15 a 85, agosto 2006.

MAGALHÃES, Edgar Pontes de. **Combatendo a pobreza e enfrentando as vulnerabilidades: desafios para a articulação entre o Programa Bolsa Família e a assistência social**, p.1-22.

MARI, Cezar Luiz de. O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em gramsci: Uma perspectiva de emancipação humana.

<http://74.125.93.132/search?q=cache:vKyWjIWB2b8J:static.recantodasletras.com.br/arquivos/386829.doc+fun%C3%A7%C3%A3o+destes+se+encontra+na+forma%C3%A7%C3%A3o+de+uma+nova+moral+e+uma+nova+cultura,+que+podem+ser+entendidas+tamb%C3%A9m+como+uma+contra-hegemonia&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>, acesso em 12/06/2003.

MARINS, Alex. (Tradutor). **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARTINS, Carlos Estevam; SILVA, Luiz A Palma e; STANISCI, Silvia Andrade; organizadores Sposati, Aldaíza..."et al." **Mínimos sociais: questões, conceitos e opções estratégica**. São Paulo: Fundap, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 3ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: Um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras, vol. I. Série Núcleo de Pesquisa. p. 143, 1999.

_____, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas**. In: Serviço Social & Sociedade, nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**, Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

MENDONÇA, Eduardo Luiz de. **Reflexões críticas sobre a pobreza e sua mensuração no Brasil dos anos 1990**. p.75-84, Pobreza e desigualdades sociais.

MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes de. **Em busca da teoria: políticas de assistência pública**. São Paulo: Cortez, 1993.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social contribuições para o debate**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.

MISSE, Michael **Crime e pobreza: Velhos enfoques, novos problemas** p.1-17.

MOTA, Ana Elizabete Simões da. **Cultura da crise e seguridade social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.

NETO, Afonso Negri; COELHO, Paulo José; MOREIRA, Irene Roque de Oliveira, **Informações Econômicas**, SP, v.23, n.06, jun. 1993.

NETTO, José Paulo. **A Construção do projeto ético-político do serviço social**. Este texto, redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999

_____, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2ª. Edição, São Paulo: Cortez, 1995.

_____, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, José Paulo. **Transformações societárias e serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social e Sociedade. n. 50, p. 87-132 São Paulo: Cortez, 1996.

_____, José Paulo. **XIX Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais**. Salvador/Bahia: agosto de 2008.

NÉRI, Marcelo Cortez; CARVALHAES, Luisa (Coord.) **Miséria e a nova classe média na década da igualdade**, Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

_____, Marcelo Cortez. (Coord.) **Miséria, desigualdades e políticas de renda: O real do Lula**, p. 118. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social – Uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de: **Cultura Política e Construção de Identidades Coletivas de Sujeitos Sociais**. Recife, 2007.

http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT8%20Emancipa%C3%A7%C3%A3o,%20Cidadania%20e%20Reconhecimento/Texto_SBS_UFPE_2007.pdf
. Acessado em 12/08/2009.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos “Existem”?**. Novos estudos. Notas sobre a elaboração de um novo conceito, p. 49 a 61. São Paulo: Fevereiro de 1997.

PAUGAM, Sergio. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PAIVA, Carlos **Planejar: Refletir para intervir, Produção do conhecimento** , CET/SP – PUC/SP.

PAOLI, Maria Celia . **Trabalhadores e cidadania: Experiência do mundo público na história do Brasil moderno**. disponível http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300004&script=sci_arttext . Acesso em 12/07/2009.

PASTORINI, Alejandra. **“A categoria questão Social”** Coleção Questões da Nossa Época nº109. São Paulo: Cortez, 2004.

PELIANO, José Carlos Pereira. **Números da desigualdade e pobreza no Brasil**. Brasília DF. 1999

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social tema& questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Potyara A.P. **Necessidades Humanas subsídios à crítica dos mínimos sociais**, Brasília: Thesaurus,1987.

_____, Potyara A.P. **Assistência social na perspectivas dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____, Potyara A.P. O estado de bem-estar e as controvérsias da igualdade. **Serviço Social & Sociedade**, n.20, 1986.

POCHMANN, Marcio. **O capital contra a democracia**. Revista Teoria e Debate, FSP, nº 37 1 a 7, setembro 1998.

_____, Marcio. **A Tarefa dos progressistas**, Portal da Fundação Perseu Abramo - Uma nova cultura política do país, Abril, 2009.

_____, Marcio; ABRAHÃO, Jorge; CARDOSO, José Celso; SOARES, Sergei. **Primeiras análises: Demografia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza**, IPEA, Rio de Janeiro, setembro de 2007.

POCTIMANN, Mareio. **Políticos de combate a pobreza no Brasil: Necessidades e dificuldades nos anos 90**. Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia daUNICAMP. p.173-184.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos de construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

REIS, Carlos Nelson dos. PESTANO, Cíntia Pibes. **A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.

REVISTA Serviço Social & Sociedade – Política de assistência social. ano XXV- n. 80 – novembro 2004. São Paulo: Cortez.

REVISTA Virtual Textos & Contextos. Nº 6, p.1-21 , ano V, dez. 2006

REVISTA do programa de pós-graduação em política Social do departamento de serviço social da UnB. Ser Social 7, Brasília: GV, 2000. Loas 10 anos, Caderno de textos (IV conferência nacional de assistência social). Assistência social como política de inclusão: uma nova agenda para cidadania. Brasília, 2003.

REVISTA do Programa de Pós Graduação em Política Social/ Universidade de Brasília. Departamento de Serviço social – Ser Social, v.1, n.1 (1ºsemestre2003). Brasília, semestral.

REVISTA de Serviço Social e Sociedade. Quadrimestral de serviço social. nº. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira; MENEZES, Roberto Goulart. **Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen,** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 42-55. jan./jun. 2008.

RICARDO, David. **Princípios de economia Política e tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. **A Política de Assistência Social: Uma Análise à Luz da Democratização da gestão,** 2001.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real.** ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro: 2000.

_____, Sonia. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil.** Texto para discussão n. 720, Rio de Janeiro, Abril de 2000.

_____, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, p.244, 2003.

_____, Sonia. **Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil.**

_____, Sonia; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Geografia da Pobreza extrema e vulnerabilidade à fome.** IPEA, Seminário especial Fome e pobreza, Estudos e pesquisas, Texto para discussão n.54, Rio de Janeiro, p.2-37, setembro de 2003.

RODRIGUES, Eduardo Vitor, SAMAGAIO, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES; Maria Manuela, JANUÁRIO, Suzana. **A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal** p.63-102.

ROJAS Couto, Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** . 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

ROMANO, Jorge O; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro, ActionAid Brasil, 166p., Dezembro 2002.

SALES, Teresa. Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira. **Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil**. Tese de livre-docência defendida na Unicamp em maio de 1993.

SANTOS, Wanderley G. Santos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “dês-ordem” – manifestações dos direitos sociais e da cidadania**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEMERARO, Giovanni. **Para uma teoria do conhecimento em Gramsci**, 200, Site Gramsci e o Brasil, <http://www.acesa.com/gramsci/> acessado em 12/07/2009.

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilsea Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita e FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise – São Paulo: Cortez, 1985.**

SPRANDEL, Márcia Anita. **Nossos pobres ou nosso povo? Contribuição para o debate sobre políticas sociais no Brasil**. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 83-87, abr./set. 2006.

SERRA, Rose. **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez 2004.

_____, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, p. 206. MA: FAPEMA, 2006.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. **A Influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro** Trilhas, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, jul,2001.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Rômulo Paes. **Avaliação e gestão de políticas públicas: notícias de uma relação muito delicada** XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006.

SOUZA, André Portela. **Por uma política de metas de redução da pobreza.**, 18(4), p.20-27, São Paulo, Perspectiva, 2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo B. de Carvalho. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____, Aldaíza de Oliveira. **Mínimos de cidadania: ações afirmativas de enfrentamento a exclusão social**, Programa de estudos pós-graduados em serviço social vol.4.

_____, Aldaíza de Oliveira. [et, al]. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma Questão de Análise**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Aldaíza de Oliveira. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Aldaíza de Oliveira. **Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. In: Revista Serviço Social & Sociedade – Informe-se, nº78, p. 171-179. São Paulo: Cortez, Julho/2004.

_____, Aldaíza de Oliveira. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 87, p. 96-122. São Paulo: Cortez, setembro de 2006.

_____, Aldaíza de Oliveira. **Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 68. p. 54 a 82, São Paulo: Cortez, 2001.

STEIN, Rosa Helena. **A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias** (revisão teórico-conceitual). Serviço Social & Sociedade, n.54, p.75-94, jul. 1997.

TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza. **Relatório Final e Anais: VI Conferência Nacional de assistência social**. Brasília: 14 a 17 dezembro 2007.

TEIXEIRA, Sônia Fleury. **Reforma Sanitária: em busca de uma teoria**. Rio de Janeiro: Cortez, 1995.

_____, Sônia Fleury. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1994.

TELLES, Vera da Silva, **Pobreza e cidadania - Dilemas do Brasil contemporâneo**. Editora 34, 1985.

_____, Vera da Silva. **No fio da navalha: entre carências e direitos**. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. Revista Pólis. São Paulo, n.º 30, Instituto Pólis, 1998.

_____, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34, p. 168, 2001.

_____, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno**. In: TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: ed. 34, 2001.

_____, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?**, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, USP, <http://www.acaoeducativa.org.br>, acessado 23/04/2009

_____, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34, p. 168, 2001.

_____, Vera da Silva. **Os Dilemas da Pobreza: Entre a Cidadania e a Filantropia**. Cad. Esc. Legisl., v.6, n.11, p.51, Belo Horizonte: jul./dez.2000

_____, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?**, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, USP, Texto apresentado como conferência proferida em 12 de maio de 1997, na abertura do Módulo Direitos Sociais do evento Direitos Humanos no Limiar do Século XXI realizado no Centro Cultural Maria Antônia. <http://www.acaoeducativa.org.br>, acessado 23/04/2009

_____, Vera da Silva. **Medindo coisas, produzindo fatos, construindo realidades sociais**. Seminário Internacional sobre Indicadores Sociais para Inclusão Social, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP 15 e 16 de maio de 2003, PUC-SP. Telles, Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v.6, n.11, p.51-86.jul./dez.2000)

THEODORO, Mário; DELGADO, Guilherme. **Política social: Universalização ou Focalização – Subsídios para o debate**. Políticas Sociais – acompanhamento e análise – agosto de 2003.

UGÁ, Vivian Dominguez. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do banco mundial**. Rev. Sociol. Polít, p. 55-62, Curitiba, nov. 2004.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VINHAIIS, Henrique; SOUZA, André Portela. **Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil**. IPE/USP, EESP/FGV, Julho de 2006.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XIX, n.º 56, p. 50-59, março de 1998.

_____, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social**. Revista Temporalis, ABEPSS, ano III, p. 33 -40, jan.-jun. de 2001.

_____, Maria Carmelita. **A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social**. Caderno do CEAS, Salvador, n.º 164, p. 37-51, julho/agosto de 1996,

_____, Maria Carmelita. **Fome Zero: uma política social em questão**, Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.43-50, jan-jun 2003.

_____, Maria Carmelita. **As ambigüidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez: 2004.

_____, Maria Carmelita. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo**. Capacitação em Política Social e Serviço Social: Módulo 2: Reprodução Social e Serviço Social. p. 87-99, Brasília: CEAD, 1999.

_____, Maria Carmelita. **A assistência social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio**. Cadernos Abong: política de assistência social: uma trajetória de avanços e desafios. p. 39-54, n. 30. São Paulo: 2001.

_____, Maria Carmelita. **Política Urbana e Serviço Social**. REVISTA PRAIA VERMELHA-Nº 18 • Primeiro Semestre • 2008

_____, Maria Carmelita. Conferencia realizada em CABO VERDE-07/2009 AINDA NÃO PUBLICADA.

YUNES, Maria Ângela Mattar **Reflexões sobre a Necessidade de Programas de Educação de Trabalhadores Sociais que atuam junto às Famílias de Baixa Renda** p.1-10.

APÊNDICE 1

INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS

Roteiro Semi- Estruturado

Perfil dos sujeitos da pesquisa: Assistentes Sociais que exercem atividades profissionais no Estado de São Paulo, que trabalham na área de Assistência Social /SUAS).

1-Identificação

Formação:

Tempo de formação:

Tempo de atividade profissional:

Tempo de atividade na área da Assistência:

2-Entendimento da Política da Assistência enquanto atendimento a questão da pobreza.

- ✓ O que é pobreza?
- ✓ Como o sistema capitalista colabora para a existência da pobreza?
- ✓ Quais as principais marcas que a pobreza causa aos indivíduos?
- ✓ Como você identifica uma situação de pobreza?
- ✓ Qual a função da política de assistência social

3-Estratégia profissional

- Quais os principais trabalhos sociais realizados com essa população?
- Você acredita que o trabalho social realizado, minimiza e/ou acabam com os efeitos da pobreza e exclusão para essa população?
- Qual a potencialidade da população enquanto participantes de um trabalho social?
- Quais os principais limites para o desenvolvimento do seu trabalho enquanto destinado ao combate à pobreza?
- Para você o que significa autonomia dentro de um sistema capitalista?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)